

Relatório de Desempenho

Plano Plurianual 2024-2027

Ano I

Exercício 2024



Governo do Estado de São Paulo

Tarcísio de Freitas

Secretário da Fazenda e Planejamento

Samuel Kinoshita

Subsecretária de Planejamento

Ana Carolina Mennella

Diretor de Planejamento de Políticas Estaduais

João Marcelo de Souza Gomes



Sumário

INTRODUÇÃO	4
PANORAMA ECONÔMICO	7
ECONOMIA NACIONAL E PAULISTA	7
ECONOMIA PAULISTA POR SETOR/ATIVIDADE	12
ANÁLISE DO MONITORAMENTO DO PPA.....	14
MULTISSETORIALIDADE E TRANSVERSALIDADE NO PPA 2024-2027	14
ANÁLISE DO MONITORAMENTO DO PPA, COM ANÁLISE AGREGADA.....	16
REVISÃO DO PPA 2024-2027	19
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PPA 2024/2027	21
PERÍODO 2024-2025.....	21
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: EDUCAÇÃO PÚBLICA COM EFETIVIDADE, QUALIDADE E ACESSO AMPLIADOS, PARA GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	22
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: SAÚDE PÚBLICA COM MAIOR ACESSO, QUALIDADE, RESOLUTIVIDADE E TECNOLOGIA, PARA ENFRENTAMENTO DAS PRINCIPAIS CAUSAS DE PROBLEMAS DE SAÚDE	30
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA PARA UMA SOCIEDADE PROTEGIDA E COM MENOR INCIDÊNCIA DE CRIMES	39
OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: MENOR VULNERABILIDADE SOCIAL, COM REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES, DA POBREZA E DO CONTINGENTE DE PESSOAS VIVENDO EM SITUAÇÃO DE RUA	51
OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA EXPANDIDAS, PARA MELHORIA DA VIDA DOS CIDADÃOS E PARA UM AMBIENTE DE NEGÓCIOS FAVORÁVEL À ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS.....	58
OBJETIVO ESTRATÉGICO 6: MORADIA DIGNA, COM EXPANSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, REVITALIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO COM DESTAQUE PARA O CENTRO DA CAPITAL	63
OBJETIVO ESTRATÉGICO 7: MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS PRESERVADOS, COM GARANTIA DE SUA INTEGRIDADE E EQUILÍBRIO PARA MANUTENÇÃO DAS FUNÇÕES ECOLÓGICAS ESSENCIAIS À VIDA	68
OBJETIVO ESTRATÉGICO 8: SETOR PRODUTIVO COMPETITIVO E EMPREENDEDORISMO FORTALECIDO, COM CAPITAL HUMANO QUALIFICADO, GERAÇÃO DE EMPREGOS E AMBIENTE PROPÍCIO À INOVAÇÃO	77
OBJETIVO ESTRATÉGICO 9: AGRONEGÓCIO COM PRODUÇÃO DIVERSIFICADA E ATRELADO À SUSTENTABILIDADE E AO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS PRODUTORES	86
OBJETIVO ESTRATÉGICO 10: TURISMO, ESPORTE, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA ALIADOS AO DESENVOLVIMENTO E VOLTADOS PARA O FUTURO	91
OBJETIVO ESTRATÉGICO 11: GESTÃO PÚBLICA ÁGIL PARA UM GOVERNO DIGITAL, TRANSPARENTE, ÉTICO, TÉCNICO E FOCADO EM EXCELÊNCIA DOS SERVIÇOS	97
OBJETIVO ESTRATÉGICO 12: POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA MODERNAS E CONTINUAMENTE AVALIADAS.....	101

INTRODUÇÃO

Este relatório atende ao disposto no Artigo 18 da Lei nº 17.898, de 09 de abril de 2024, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027. Conforme preconiza a normativa, apresenta elementos sobre o desempenho dos programas do PPA no ano de 2024, considerando a conjuntura socioeconômica do estado no período.

Em 2024, o Plano Plurianual abrangeu 32 órgãos e 156 Unidades Orçamentárias, entendidas como unidades responsáveis por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas. É importante registrar que o plano foi elaborado sob a égide de três diretrizes e orientado para o atingimento de doze objetivos estratégicos.

As três diretrizes estratégicas que orientaram as discussões sobre o desenho de cada um dos programas são as seguintes:

1. **Diálogo e inovação** para uma administração pública descentralizada, inovadora e tecnológica, direcionada ao atendimento rápido e desburocratizado dos anseios da população e ao enfrentamento de problemas.
2. **Dignidade e comprometimento** com a participação social, o equilíbrio das contas públicas, a valorização das pessoas, o cumprimento de prazos, o desenvolvimento de ações que gerem resultados econômicos e sociais e a sustentabilidade ambiental.
3. **Desenvolvimento e técnica** para a implementação de um modelo de gestão com ênfase em resultados, planejamento, propósito e criatividade, voltado ao cuidado com as pessoas, à geração de oportunidades, à garantia dos direitos individuais e coletivos e ao respeito ao meio ambiente.

Os Objetivos Estratégicos definidos para o atual quadriênio (2024-2027) são os seguintes:

1. Educação pública com efetividade, qualidade e acesso ampliados, para geração de oportunidades e redução das desigualdades.
2. Saúde pública com maior acesso, qualidade, resolutividade e tecnologia, para enfrentamento das principais causas de problemas de saúde.
3. Segurança pública fortalecida e integrada para uma sociedade protegida e com menor incidência de crimes.
4. Menor vulnerabilidade social, com redução das desigualdades, da pobreza e do contingente de pessoas vivendo em situação de rua.
5. Infraestrutura e mobilidade urbana expandidas, para melhoria da vida dos cidadãos e para um ambiente de negócios favorável à atração de investimentos.
6. Moradia digna com expansão da regularização fundiária, revitalização e reurbanização, com destaque para o centro da capital.
7. Meio ambiente e recursos naturais preservados, com garantia de sua integridade e equilíbrio para manutenção das funções ecológicas essenciais à vida.
8. Setor produtivo competitivo e empreendedorismo fortalecido, com capital humano qualificado, geração de empregos e ambiente propício à inovação.

9. Agronegócio com produção diversificada e atrelado à sustentabilidade e ao desenvolvimento dos pequenos produtores.
10. Turismo, esporte, cultura e economia criativa aliados ao desenvolvimento e voltados para o futuro.
11. Gestão pública ágil para um governo digital, transparente, ético, técnico e focado em excelência dos serviços.
12. Política fiscal e tributária modernas e continuamente avaliadas,

Vale ainda salientar que o PPA 2024-2027 foi estruturado por meio de 100 programas que organizam a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dos demais Poderes do Estado no período dos quatro anos. Esses programas são classificados da seguinte forma:

- **Segundo o tipo de entregas e públicos-alvo:** 105 programas finalísticos, que visam resultados a serem alcançados em um público externo ao órgão; 3 programas de melhoria de gestão, cujos resultados esperados visam ganhos de eficiência, eficácia e efetividade, com público-alvo interno ao órgão; e 7 programas de apoio administrativo, voltados à manutenção da administração dos órgãos públicos.
- **Segundo a distribuição por poderes do Estado:** 99 programas do Poder Executivo, 2 programas do Poder Legislativo, 2 programas do Poder Judiciário, 1 programa da Defensoria Pública e 1 programa do Ministério Público.

No ano de 2024, o PPA foi composto por 108 programas, que apresentaram um total de 206 indicadores de resultado.

Em relação aos produtos distribuídos entre os programas, houve um total de 509 produtos, sendo 435 produtos finalísticos e 74 produtos de melhoria de gestão. Do total mencionado, 211 produtos corresponderam às metas prioritárias de governo. Esses produtos apresentaram um total de 1091 indicadores, dos quais 535 orçamentários e 556 qualitativos.

Resumidamente, a estrutura do PPA 2024-2027 em 2024 foi composta por 3 diretrizes, 12 objetivos estratégicos, 105 programas com 206 indicadores de resultado, 509 produtos com 1091 indicadores de produto (dos quais 535 foram orçamentários e 556 qualitativos), e 786 ações com suas respectivas dotações e orçamentos.

A Portaria SubPlan nº 01/2025, de 13 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a Prestação de Contas do PPA 2024-2027, definiu a estrutura do presente Relatório de Resultados, que apresenta os resultados dos programas e ações do Plano Plurianual, nos termos do artigo 18 da Lei nº 17.898, de 9 de abril de 2024, estruturado em quatro seções: a) Cenário macroeconômico; b) Análise do monitoramento do PPA, com análise agregada sobre sua efetividade; c) Análise dos Objetivos Estratégicos; d) Anexos, compostos por:

1. Desempenho do ano e acumulado de execução dos programas;
2. Quadro de metas e justificativas do não cumprimento das metas;
3. Análise de desempenho dos programas.

Além dos Anexos discriminados na referida Portaria, acompanham este relatório dois Anexos Complementares:



4. Relatório de Produtos e Ações por Política Pública;
5. Relatório de Produtos e Ações por Beneficiários.

Desta forma, objetiva-se aumentar a capacidade de análise das interrelações entre produtos do PPA e o rastreo das dotações orçamentárias, por meio das ações.

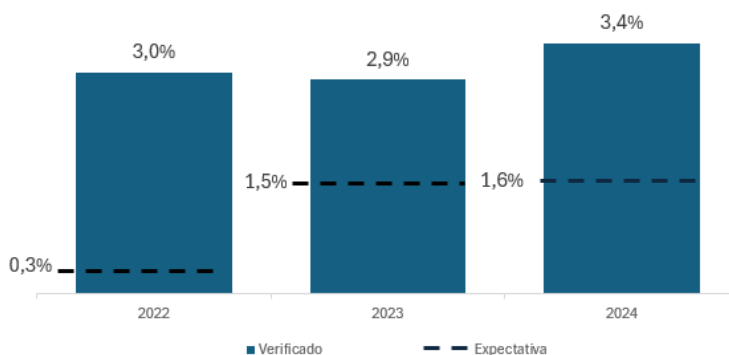


PANORAMA ECONÔMICO

ECONOMIA NACIONAL E PAULISTA

A economia nacional tem surpreendido as expectativas dos agentes econômicos nos últimos anos. Desde 2022 o PIB Nacional tem crescido a taxas bem superiores aos valores registrados no Relatório de Expectativas do Banco Central do Brasil (BCB) no início de cada ano. O ano de 2022, por exemplo, começou com previsão de 0,3% de crescimento e terminou com 3,0%. Em janeiro de 2023 a expectativa era de 1,5% e o ano fechou em 2,9%. O ano de 2024 seguiu o mesmo roteiro, com expectativa inicial de 1,6% e fechamento de 3,4%.

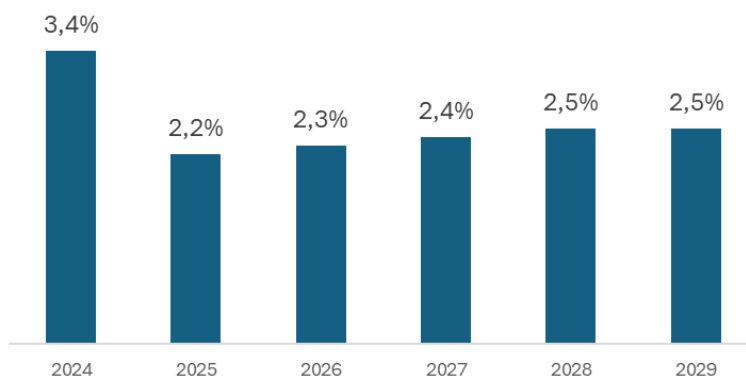
Figura 1 - PIB Brasil (Expectativa x Realizado)



Fonte: Sistema de Expectativas BCB.

Durante a confecção do Plano Plurianual (PPA) – 2024-2027 o cenário para crescimento do país, de acordo com o Fundo Monetário Nacional (FMI), era de 1,7% na média para o quadriênio. Atualmente a instituição aponta um cenário um pouco mais otimista e as previsões do órgão informam crescimento médio de 2,6% (Figura 2).

Figura 2 - PIB Brasil (Expectativas FMI)



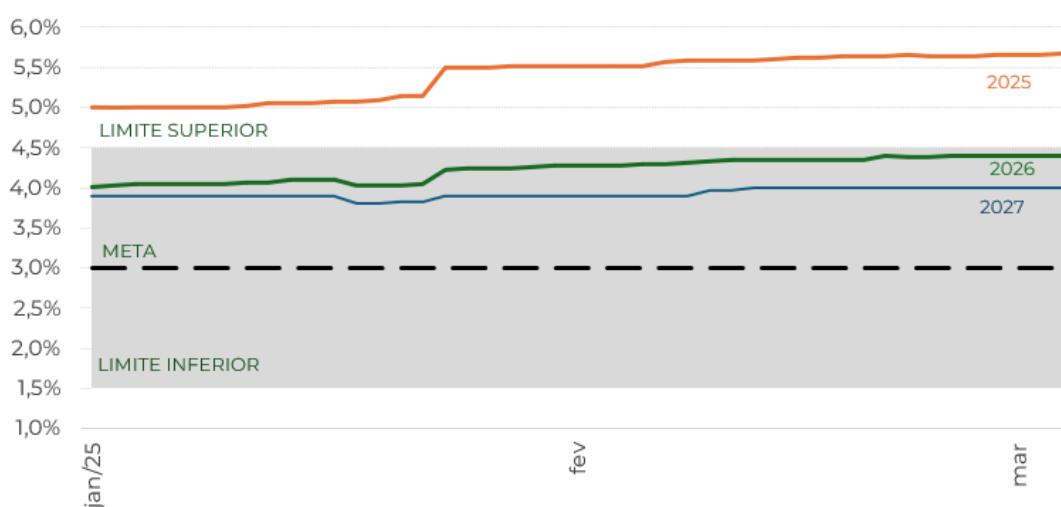
Fonte: Fundo Monetário Internacional (consultado em mar/25)

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, também tem surpreendido, neste caso negativamente. O país tem ultrapassado com frequência o

limite superior da meta de inflação, tendo obrigado o Presidente do Banco Central a produzir carta aberta¹ ao presidente do Conselho Monetário Nacional (e Ministro da Fazenda) explicando os motivos do descumprimento em três oportunidades nos últimos quatro anos: 2021, 2022 e 2024. De acordo com a última carta, o estouro da meta de 2024 foi decorrência do forte ritmo econômico e depreciação cambial.

O relatório FOCUS do Banco Central, que consolida as expectativas dos agentes de mercado, tem reforçado a previsão de uma elevação mais acentuada nos preços e desancoragem das expectativas de inflação. Após um IPCA de 4,83% em 2024, o relatório já apresenta uma perspectiva de novo estouro de meta para 2025 e grande risco de nova ultrapassagem em 2026.

Figura 3 - IPCA (Expectativas Relatório Focus BCB)



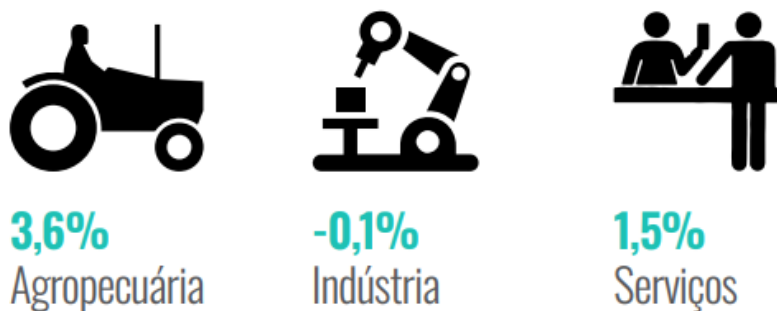
Fonte: Sistema de Expectativas BCB

O Estado de São Paulo é a principal economia do país e, segundo a Fundação SEADE, registrou crescimento de 0,8% no ano de 2023 em relação ao ano anterior, alcançando um PIB de R\$ 3,21 trilhões, o que representa 29,3% do total brasileiro. O setor de agropecuária foi o destaque tanto na economia nacional quanto na paulista, contribuiu para o Valor Adicionado do Estado com um crescimento de 3,6%. Serviços contribuíram com 1,5% e a Indústria recuou 0,1%, sempre em relação ao ano de 2022².

¹ O DECRETO No 3.088, DE 21 DE JUNHO DE 1999 estabeleceu no parágrafo único do artigo 4º que o Presidente em exercício do Banco Central deve publicar uma carta aberta ao Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho Monetário Nacional explicando os motivos para o descumprimento dos limites da meta de inflação. O DECRETO Nº 12.079, DE 26 DE JUNHO DE 2024 revogou e substituiu o 3088/99, mas em seu art. 6º manteve a obrigação.

² <https://pib.seade.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/PIB-sao-paulo-trimestral-creceu-quarto-trimestre-2023.pdf>

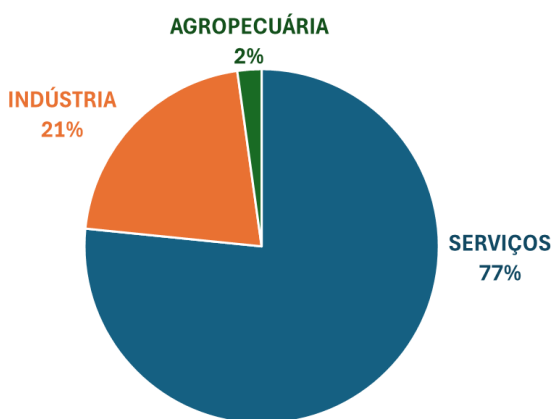
Figura 4 – Valor Adicionado Paulista – Variação Por Setor



Fonte: SEADE - PIB Trimestral 4º TRI/2023

A estrutura da economia paulista em 2023, quando analisada setorialmente, mostra a predominância do Setor de Serviços, com 77% do Valor Adicionado do Estado. O Setor de Indústria, com forte participação tributária, contribui com 21% e o setor Agropecuário, complementando o mosaico de participações, contribui com 2%, com atividades fortemente entrelaçadas aos processos agroindustriais, como nas atividades sucroalcooleiras, de grãos e de proteína animal.

Figura 5 - Valor Adicionado Paulista – Participação Setorial

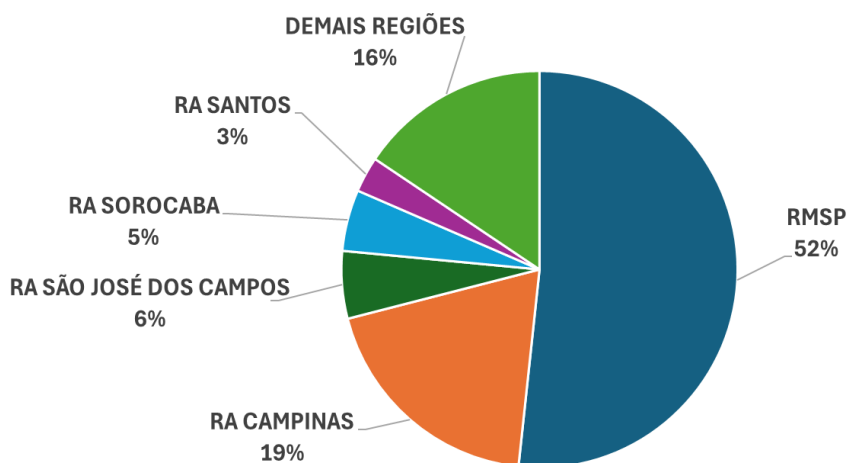


Fonte: SEADE

A diversificação da economia paulista não está presente apenas entre os setores, mas regionalmente também. Há uma dispersão espacial das atividades econômicas pelo território paulista, que apresenta um equilíbrio entre as contribuições da região metropolitana da capital (RMSP) e do interior do estado. A RMSP concentra 51,7% das atividades, contribuindo com R\$ 1.660,0 bilhões. A segunda maior contribuição ao PIB estadual é da Região Administrativa de Campinas com 19,3%, ou seja, R\$ 619,8 bilhões.

Seguem-se as Regiões Administrativas de São José dos Campos com 5,5%; Sorocaba com 5,0%; Santos com 2,9% e as demais regiões com 15,6%.

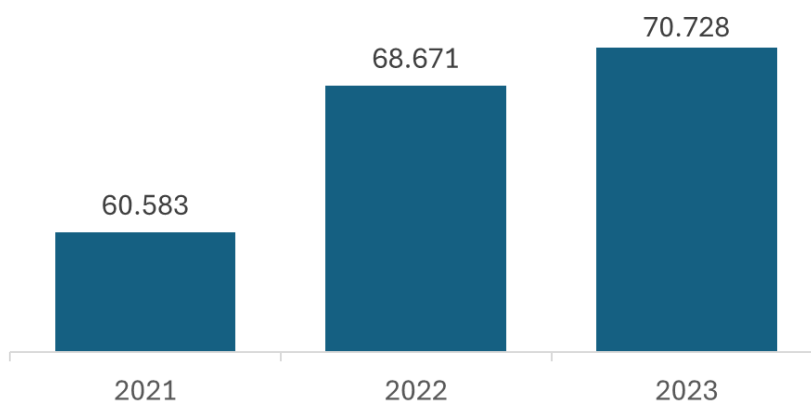
Figura 6 - Valor Adicionado Paulista – Participação por Região



Fonte: SEADE

Dentre os indicadores que merecem maior relevância, e tem forte impacto de natureza social, está o PIB per capita, que em 2021 apresentava um valor médio de R\$ 60.583 e subiu para R\$ 70.728 em 2023, um crescimento de 16,7% em 2 anos (valores correntes).

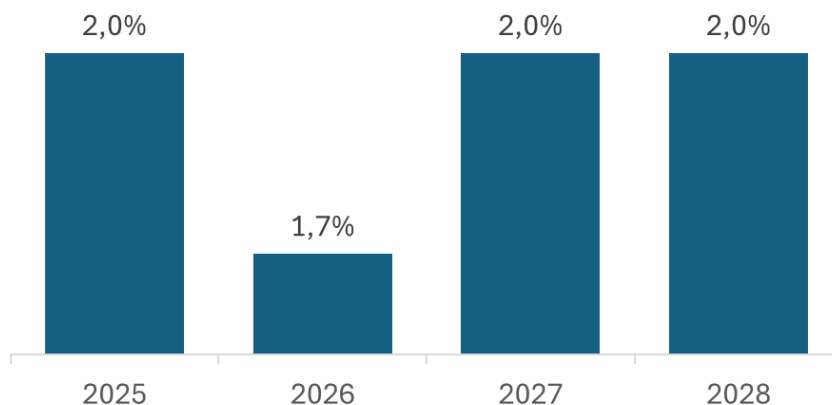
Figura 7 - PIB Paulista per Capita (R\$ correntes)



Fonte: SEADE

O cenário para os próximos anos, de acordo com a expectativas de mercado, é de baixo crescimento, em torno de 2% (Figura 8), e inflação elevada e próxima ao limite superior da meta de inflação de 4,5% (Figura 3).

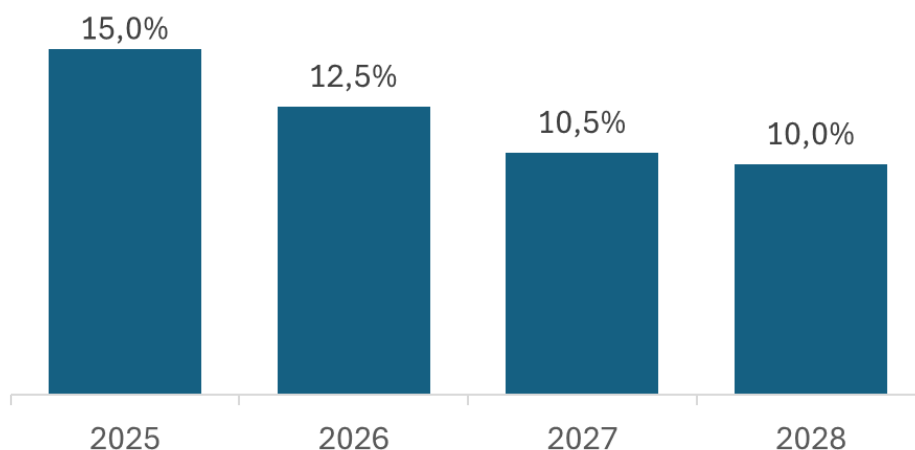
Figura 8 - PIB Brasil - Expectativas FOCUS BCB (mar/25)



Fonte: Sistema de Expectativas BCB – Consultado em 14/março/25.

Além disso, a taxa básica de juros continua em nível contracionista, sem perspectiva sair dos dois dígitos antes de 2028, ainda segundo o sistema de expectativas do banco central.

Figura 9 – Taxa SELIC - Expectativas FOCUS BCB (mar/25)



Fonte: Sistema de Expectativas BCB – Consultado em 14/março/25.

Junta-se ao cenário nacional desafiador de baixo crescimento, inflação e juros altos um ambiente internacional de elevada incerteza de natureza geopolítica, com conflitos regionais importantes ainda em curso, além de ambiente de fragmentação do comércio global e medidas protecionistas irrompendo ao redor do mundo.

O governo paulista, em meio a essas circunstâncias que lhe são impostas, continua empreendendo grandes esforços para o desenvolvimento econômico do Estado. Neste sentido é oportuno destacar o plano São Paulo Na Direção Certa, que reúne ações voltadas à modernização da gestão estadual e é composto por eixos que passam pela expansão dos investimentos, melhoria e efetividade do gasto, além da modernização da administração pública.

ECONOMIA PAULISTA POR SETOR/ATIVIDADE

Agropecuária

A base agropecuária de muitas regiões do interior deu origem a modernos complexos agroindustriais, com destaque para o sucroalcooleiro e o de sucos cítricos, voltados tanto para o abastecimento interno como para a exportação.

A Agropecuária, a despeito de sua reduzida participação de algo em torno de 2 % no Valor Adicionado estadual em 2023 possui papel relevante para a economia paulista, em função da participação e do forte efeito multiplicador do complexo agroindustrial no PIB, além do peso dos produtos de origem agroindustrial na pauta de exportações. O Valor da Produção Agropecuária (VPA) paulista, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), alcançou R\$ 157,84 bilhões em 2023. Quando analisados pela participação relativa no PIB estadual, pela Fundação Seade, o setor agropecuário corresponde a R\$ 55,1 bilhões.

O Setor Primário de São Paulo tem evoluído rapidamente e se transformado, de modo crescente, em atividade eminentemente empresarial, com grau bastante elevado de mecanização, intensificando o uso de modernas técnicas de produção, como correção do solo, emprego de sementes selecionadas, aperfeiçoamento genético, mecanização etc. O aprofundamento desse processo vem induzindo o fortalecimento das cadeias produtivas seguindo uma tendência internacional no setor agroalimentar.

Indústria

A Indústria paulista respondia, em 2023, por 21% do Valor Adicionado Estadual (segundo análise trimestral preliminar da Fundação SEADE. O peso do Valor de Transformação Industrial (VTI) paulista no total do Brasil é elevado para quase todas as divisões de indústrias e vem aumentando essa participação naquelas divisões que mais agregam valor ao produto, que requerem a proximidade com o mercado consumidor ou que estão ligadas aos setores dinâmicos da economia globalizada.

O Estado tem participação expressiva no VTI brasileiro com fabricação de produtos químicos; veículos automotores, aeroespaciais e ferroviários; máquinas e equipamentos; celulose, papel e produtos impressos; refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool; borracha e plástico; produtos de metal; equipamentos de informática; produtos elétricos, eletrônicos e de comunicações; equipamentos médico hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos; e equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios.

A indústria de São Paulo tem conseguido acompanhar a atual revolução tecnológica, onde se destacam a informática, a biotecnologia, novos materiais, a química fina e outros setores nos quais têm peso a pesquisa e a produtividade industrial, que acabam gerando impacto positivo sobre a produtividade dos demais setores econômicos, viabilizando dinamismo e progresso técnico à economia paulista.



Serviços

No Estado, o setor de serviços sempre teve uma importância significativa na constituição da sua riqueza. As atividades comerciais e de serviços contribuíram com 77% do PIB estadual em 2023.

O Estado de São Paulo congrega uma série de vantagens comparativas: é aqui que se concentram, dentre outros, as melhores redes de ensino básico e médio do país, as melhores universidades, os mais eficientes e equipados hospitais, modernos centros de convenções, grandes aeroportos e uma infraestrutura hoteleira de excelente qualidade. Favorecido por essa gama de serviços, o turismo tem sido uma atividade em expansão, principalmente o turismo de negócios, cuja importância e sofisticação têm acompanhado o crescimento da capital paulista enquanto o mais importante centro de negócios da América Latina.

Maior centro financeiro do país, São Paulo conta com uma sofisticada rede de serviços de apoio na área financeira. Na capital, está sediada a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, que é a bolsa de valores do Brasil, uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo.

O Estado de São Paulo é o grande polo de serviços do País. A dinâmica demográfica, social e industrial do Estado se traduz em grande oferta e demanda, tanto de serviços prestados às empresas, quanto ao consumidor final, além de serviços públicos voltados às áreas de saúde, educação e infraestrutura.



ANÁLISE DO MONITORAMENTO DO PPA

MULTISSETORIALIDADE E TRANSVERSALIDADE NO PPA 2024-2027

Um programa é uma intervenção conduzida por um ou mais órgãos ou entidades do Estado, com o objetivo de alterar uma situação inicial para uma situação desejada. Em alguns casos, as causas do problema exigem a atuação de mais de um órgão, o que leva à necessidade de articulação entre eles. Dessa articulação pode surgir um programa multissetorial, que envolve mais de um órgão com um objetivo comum.

Ao analisar a multissetorialidade formal e factual dos programas do PPA, verificamos diversos tipos de intervenções conduzidas por órgãos ou entidades para alterar situações iniciais para situações desejadas. Formalmente, todos os programas satisfazem a característica de ter um objetivo comum. Entre os programas analisados, identificamos quatro tipos de situações:

1. **Programas com ação efetiva de mais de um órgão setorial, que transferem recursos financeiros entre eles:**
 - a. Atendimento Integrado e Regionalizado no SUS no Estado de São Paulo
 - b. Atenção ao Adolescente/Jovem em Cumprimento de Medida Socioeducativa, Cautelar e em Pós-Medida
 - c. Comunicação Social
 - d. Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares
 - e. Gestão da Custódia e Reintegração Social da População Penal, Egressos e seus Familiares
2. **Programas formalmente classificados como setoriais, mas que sugerem articulação multissetorial:**
 - a. Rede para Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Vulnerabilidade Social
3. **Programas classificados como multissetoriais:**
 - a. Inserção Internacional do Estado de São Paulo
 - b. Política sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso
 - c. Superação da Vulnerabilidade Social
4. **Programas que fazem transferência de recursos do Tesouro externo e possuem governança institucionalizada:**
 - a. Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico - Desenvolve SP

Programas multissetoriais são caracterizados pela ação efetiva de mais de um órgão setorial, um objetivo comum e a articulação entre eles. Formalmente, todos os programas satisfazem a característica de ter um objetivo comum. Entre os mencionados, apenas o programa 'Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico - Desenvolve SP' possui governança institucionalizada entre diferentes órgãos.

Em síntese, apesar da classificação formal no PPA, é necessário reforçar a governança dos programas multissetoriais para que atendam plenamente às características esperadas para esse tipo de intervenção, reforçando a articulação entre os órgãos envolvidos.

No PPA 2024-2027, adotou-se também uma nova forma de atuação ao vincular cada produto a até três tipos de beneficiários e três políticas públicas, permitindo uma visão mais integrada e estratégica das ações governamentais. Essa associação possibilita identificar com clareza quem se beneficia diretamente das entregas públicas e quais objetivos de políticas públicas estão sendo atendidos, promovendo maior transparência, rastreabilidade e eficácia na alocação de recursos. Além disso, essa estrutura fortalece a capacidade de monitoramento e avaliação, permitindo que o governo e a sociedade acompanhem os impactos concretos de cada produto, ajuste prioridades e tome decisões mais informadas ao longo do ciclo orçamentário.

A partir dessa associação estruturada entre produtos, beneficiários e políticas públicas, foi possível gerar informações valiosas para a gestão e o acompanhamento do Plano. Abaixo, apresentamos duas tabelas que ilustram esse cruzamento: a primeira mostra a quantidade de produtos vinculados a cada política pública, ao passo que a segunda apresenta a quantidade de produtos associados a cada tipo de beneficiário:

Tabela 1 - Associação de produtos por Política Pública (PPA 2024-2027)

POLÍTICA PÚBLICA	QUANTIDADE DE PRODUTOS
Administração Pública	116
Saúde	87
Transporte e Mobilidade	75
Sem Política Pública Associada	69
Justiça e Segurança Pública	69
Educação	65
Infraestrutura	62
Direitos Humanos	61
Meio Ambiente e Mudanças Climáticas	53
Redução das Desigualdades	42
Desenvolvimento Regional e Apoio aos Municípios	41
Turismo, Desporto e Lazer	39
Cultura	38
Ciência e Tecnologia	33
Assistência Social	28
Trabalho e Emprego	27
Saneamento e Segurança Hídrica	24
Indústria, Comércio e Serviços	24
Agropecuária	20
Habitação e Urbanismo	17
Segurança Alimentar	15
Capacitação	14
Comunicação	11
Segurança Energética	9
Defesa Civil	6
Relações Institucionais	5
Políticas sobre Drogas	4
Parque Tecnológico - Governo Digital	4
Mulher	4
Primeira Infância	2

Tabela 2 - Associação de produtos por beneficiários / público-alvo (PPA 2024-2027)

BENEFICIÁRIOS / PÚBLICOS-ALVO	QUANTIDADE DE PRODUTOS
População em Geral	347
Administração Pública Estadual e Servidores Públicos Estaduais	180
Administração Pública Municipal	52
Estudantes	46
População em Situação de Vulnerabilidade Social e em Situação de Rua	38
Empresários em Geral	29
Sistema de Segurança Pública	20
Minorias Sociais (Negros, Mulheres, Comunidade LGBTQIA+ e Pessoas com Deficiência)	19
População e Setores Econômicos Diretamente Afetados por Alterações no Meio Ambiente	18
População Metropolitana e Urbana	18
Professores	17
Sistema de Saúde	17
Artistas, Artesãos e Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro	16
População Carcerária	14
Instituições de Pesquisa e Inovação	13
População Rural	11
Idosos	10
Trabalhadores Rurais	10
Atletas Profissionais e Amadores e Participantes de Eventos Esportivos em Geral	9
Jovens de 12 a 21 Anos	9
Pessoas Afetadas por Doenças	9
Jovens de 15 a 29 Anos	8
Apenados	7
Empresários do Setor Rural	7
Dependentes Químicos	6
Mulheres	6
Povos e Comunidades Tradicionais	6
Cadeias Produtivas de Setores Econômicos Incentivados e/ou Regulados	5
Administração Pública	4
Crianças até 14 anos	4
Trabalhadores Informais	4
Crianças de 0 a 7 anos	3
Pequenos Produtores	3
Trabalhadores em Geral	3
Gestantes, Puérperas e Recém-Nascidos	2
Micro, Pequenas e Médias Empresas	2
Sistema de Arrecadação e de Controle Fiscal	2
Associações de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis	1
Famílias Assentadas ou Quilombolas da Região do Pontal do Paranapanema	1
Pequenos Empresários, Cooperativas e Associações	1
Produtores Rurais	1

As associações detalhadas entre cada produto, seus respectivos beneficiários e as políticas públicas às quais estão vinculados podem ser consultadas nos arquivos anexos 4 e 5 que acompanham esse relatório. Esses dados permitem uma análise mais aprofundada de cada ação governamental, possibilitando a rastreabilidade dos impactos e a identificação dos públicos-alvo atendidos em cada iniciativa do PPA 2024-2027.

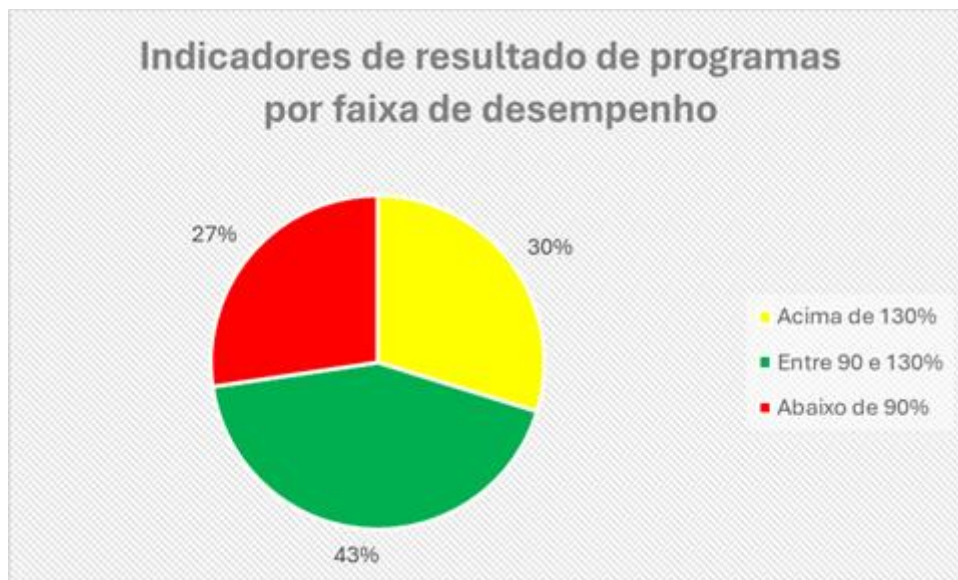
ANÁLISE DO MONITORAMENTO DO PPA, COM ANÁLISE AGREGADA

O monitoramento das metas físicas do Ano I (2024) do PPA, do ponto de vista do planejamento, considera o intervalo de 90 a 130% de cumprimento da meta física como satisfatório.

Como citado acima, há três tipos de indicadores no PPA 2024-2027: indicadores de resultado de programa e indicadores de produto, sendo estes orçamentários ou qualitativos.

Dentre os indicadores de resultado de programa, a análise agregada abaixo demonstra a média da realização física:

Gráfico 1- Indicadores de resultado de programa por faixa de desempenho

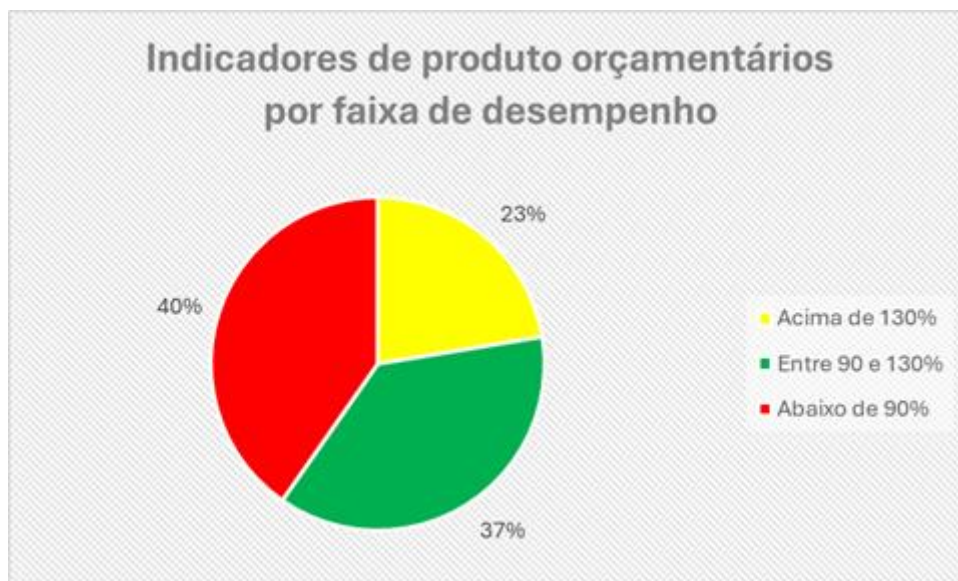


Fonte: Departamento de Planejamento Estadual

Como é possível observar, 43% dos indicadores de resultado de programas ficaram na faixa de desempenho considerada satisfatória.

Quanto aos indicadores de produto do tipo orçamentário, temos a distribuição conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Indicadores de produto orçamentários por faixa de desempenho

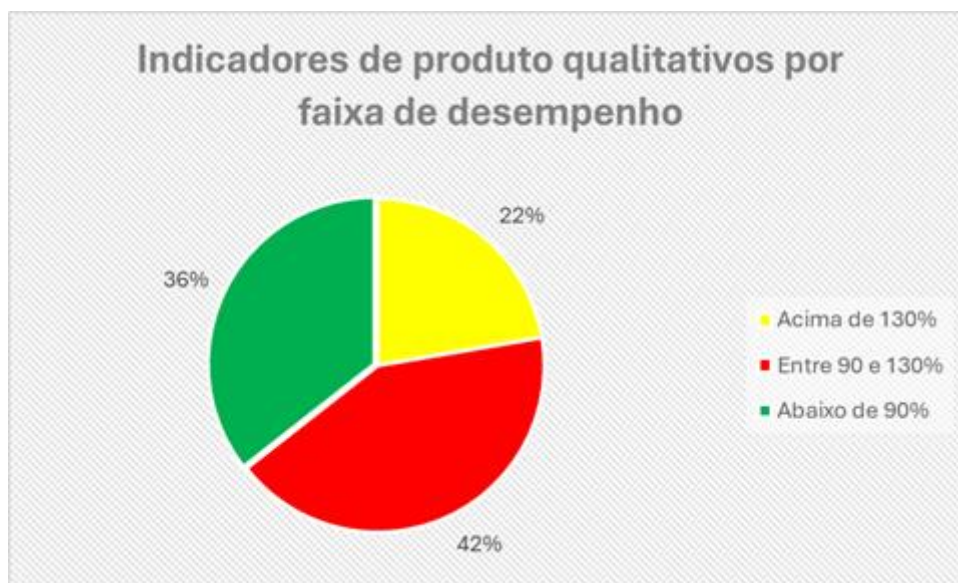


Fonte: Diretoria de Planejamento Estadual

No caso dos indicadores de produto do tipo orçamentário, 37% destes tiveram execução considerada satisfatória segundo a área de planejamento estadual.

O gráfico abaixo resume a distribuição dos indicadores de produto do tipo qualitativo:

Gráfico 3 – Indicadores de produto qualitativos por faixa de desempenho



Fonte – Diretoria de Planejamento Estadual

Como é possível observar, 36% dos indicadores de produto qualitativos tiveram desempenho satisfatório, resultado bastante próximo dos indicadores de produto orçamentários.

REVISÃO DO PPA 2024-2027

Como importante estratégia para o aprimoramento do PPA, será publicado um Decreto referente à primeira revisão do Plano Plurianual – PPA 2024-2027, instituído pela Lei nº 17.898/2024. A publicação contempla também as metas de resultados de todos os programas e produtos do plano para o exercício corrente. Essa normativa é composta por cinco anexos, sendo eles:

- Anexo I – Alterações em Programas do PPA 2024-2027;
- Anexo II – Alterações em Produtos do PPA 2024-2027;
- Anexo III – Alterações em Indicadores do PPA 2024-2027;
- Anexo IV – Substituições de Indicadores do PPA 2024-2027;
- Anexo V – Metas dos Indicadores de Programas e de seus Produtos do PPA 2024-2027 para 2025.

As revisões realizadas estão em conformidade com o artigo 12 do Decreto nº 68.807/2024 e com a Resolução Conjunta CC/SFP-2/2024, englobando a atualização, alteração e adequação de programas, produtos e seus respectivos componentes. Já a publicação das metas de resultados está respaldada no artigo 14 da Lei nº 17.898/2024, que estabelece que o Poder Executivo deve publicar anualmente, em ato próprio, as metas de resultados de todos os programas e dos indicadores de produtos do PPA para o respectivo exercício. A revisão foi resultado de um trabalho conjunto entre as equipes técnicas da Secretaria da Casa Civil, da Secretaria da Fazenda e Planejamento e das demais secretarias estaduais e órgãos vinculados com o objetivo de aprimorar a proposta.

Esse esforço conjunto teve como focos principais o alinhamento das propostas às diretrizes e objetivos do Governo, a definição de metas desafiadoras e efetivas, o maior alinhamento entre orçamento alocado e metas físicas estipuladas e o fortalecimento do conceito de eficiência administrativa. Esses princípios estão em sintonia com o Decreto nº 68.538/2024, que dispõe sobre diretrizes e ações voltadas à modernização da Administração Pública estadual, à expansão do investimento, à eficiência do gasto público e à redução de despesas correntes.

Conforme previsto no artigo 20 da Lei nº 17.898/2024, o Poder Executivo está autorizado a promover revisões no PPA 2024-2027, por meio de ato próprio, com os seguintes objetivos: alterar, incluir ou excluir indicadores, mantendo sua compatibilidade com programas, produtos e objetivos estratégicos; fundir ou desmembrar programas e produtos; alterar metas; e corrigir atributos nas fichas dos programas constantes no Anexo II, desde que não se modifiquem a essência, o público-alvo ou o objetivo do programa. As revisões devem ser publicadas em portal oficial do governo e comunicadas à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado. A transferência ou



remanejamento de dotações orçamentárias decorrente dessas revisões não poderá alterar os valores globais das programações aprovadas na lei orçamentária anual.

No total, foram realizadas alterações em 2 programas e 65 produtos, além de pequenas modificações em indicadores e alteração de suas metas, que foram recalculadas. Também foram substituídos 9 indicadores de resultado, 49 indicadores orçamentários de produto e 60 indicadores qualitativos de produto.

O processo de revisão do PPA 2024-2027 representa uma etapa essencial para o seu aprimoramento contínuo, permitindo a atualização de programas, produtos, metas e indicadores à luz das mudanças de contexto, das necessidades emergentes da população e das prioridades de governo. Ao alinhar o plano às capacidades e realidades dos órgãos setoriais, a revisão fortalece a efetividade das políticas públicas e amplia a coerência entre o planejamento e a execução, assegurando que o Plano Plurianual se mantenha como um instrumento vivo, dinâmico e responsivo à complexidade da gestão pública estadual.



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PPA 2024/2027

PERÍODO 2024-2025

Os Objetivos Estratégicos do governo são definidos no processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA 2024-2027), orientando ações de médio e longo prazo. Esses objetivos norteiam o planejamento de diversos programas e órgãos governamentais.

Para monitorar os fenômenos relacionados a esses objetivos, foram selecionados indicadores disponíveis no [Painel de Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos](#). Este relatório apresenta uma síntese dos principais resultados publicados no painel, referente aos dados divulgados ao longo do ano de 2024, além de quadros com os programas e órgãos relacionados a cada um dos objetivos. Além disso, alguns indicadores de resultados de programas do PPA associados aos objetivos estratégicos são apresentados para complementar a explicação dos fenômenos ora analisados e do papel do Governo do Estado de São Paulo no atingimento destes objetivos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: EDUCAÇÃO PÚBLICA COM EFETIVIDADE, QUALIDADE E ACESSO AMPLIADOS, PARA GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

APRESENTAÇÃO

O objetivo estratégico relativo à educação pública do PPA 2024-2027 pressupõe alcançar maiores resultados na aprendizagem, com trajetória adequada e redução da evasão. Para tanto, o Estado deverá assegurar acesso a serviços públicos educacionais de qualidade e trabalhar para o fortalecimento do vínculo dos alunos com a escola, agregando o uso dos espaços ao esporte, ao lazer, à cultura, à vida comunitária e à referência cívica. Além disso, pretende reduzir a desigualdade de aprendizagem entre alunos das redes pública e privada, com aumento de equidade na geração de oportunidades de longo prazo.

A Secretaria de Educação (SEDUC) é a que se responsabiliza pela oferta de ensino fundamental e médio e atende alunos de, aproximadamente, 6 a 17 anos de idade. No ensino fundamental inicial (primeiro ao quinto ano), as matrículas são, na maior parte, oferecidas pelos municípios, sendo o Estado responsável por 26% do total. Nos anos finais (sexto ao nono ano), há participação majoritária do Estado (71%). Mas é, principalmente, no ensino médio que as escolas públicas estaduais se destacam, oferecendo 97% das matrículas.

A seguir, são apresentados alguns indicadores que monitoram o progresso em relação ao objetivo estratégico da educação. Esses dados contribuem para um diálogo sobre o desempenho das estratégias descritas nos planos plurianuais e setoriais.

IDESP do ensino médio

O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) é um indicador de qualidade do ensino fundamental e do médio. Na avaliação da efetividade e qualidade das escolas feita por este índice, consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e o fluxo escolar (taxa média de aprovação em cada etapa da escolarização). Os resultados variam em uma escala de zero a dez. O SARESP consiste em uma avaliação do Ensino Básico na rede estadual realizada anualmente, que procura verificar o rendimento escolar dos alunos dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio.

O indicador teve um desempenho muito abaixo de 5 - a meta estabelecida para 2030 - ao longo de todo o período 2012-2022. Em 2012, era 1,91 e em 2022, 1,95. O IDESP foi um pouco mais elevado, no período 2015-2019, com média de 2,4, sendo que o mais alto foi obtido em 2018 (2,51). Em 2020, não foi realizada avaliação em decorrência da pandemia.

Gráfico 1.1 – IDESP do ensino médio

Estado de São Paulo, 2012 a 2022

Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Poucos municípios se destacam na comparação com as pontuações obtidas para o conjunto do Estado. As exceções são municípios de pequeno porte (faixa populacional entre 4 mil e 7,5 mil habitantes), na área oeste do Estado: Paulo de Faria, que tinha uma média de 2,4 no período de 2013 a 2019 e, em 2022, alcançou 5,46 (127% de incremento); Populina que, ao longo do período de 2012 a 2022, teve pontuações bastantes superiores à da média do Estado, obtendo, em 2019, a maior nota (5,23) e, em 2022, 4,88; e Irapuã que teve um desempenho oscilante, mas obteve uma média de 2,9, no período 2012-2019, e aumentou para 4,46, em 2022.

Adequação da formação docente

Este indicador é calculado pela razão entre o número de docentes dos anos finais do ensino fundamental com formação adequada à área do conhecimento que lecionam e o total de docentes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º anos). A formação adequada corresponde ao ensino superior de licenciatura ou bacharelado, com complementação pedagógica.

Em 2013, a proporção de docentes com formação adequada era de 64,4% e se manteve oscilando perto dos 70% até 2023.

Gráfico 1.2 – Proporção de docentes dos anos finais do ensino fundamental com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam (%)

Estado de São Paulo, 2013 a 2023

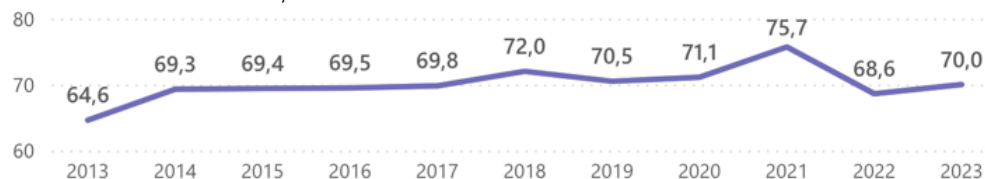
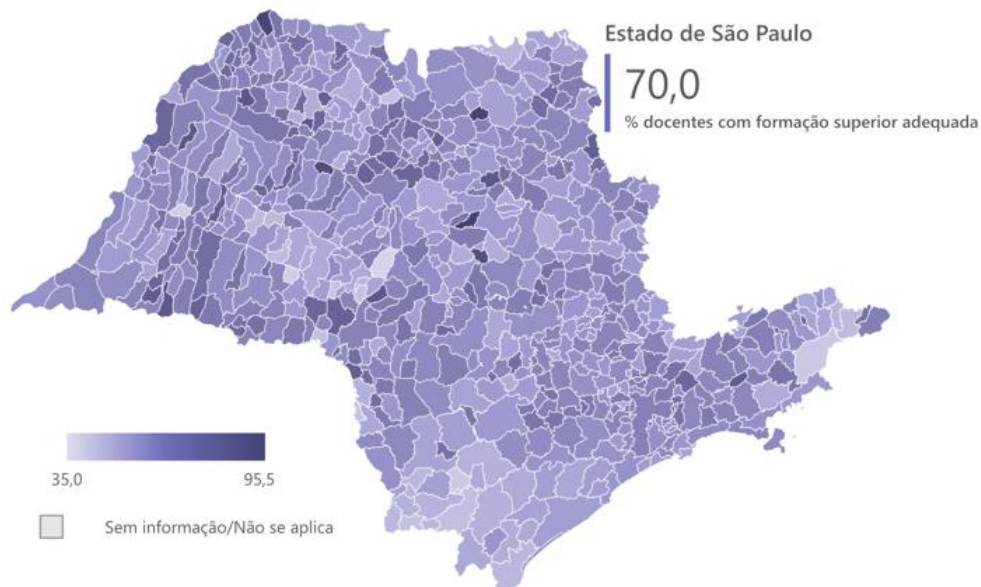
Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Figura 1.1 – Proporção de docentes dos anos finais do ensino fundamental com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam (%)

Municípios de São Paulo, 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

A análise por municípios revela que alguns pequenos municípios localizados em diversas Regiões Administrativas, no interior do Estado, obtiveram maiores proporções de docentes com formação adequada, como Gavião Peixoto (95,5%), Terra Roxa (94,4%), Populina (93,8%), Dourado (91%) e Barbosa (90,9%).

População de 15 a 17 anos no ensino médio ou com educação básica completa

Este indicador corresponde ao número de jovens de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio ou já concluíram a educação básica, em relação à população total, nessa faixa etária. A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Em 2012, esse percentual era o mais baixo da série (79,2%), subindo, quase constantemente, até alcançar 85,8% em 2023, próximo ao que foi alcançado em 2016 e 2022 (86%). Em 2020, registrou-se o maior percentual (88,6%), mas esse foi um ano atípico, em função da pandemia. A média do período 2012-2023 foi de 85,9% (considerando 2020). Não há distinção entre a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e o Interior.

Gráfico 1.3 – População de 15 a 17 anos de idade que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa (%)

Estado de São Paulo, 2013 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Percentual de alunos da educação profissional técnica em nível médio

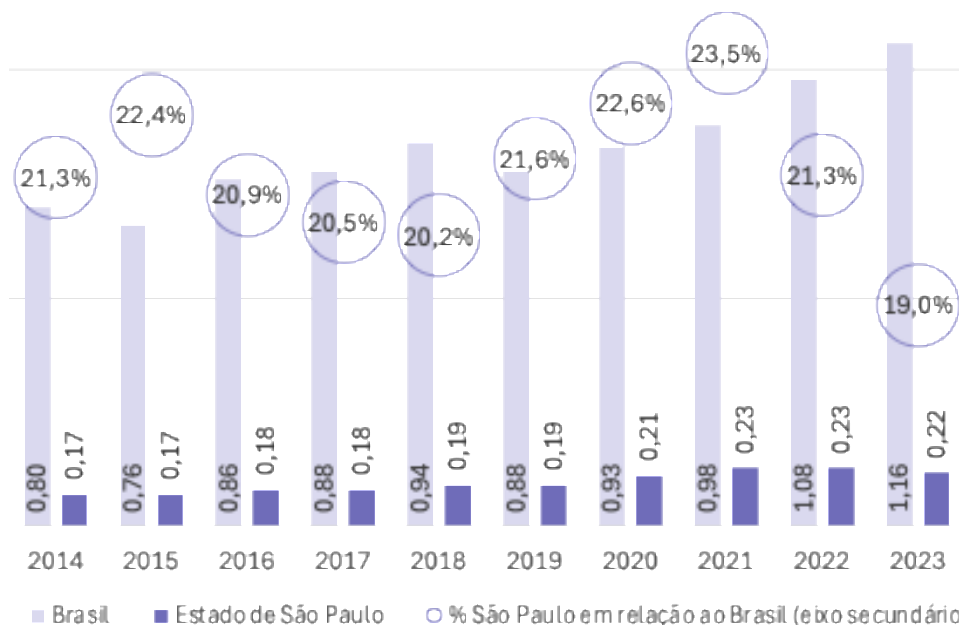
O indicador compreende o número de matrículas da educação profissional técnica (EPT) de nível médio na rede estadual, em relação ao total de matrículas do ensino médio na rede estadual.

O percentual de alunos matriculados na EPT, em nível médio, elevou-se constantemente, de 2012 (10,0%) a 2021 (16,9%), caindo, sucessivamente, em 2022 (15,4%) e 2023 (14,4%).

Note-se que esse percentual é mais elevado que o da média do Brasil (13,1%) “mas, no recorte regional, cinco estados aparecem com mais de 20% das matrículas da EPT de nível médio, em relação ao total de matrículas na última etapa da Educação Básica: Piauí (28%), Espírito Santo (25,7%), Acre (23,8%), Rio Grande do Sul (23,8%) e Paraíba (22,4%)³”.

Gráfico 1.4 – Alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio (em milhões)

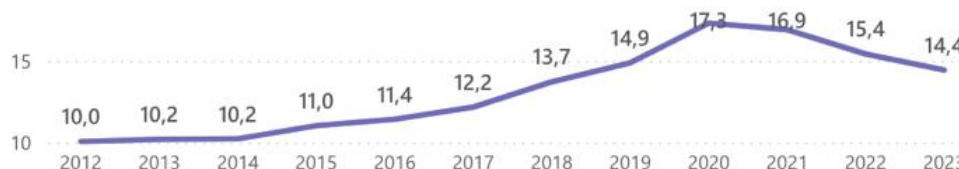
Estado de São Paulo e Brasil, 2014 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#) (São Paulo), Todos pela educação (Brasil)⁵.

Gráfico 1.5 – Porcentagem de alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio em relação ao total de alunos do ensino médio

Estado de São Paulo, 2012 a 2023

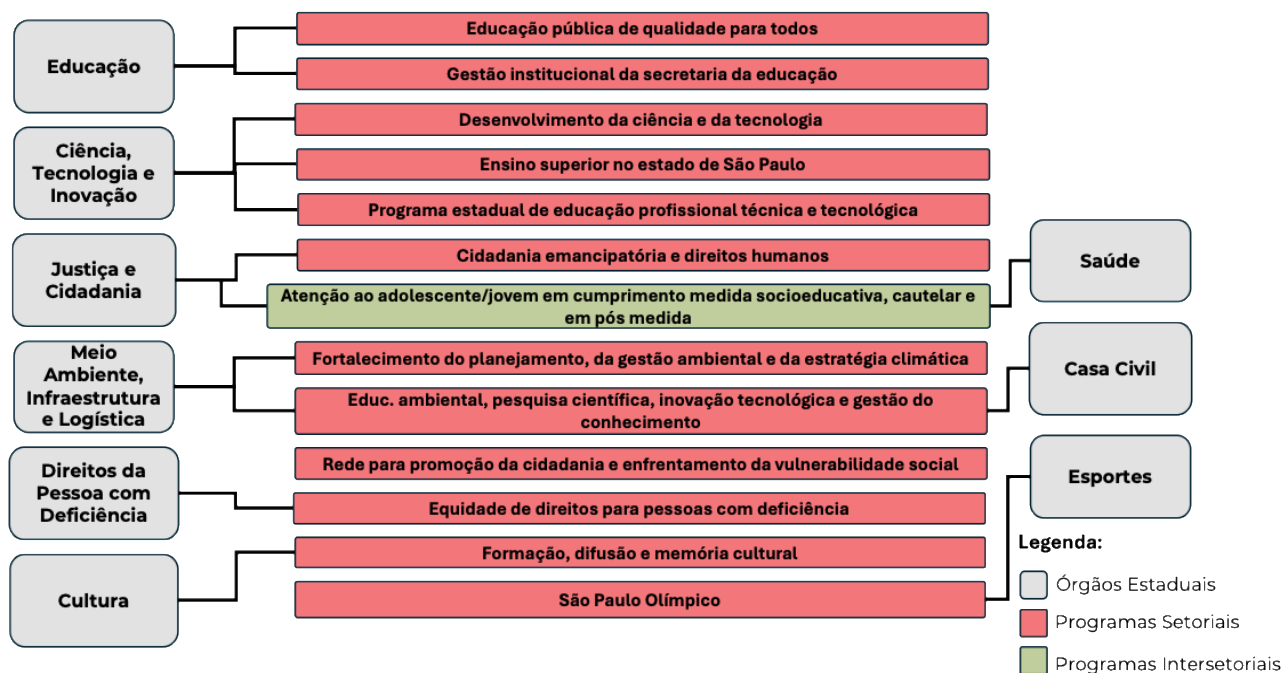


Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

³ TODOS PELA EDUCAÇÃO. Ensino Médio – Educação Profissional e Tecnológica. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024. Capítulo 4. Disponível em: <https://anuário.todospelaeducacao.org.br/capitulo-4b-ept.html#2b3f2704-3fa4-4850-8aa8-3fb9b225a0d8>. Acesso em: 10 fev. 2025.

As regiões administrativas (RA) que apresentam maior proporção de alunos matriculados em ensino profissionalizante técnico são: Barretos (27,7%), Franca (26,9%), Marília (26,2%), Presidente Prudente (23,3%) e Central (22,6%). As demais têm percentuais abaixo de 20%.

Figura 1.2 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 1 de educação



Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

No contexto da avaliação da qualidade da educação na rede estadual de São Paulo, dois indicadores de resultado de programas se destacam por sua relevância e complementaridade: o Indicador *Percentual de Estudantes com Nota Superior a 5 em Matemática e Língua Portuguesa no Provão Paulista* e o Indicador *Taxa de Frequência Escolar Média dos Estudantes nas Escolas da Rede Estadual*. Ambos estão vinculados ao **Programa Educação Pública de Qualidade para Todos** e integram o Plano Plurianual (PPA).

De acordo com o **Gráfico 1.1** (IDESP do Ensino Médio), em 2022, o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) registrou o valor de 1,95. Esse indicador considera exclusivamente o desempenho dos alunos do ensino médio, sendo, portanto, específico para essa etapa da educação básica.

Concomitantemente, no âmbito do Plano Plurianual (PPA), o Indicador *Percentual de Estudantes com Nota Superior a 5 em Matemática e Língua Portuguesa no Provão Paulista* contempla tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio. Em 2022, esse indicador apontou que 26% dos estudantes obtiveram nota superior a 5 nas disciplinas avaliadas. Em 2024, esse percentual subiu para 42%, representando um aumento de 16 pontos percentuais. Esse avanço sinaliza uma melhoria significativa no desempenho dos alunos, refletindo os efeitos positivos de políticas públicas e ações voltadas à qualificação da educação básica.

A frequência escolar, por sua vez, é um fator decisivo para o rendimento acadêmico. O Indicador *Taxa de Frequência Escolar Média dos Estudantes nas Escolas da Rede Estadual*, revela o grau de engajamento dos alunos com o processo educativo. Embora a frequência não componha diretamente o cálculo do IDESP, sua influência é expressiva: ela impacta indiretamente os resultados do SARESP, base do IDESP, e os índices de aprovação, reprovação e evasão escolar.

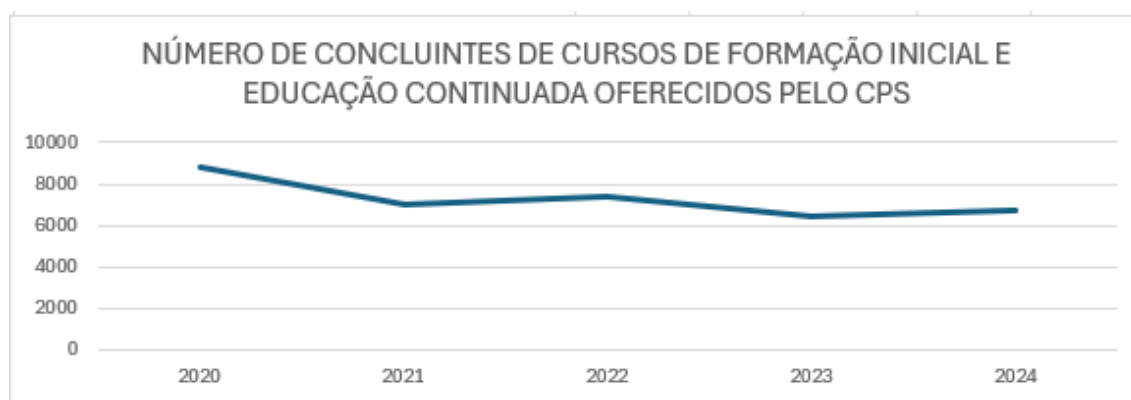
Altos índices de ausência escolar tendem a comprometer o desempenho acadêmico, elevando a repetência e a evasão. Em contrapartida, escolas com bons níveis de assiduidade costumam apresentar melhores resultados nas avaliações e maior continuidade no percurso escolar. A presença constante em sala de aula favorece a assimilação dos conteúdos, a participação nas atividades pedagógicas e o esclarecimento de dúvidas, aspectos essenciais para a consolidação do conhecimento. Dessa forma, os dados de desempenho e frequência reforçam a importância de uma abordagem integrada na gestão educacional.

No **Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica**, da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação, observa-se uma intrigante semelhança entre a trajetória do indicador de resultado de programa *Número de Concluintes de cursos de formação inicial e Educação Continuada oferecidos pelo Centro Paula Souza* (cujos dados foram extraídos do Sistema de Monitoramento do PPA) e o indicador de Objetivo Estratégico, *População de 15 a 17 anos de idade que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa*, apresentada no **Gráfico 1.3**.

A partir do ano de 2020 é possível observar certo paralelismo entre o indicador de resultado de programa (**Gráfico 1.6**) e o indicador de objetivo estratégico supracitados:

Gráfico 1.6 –Número de concluintes de cursos do Formação Inicial e Educação Continuada oferecidos pelo Centro Paula Souza

Estado de São Paulo, 2020 a 2024



Ao analisarmos conjuntamente as curvas dos gráficos dos indicadores, é possível observar certo paralelismo entre essas duas trajetórias educacionais, de naturezas distintas, mas, de alguma forma, correlatas.

A Formação Inicial e a Educação Continuada têm como objetivo proporcionar qualificação profissional rápida e acessível, especialmente voltada à inserção no mundo do trabalho. Já a frequência ao ensino médio ou a conclusão da educação básica entre

adolescentes de 15 a 17 anos é um indicador fundamental de acesso, permanência e sucesso no ensino formal.

A crescente busca por qualificação também é um reflexo da articulação entre a educação básica, a formação profissional e as exigências do mercado. Em muitos casos, os formados em cursos técnicos buscam programas de qualificação continuada para ampliar suas habilidades. Esse movimento mostra que os estudantes cada vez mais procuram desenvolver competências que atendam às exigências de um mercado de trabalho dinâmico e competitivo. Além disso, a ampliação da oferta de cursos e o interesse crescente pela qualificação indicam a necessidade de políticas públicas de inclusão produtiva, empregabilidade e desenvolvimento regional. Os cursos FIC têm se consolidado como uma opção estratégica e acessível, especialmente para jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, muitos dos quais buscam uma inserção rápida e eficaz no mercado de trabalho.

A correlação entre essas variáveis pode ser explicada por fatores estruturais e contextuais comuns, tais como:

- Expansão da oferta de políticas públicas educacionais, especialmente voltadas à juventude;
- Melhor articulação entre ensino regular e profissionalizante, especialmente em instituições como o Centro Paula Souza, que opera em sinergia com o sistema estadual de educação;
- Crescimento da valorização social da qualificação técnica como via legítima de formação e empregabilidade, que pode impulsionar tanto a permanência dos jovens no sistema educacional quanto sua busca por cursos de formação rápida.

O aumento da frequência escolar entre adolescentes potencializa um ambiente propício para o crescimento da demanda por cursos de formação complementar e técnica. Por outro lado, a ampliação da oferta desses cursos pode servir como um estímulo para que jovens permaneçam ou retornem ao sistema educacional formal, contribuindo para a elevação do indicador de escolarização da faixa etária de 15 a 17 anos.

O Indicador *Número de Concluintes nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECS) do CPS*, que mede o número de concluintes nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) do Centro Paula Souza (CPS), registrou 88.094 concluintes no ano de 2024. Este indicador é fundamental para avaliar a qualidade e a efetividade da educação técnica no estado de São Paulo, pois reflete a capacidade das ETECs em formar profissionais qualificados, atendendo às demandas do mercado de trabalho e impulsionando o desenvolvimento econômico do estado.

Já o indicador de resultado *Número de Concluintes nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECS) do CPS*, também do **Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica**, da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação, registrou 88.094 concluintes no ano de 2024. Este indicador reflete a capacidade das ETECs em formar profissionais qualificados, atendendo às demandas do mercado de trabalho.

A educação profissional técnica desempenha um papel estratégico na formação de jovens, especialmente na faixa etária de 15 a 17 anos, que estão em um período crucial para a conclusão do ensino médio e a obtenção da educação básica completa. Assim, o indicador de resultado de programa *Número de Concluintes nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECS) do CPS* também contribui diretamente para a melhoria do indicador



de objetivo estratégico *Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.*

Ao proporcionar uma formação qualificada, as ETECs ajudam a garantir que mais jovens completem o ciclo educacional, ampliando suas chances de acesso ao mercado de trabalho e reduzindo as desigualdades sociais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: SAÚDE PÚBLICA COM MAIOR ACESSO, QUALIDADE, RESOLUTIVIDADE E TECNOLOGIA, PARA ENFRENTAMENTO DAS PRINCIPAIS CAUSAS DE PROBLEMAS DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O objetivo estratégico de saúde busca reduzir a incidência dos principais problemas de saúde enfrentados pelo cidadão paulista, ampliando e qualificando o acesso da população aos serviços públicos, com uso intensivo de tecnologia e adoção de medidas de gestão, pensadas para otimizar o atendimento e a distribuição dos recursos, dentro de um sistema regionalizado e hierarquizado. Apoiar os municípios para o fortalecimento da atenção primária, mediante adoção de estruturas eficientes e resolutivas no cuidado básico, que permitam a redução da demanda por serviços mais complexos nas urgências e emergências e o aumento da efetividade quanto à proteção da saúde das pessoas. A seguir, são apresentados os indicadores do Objetivo Estratégico 2 – Saúde, do PPA 2024 – 2027, e sua evolução, a partir de 2012, tanto para o total do Estado, quanto as Regiões Administrativas e Metropolitanas, quando há dados disponíveis, nessa desagregação.

Esperança de vida ao nascer da população (Anos)

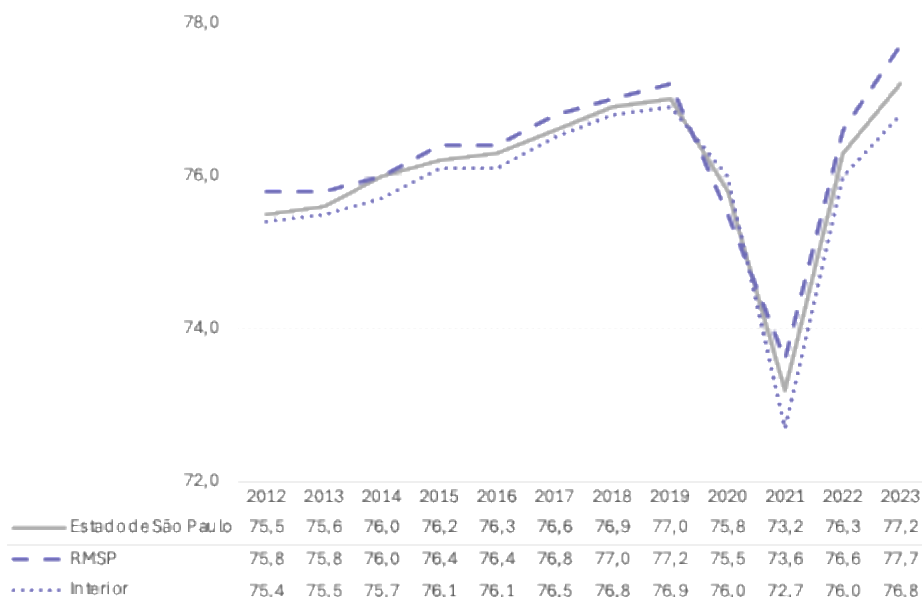
Esperança de vida ao nascer é um indicador que expressa o número médio de anos que se espera que um recém-nascido viva, considerando o padrão de mortalidade vigente em um determinado local e ano. É um indicador de qualidade de vida de um país, região ou localidade. Fatores como saúde, educação, situação socioeconômica, criminalidade e poluição são determinantes para maior esperança de vida

A estimativa da esperança de vida, para o Estado de São Paulo em 2023, alcançou 77,2 anos, superando o máximo atingido, 77,0 anos em 2019). O crescimento acumulado, em 2022 e 2023, foi de quatro anos e confirma a recuperação dos indicadores de longevidade, após rápido declínio causado pela elevação da mortalidade durante o período da pandemia de Covid-19 (2020 e 2021), que representou 3,8 anos perdidos na vida média paulista.

Os indicadores de esperança de vida ao nascer superaram o patamar de 2019, no município de São Paulo⁴, em que a estimativa passou de 77,9 para 78,5 anos, entre 2019 e 2023, e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em que houve aumento de 77,2 para 77,7 anos, no mesmo período. No interior, houve pequeno decréscimo, de 76,9 para 76,8 anos, também, entre 2019 e 2023.

⁴ FUNDAÇÃO SEADE. “SEADE SP DEMOGRÁFICO – Esperança de Vida Paulista”, Ano 24, número 2, julho de 2024. Disponível em: SP Demográfico n.2 2024. Acesso em: 22 nov. 2024.

Gráfico 1.6 – Esperança de vida ao nascer da população (anos)
Estado de São Paulo, RMSP e interior, 2012 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Taxa de mortalidade prematura (30 A 69 ANOS) causada por DCNT (por 100 mil habitantes)

O envelhecimento populacional, as mudanças no padrão de alimentação e o maior sedentarismo têm como consequência o aumento da prevalência das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que impacta a demanda e, consequentemente, os gastos com serviços de saúde. A Taxa de Mortalidade Prematura por Doenças Crônicas não Transmissíveis, por cem mil habitantes, atingiu seu menor nível, desde 2012, em 2020 (311,4), resultado que pode refletir o impacto da pandemia, possivelmente, por ter impactado a distribuição dos registros de óbitos referentes às DCNT. Nos dois anos seguintes, houve aumentos, para 325,9, em 2021 e 333,1, em 2022. Em 2023, a tendência foi revertida, com uma queda para 314,3.

Gráfico 1.7 – Taxa de Mortalidade Prematura por DCNT, por 100 mil habitantes
Estado de São Paulo, 2012 a 2023

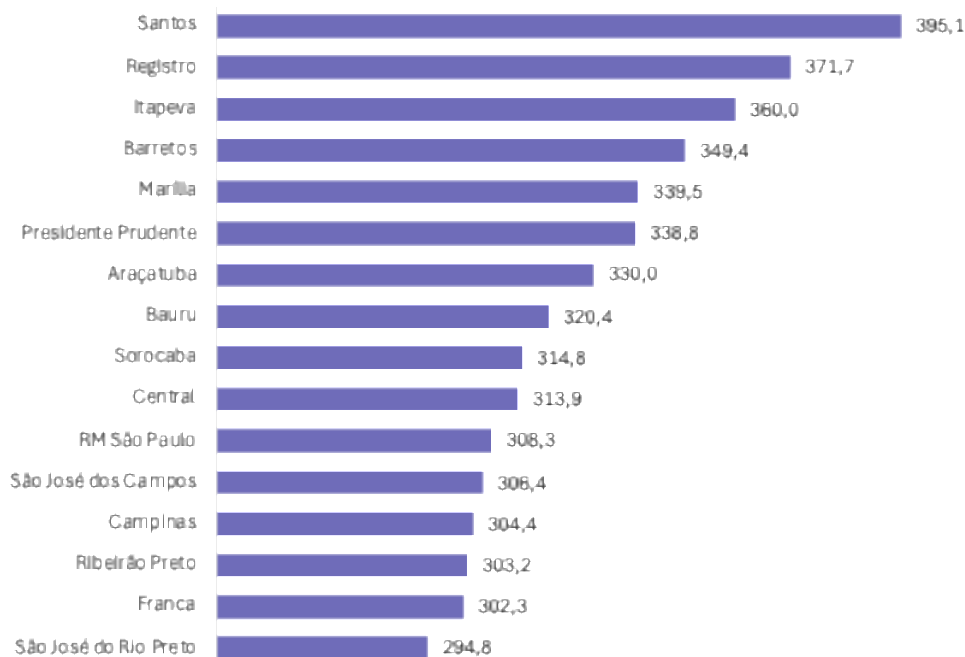


Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

No entanto, há diferenças importantes entre as diversas Regiões Administrativas e Metropolitanas do Estado. Em 2023, seis Regiões Administrativas e a RMSP apresentaram taxas iguais ou inferiores à média do Estado, com destaque para a RA de São José do Rio

Preto, com 294,8. Outras nove RA registraram taxas superiores à média do Estado e, na RA de Santos, a taxa foi de 395,1, como pode ser observado no **Gráfico 1.8**, abaixo.

Gráfico 1.8 – Taxa de Mortalidade Prematura por DCNT, por 100 mil habitantes
RMSP e Regiões Administrativas, 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Taxa de mortalidade infantil (por 100 mil nascidos vivos)

A taxa de mortalidade infantil (TMI) estima o risco de um recém-nascido morrer antes de completar um ano de vida. É calculada dividindo o número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade por mil nascidos vivos, num determinado período. É um indicador importante para avaliar as condições de vida e de saúde da população. Taxas reduzidas de mortalidade infantil indicam bons níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. A TMI é afetada por diversos fatores, como a qualidade da assistência ao parto e ao recém-nascido, as condições de vida e os problemas comuns aos primeiros 12 meses de vida.

As principais causas da mortalidade infantil englobam algumas afecções originadas no período perinatal, malformações congênitas, doenças infecciosas e parasitárias e doenças do aparelho respiratório. Adicionalmente, as taxas de mortalidade infantil por idade da mãe mostram que as crianças nascidas de mulheres com menos de 19 anos e daquelas com mais de 40 anos apresentam os maiores riscos de morrer antes de completarem um ano de vida⁵.

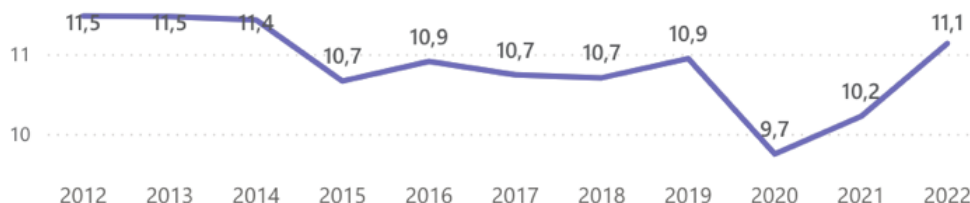
A taxa de mortalidade infantil no Estado de São Paulo permaneceu, relativamente, estável entre 2012 e 2022 (11 óbitos por mil nascidos vivos). Em termos regionais, contudo,

⁵ FUNDAÇÃO SEADE. SEADE INFORMA. DEMOGRAFIA. Mortalidade infantil retoma tendência de queda em 2020. Disponível em: [Seade Informa Demografia – nov.2021](#). Acesso em: 28 jan. 2025.

há assimetrias. Em 2022, por exemplo, enquanto nove Regiões Administrativas (RA) registraram taxas iguais ou inferiores à média estadual, com destaque para São José do Rio Preto, com menos de nove óbitos infantis por mil nascidos vivos, na RA de Registro, a taxa foi de 14,2.

Gráfico 1.9 – Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)

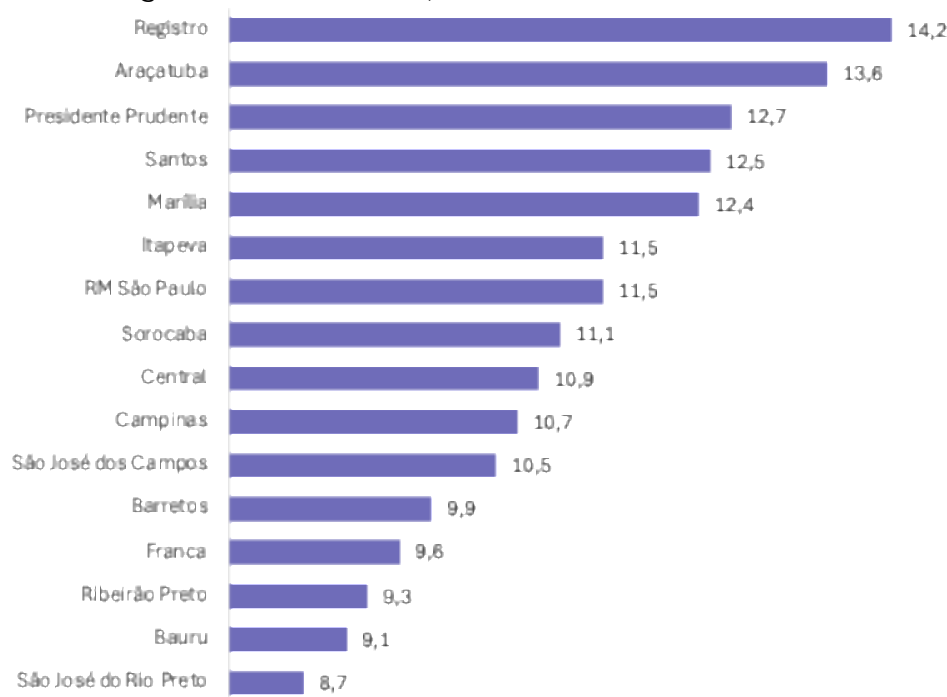
Estado de São Paulo, 2012 a 2022



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Gráfico 1.10 – Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)

RMSP e Regiões Administrativas, 2022



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Razão de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)

A razão de mortalidade materna (RMM) é um indicador de saúde que mede a frequência de óbitos de mulheres por causas relacionadas à gestação, parto e puerpério, em relação ao total de nascidos vivos. A RMM é calculada dividindo o número de mortes por 100 mil nascidos vivos. O número de nascidos vivos é utilizado como uma aproximação do total de mulheres grávidas.

A morte materna é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o parto, devido a causas relacionadas à gravidez, como hipertensão, abortos inseguros, complicações no parto,

hemorragias graves, infecções pós-parto ou doenças crônicas agravadas durante a gestação.

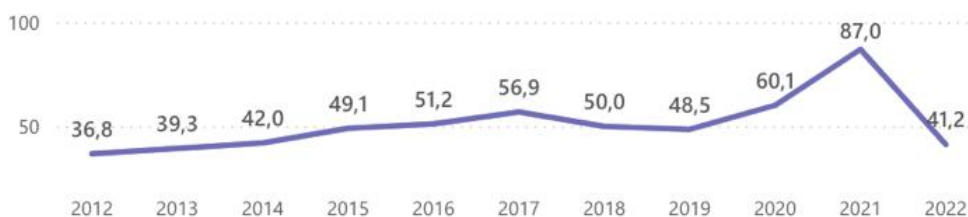
A razão de mortalidade materna se elevou durante a pandemia de Covid-19 e, em 2021, alcançou, no estado de São Paulo, 87 mortes a cada 100 mil nascidos vivos. Em 2019, essa razão era de 48,5 e, em 2020, foi de 60,1. Os motivos para este crescimento envolvem casos em que mulheres grávidas vieram a óbito devido a agravamentos da Covid-19 (conhecidas como mortes obstétricas indiretas) ou mortes em que complicações na gravidez não foram evitadas ou geridas, devido à interrupção dos serviços de saúde.

Em 2022, a razão de mortalidade materna, no Estado de São Paulo, foi de 41,2, patamar semelhante ao de 2014, conforme pode ser observado no **Gráfico 1.11**. Ressalte-se que esse indicador pode apresentar variações significativas, entre períodos e áreas de análise.

Assim, é necessária cautela em sua avaliação, pois o número absoluto de óbitos maternos é muito reduzido, em algumas regiões. Em 2022, por exemplo, essa razão foi zero nas RA de Franca, Presidente Prudente e Registro. Nas RA de Barretos, Campinas, Marília e Sorocaba foi inferior à média estadual e nas de São José do Rio Preto e São José dos Campos e na RMSP, foi semelhante à média do Estado. Nas RA de Araçatuba, Bauru, Central, Itapeva, Ribeirão Preto e Santos, foi superior à média do Estado.

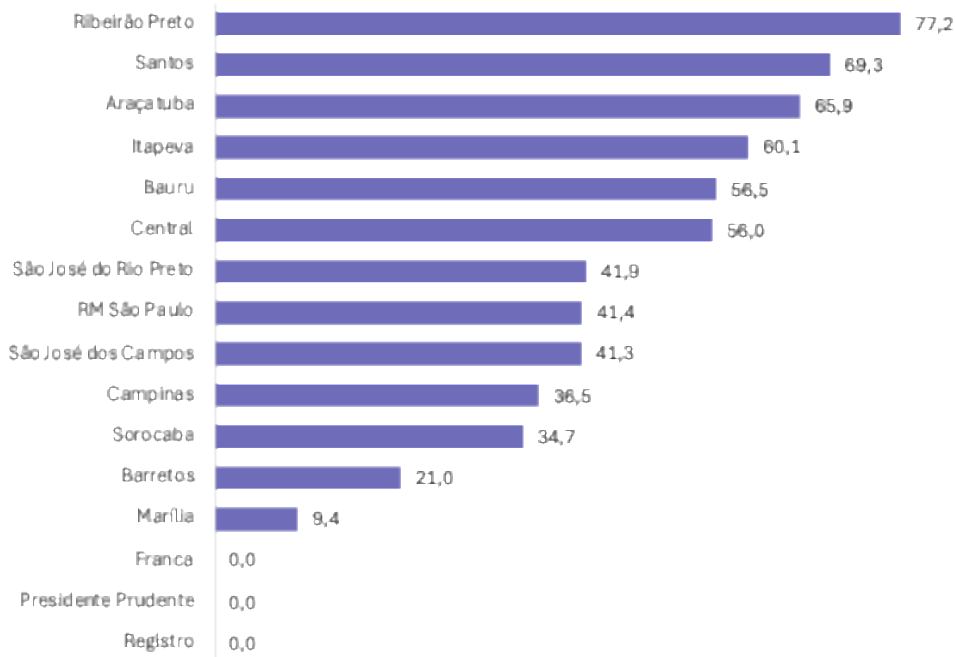
Gráfico 1.11 – Razão de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)

Estado de São Paulo, 2012 a 2022



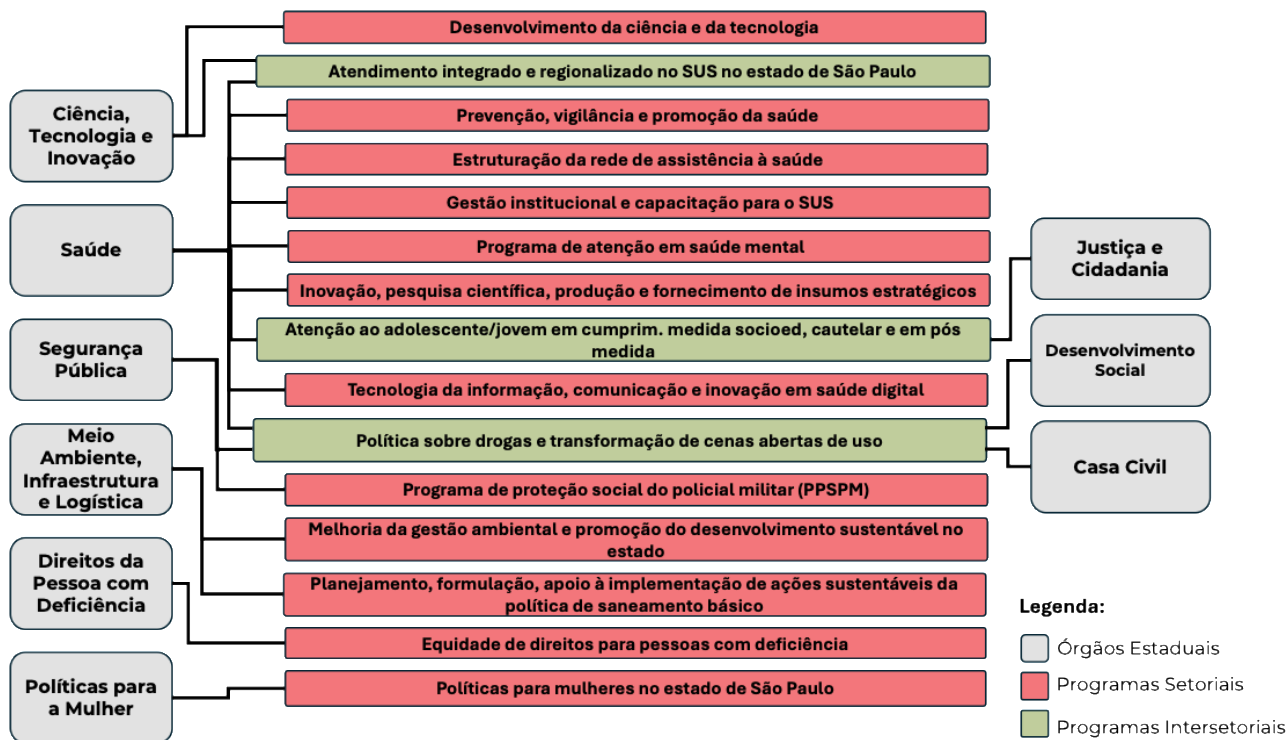
Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Gráfico 1.12 – Razão de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)
RMSP e Regiões Administrativas, 2022



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Figura 1.3 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 2 de saúde



Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

Alguns Indicadores de Resultado de Programa complementam a compreensão da trajetória dos indicadores de objetivo estratégico.

No programa **Atendimento Integrado e Regionalizado no SUS no Estado de São Paulo**, o Indicador de Resultado de Programa *Número de Consultas Médicas de Especialidades por Habitante por Ano* cumpre esse papel; no programa **Prevenção, Vigilância e Promoção da Saúde** também é de especial interesse o Indicador de Resultado de Programa *Percentual de Municípios que Atingiram a Cobertura Vacinal Preconizada de 95% da Vacina SCR (D1) para Crianças com 1 Ano de Idade*.

O indicador *Número de Consultas Médicas de Especialidades por Habitante por Ano* apresentou um desempenho expressivo em 2024, atingindo 2,22 consultas por habitante. Em comparação, em 2023, o resultado foi de 1,82 consultas por habitante. O aumento de 0,40 consultas por habitante evidencia uma melhoria significativa na oferta e no acesso da população aos serviços de saúde especializados.

Esse avanço é resultado direto do programa **Atendimento Integrado e Regionalizado no SUS no Estado de São Paulo**, que tem como objetivo ampliar e qualificar o acesso da população aos serviços públicos de saúde. O programa utiliza intensivamente tecnologia e medidas de gestão para otimizar o atendimento e a distribuição de recursos dentro de um sistema regionalizado e hierarquizado.

De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, estratégias como a implementação da Tabela SUS Paulista e o Incentivo para a Gestão Municipal (IGM), somadas ao processo de regionalização, contribuíram para o aumento da produtividade das ações de saúde, gerando impacto positivo na Assistência Integral à Saúde no estado. Além disso, as boas relações Inter federativas facilitaram o processo de regionalização e distribuição de recursos, fortalecendo a Rede de Atenção à Saúde. Observa-se um aumento significativo no acesso da população à assistência especializada, bem como uma melhoria na qualidade da atenção básica, comprovada pelo desempenho dos produtos e indicadores do programa.

O crescimento no número de consultas especializadas contribui diretamente para o objetivo estratégico de Saúde Pública, que busca reduzir a incidência dos principais problemas de saúde enfrentados pelos cidadãos paulistas. Ao fortalecer a atenção primária e adotar estruturas eficientes e resolutivas no cuidado básico, o programa contribui para a redução da demanda por atendimentos mais complexos em serviços de urgência e emergência, aumentando a efetividade da proteção à saúde.

Ao relacionar a evolução do número de consultas especializadas com os indicadores do objetivo estratégico, algumas tendências positivas podem ser observadas:

- *Esperança de vida ao nascer*: Em 2023, atingiu 77,2 anos no estado de São Paulo, superando o pico anterior de 2019. Embora este dado seja anterior ao aumento de 2024 nas consultas especializadas, a melhoria no acesso pode contribuir para a manutenção ou elevação dessa tendência nos próximos anos.
- *Taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)*: Houve uma redução em 2023, alcançando 314,3 por 100 mil habitantes. O

acesso ampliado a especialistas pode favorecer o diagnóstico precoce e o manejo mais eficaz dessas doenças, contribuindo para a continuidade da redução.

- *Taxa de mortalidade infantil*: Permaneceu relativamente estável entre 2012 e 2022.
- *Razão de mortalidade materna*: Após um aumento durante a pandemia, os índices voltaram em 2022 a níveis semelhantes aos de 2014. Embora ainda não existam dados atualizados para 2023 e 2024, espera-se que o aumento no acesso a especialistas, como pediatras e obstetras, possa impactar positivamente esses indicadores nos próximos anos.

O desempenho do indicador *Número de Consultas Médicas de Especialidades por Habitante por Ano* em 2024 reflete um avanço importante no acesso da população aos serviços de saúde especializados, alinhando-se aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual da Saúde do Estado de São Paulo. Esse progresso contribui para a qualificação do atendimento, a redução das desigualdades regionais e a melhoria dos indicadores de saúde da população.

Já o indicador *Percentual de Municípios que Atingiram a Cobertura Vacinal Preconizada de 95% da Vacina SCR (D1) para Crianças com 1 Ano de Idade*, do programa **Prevenção, Vigilância e Promoção da Saúde**, apresentou o resultado de 77% dos municípios, no Estado de São Paulo, que atingiram a cobertura vacinal preconizada de 95% para a vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola - SCR) na primeira dose (D1) para crianças de 1 ano, em 2024.

Este indicador permite avaliar e monitorar a evolução da cobertura vacinal nos municípios do estado, com o objetivo de estimular a vigilância da situação vacinal e garantir que a cobertura mínima prevista pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) - 95% - seja alcançada e mantida de forma homogênea entre os municípios. Isso é essencial para evitar bolsões de suscetibilidade às doenças imunopreveníveis, especialmente em locais com baixas coberturas vacinais.

Contribuíram para o resultado alcançado as estratégias de vacinação implementadas, como as oficinas de capacitação sobre microplanejamento das atividades de vacinação de alta qualidade, com adesão de 97% dos municípios do estado, a vacinação nas escolas, a oferta da vacina SCR durante a campanha de vacinação contra a influenza e os repasses financeiros do Incentivo para a Gestão Municipal - IGM SUS Paulista.

Esse desempenho altamente satisfatório integra o programa **Prevenção, Vigilância e Promoção da Saúde** do Plano Plurianual da Saúde (PPA) 2024-2027, que visa planejar ações para o conhecimento, detecção e prevenção de mudanças nos fatores determinantes do processo de saúde, tanto individual quanto coletivo. O programa também tem a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle de doenças e agravos.

Esse trabalho está alinhado com o objetivo estratégico de Saúde Pública, que busca ampliar e qualificar o acesso aos serviços públicos de saúde, utilizando tecnologia e estratégias de gestão para otimizar o atendimento e a distribuição de recursos dentro de um sistema regionalizado e hierarquizado. O apoio aos municípios no fortalecimento da atenção primária à saúde contribui para a redução da demanda por serviços mais

complexos nas urgências e emergências, resultando em maior efetividade na proteção da saúde da população.

Embora a relação entre a alta cobertura vacinal e os indicadores de saúde do objetivo estratégico Saúde Pública seja indireta, ela é altamente significativa. Manter altas taxas de vacinação contribui para a proteção da saúde coletiva, prevenindo surtos e epidemias que poderiam impactar negativamente outros indicadores, como a taxa de mortalidade infantil. Apesar da taxa de mortalidade infantil no estado ter se mantido relativamente estável entre 2012 e 2022, a vacinação desempenha papel fundamental na manutenção desses índices em níveis baixos. Adicionalmente, a prevenção de complicações de doenças como o sarampo reduz a necessidade de tratamentos mais complexos e onerosos, otimizando os recursos do sistema de saúde.

Em resumo, o bom desempenho do indicador de cobertura vacinal SCR (D1) em 2024 no estado de São Paulo é um forte indicativo do sucesso do programa **Prevenção, Vigilância e Promoção da Saúde** e do seu alinhamento com o objetivo estratégico de Saúde Pública. Reflete o fortalecimento da atenção primária à saúde e um avanço significativo na proteção das crianças contra doenças preveníveis por vacinação. Esse resultado positivo contribui para a redução da incidência de problemas de saúde e para a sustentabilidade do sistema de saúde a longo prazo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA PARA UMA SOCIEDADE PROTEGIDA E COM MENOR INCIDÊNCIA DE CRIMES

APRESENTAÇÃO

O objetivo estratégico (OE) de segurança pública do Plano Plurianual 2024-2027 reflete as linhas gerais do plano traçado pelo governo. O OE 3 é baseado na redução dos índices de criminalidade e violência, por meio da adoção de tecnologia de ponta e da integração das bases de dados, em parceria com os demais entes federados, para prevenção das ocorrências e aumento da taxa de esclarecimento de crimes, incluindo desde furto de celulares até crime organizado e roubos ultraviolentos. Engloba, adicionalmente, alcançar menores índices de violência contra a mulher e a família e de desordem em lugares públicos, além do aumento da ressocialização e da reintegração de jovens e adultos em cumprimento de pena.

A seguir, apresentamos alguns indicadores que monitoram o progresso em relação ao objetivo estratégico para a segurança pública. Esses dados contribuem para um diálogo sobre o desempenho das estratégias descritas nos planos plurianuais e setoriais.

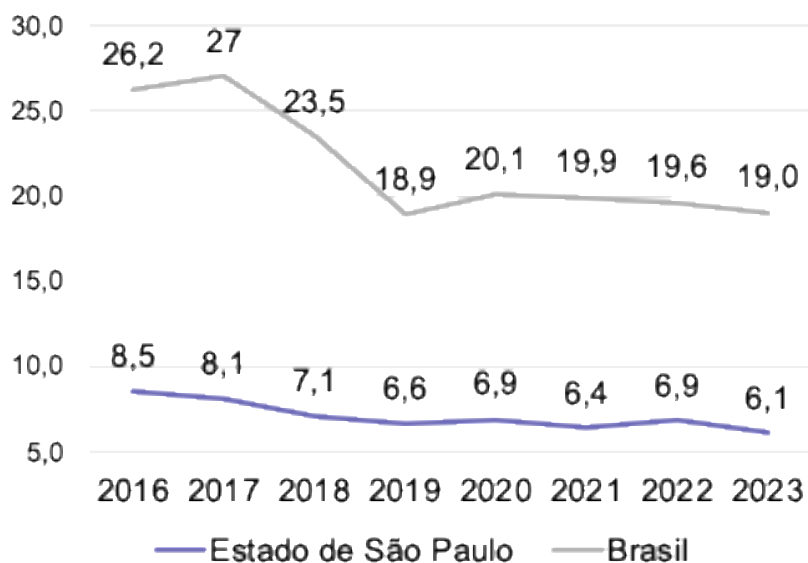
Homicídio doloso

A taxa de homicídios dolosos capta a violência nos territórios, de modo amplo. O indicador se refere a todos os assassinatos que aconteceram de forma intencional ou deliberada. A taxa calcula quantos homicídios dolosos ocorreram por 100.000 habitantes. Esta é a maneira mais recorrente de medir o nível de violência em um país, território ou região.

A taxa de homicídios dolosos vem caindo, tanto no Estado de São Paulo como no Brasil (Gráfico 18). O Estado de São Paulo tem a menor taxa de homicídio doloso por 100.000 habitantes entre todas as Unidades da Federação.

Gráfico 1.13 – Taxa de homicídio doloso (por 100 mil habitantes)

Estado de São Paulo e Brasil, 2016 a 2023



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil); Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos (Estado de São Paulo).

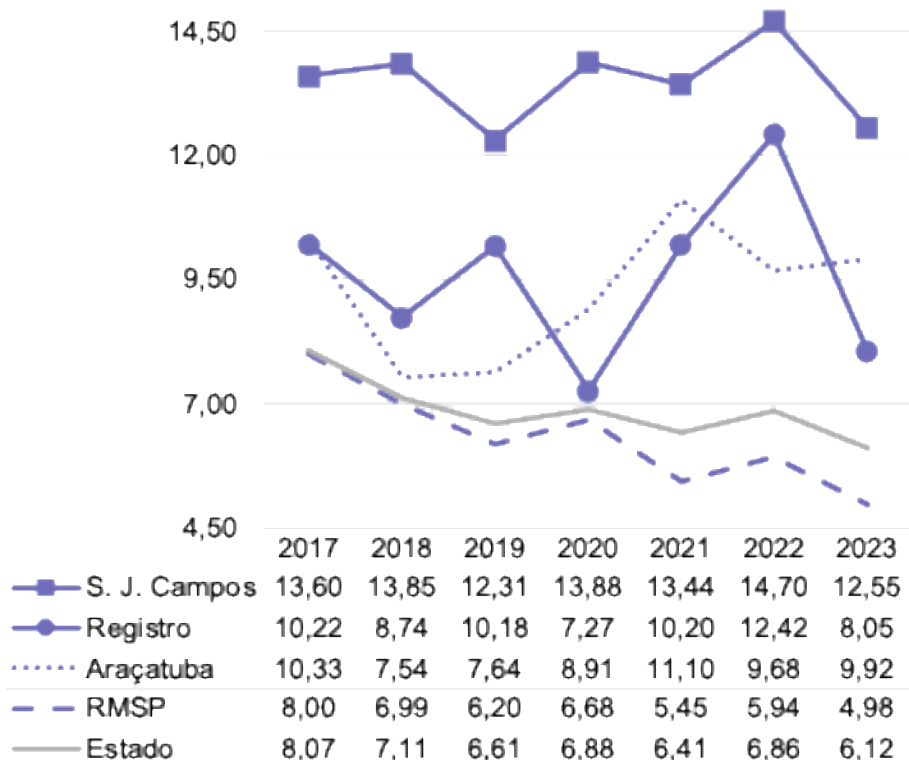
Entre 2016 e 2023, a taxa média de homicídio doloso no Estado de São Paulo vem se reduzindo, de 8,5 (2016) para 6,1 (2023). Porém, existem diferenças entre regiões.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) tem apresentado taxas sistematicamente menores do que o restante do Estado, com 4,98 homicídios para cada 100.000 habitantes em 2023, seguida das Regiões Administrativas (RA) de Marília (5,13) e Sorocaba (5,65).

A RA de São Jose dos Campos apresenta as maiores taxas históricas, com 12,55, em 2023, seguida da RA Araçatuba (9,92) e da RA Registro (8,05).

Gráfico 1.14 – Taxa de homicídio doloso (por 100 mil habitantes)

RMSP e Regiões Administrativas, 2017 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

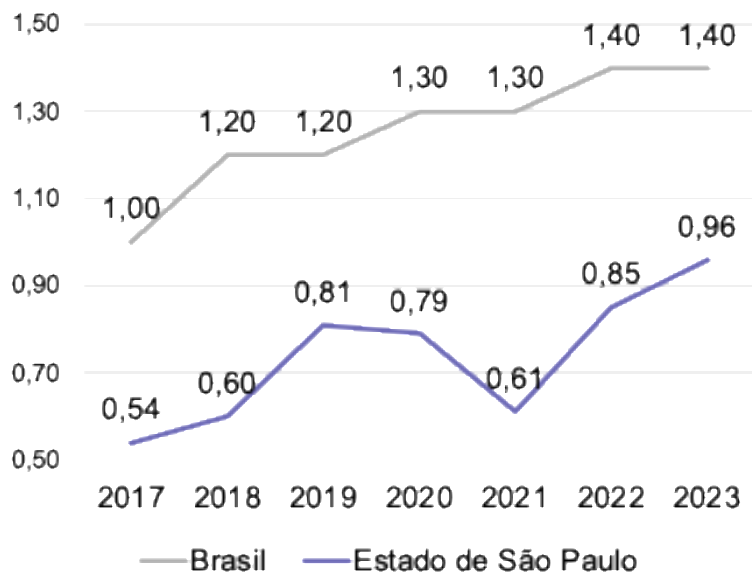
Feminicídio

O feminicídio indica a proporção de assassinatos intencionais que ocorreram pelo simples fato de as vítimas serem mulheres. Dessa forma, o feminicídio é um homicídio doloso com agravante hediondo, envolvendo um contexto cultural de violência doméstica, familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

A tipificação do crime de feminicídio é recente e foi aprovada pela Lei 13.104, de 09 de março de 2015. Em São Paulo, a Lei 17.431 de 2021 determinou a elaboração de estatísticas periódicas sobre a violência contra a mulher. Portanto, é necessário cautela ao observar a evolução histórica da taxa, pois existe um período de adaptação às notificações deste crime. O feminicídio no Estado de São Paulo segue o mesmo padrão dos homicídios dolosos, apresentando uma taxa significativamente menor que a média brasileira.

Gráfico 1.15 – Feminicídios (por 100 mil mulheres)

Estado de São Paulo e Brasil, 2017 a 2023



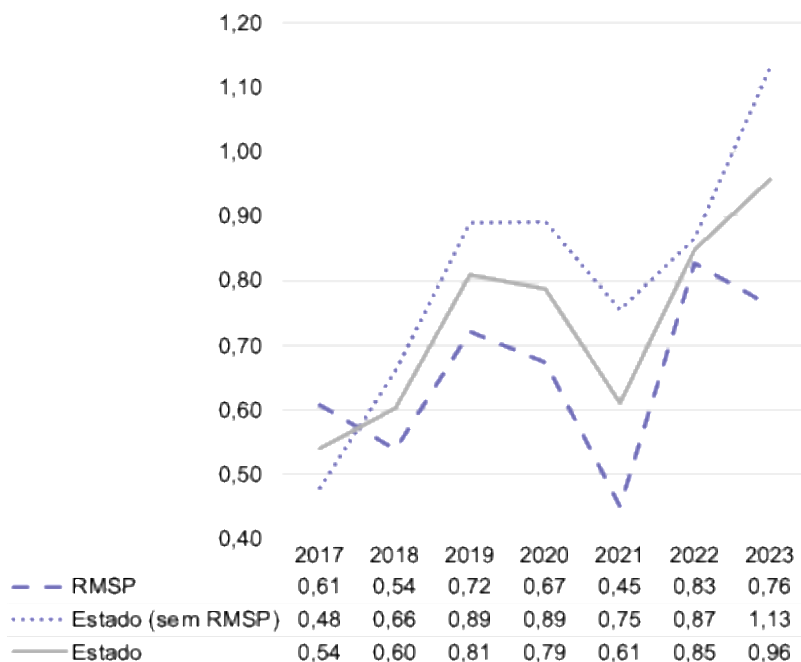
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil); Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos (Estado de São Paulo).

A taxa de feminicídios da RMSP foi sistematicamente menor tanto com relação à taxa do estado quanto ao agregado das demais RA (Estado de São Paulo exceto RMSP).

Regionalmente, é preciso cuidado ao analisar a taxa. Em função do pequeno número de ocorrência de feminicídios, a variação de uma unidade tem grande reflexo na taxa por 100 mil mulheres, nas RA com menos habitantes.

Gráfico 1.16 – Feminicídios (por 100 mil mulheres)

RMSP e restante do estado, 2017 a 2023



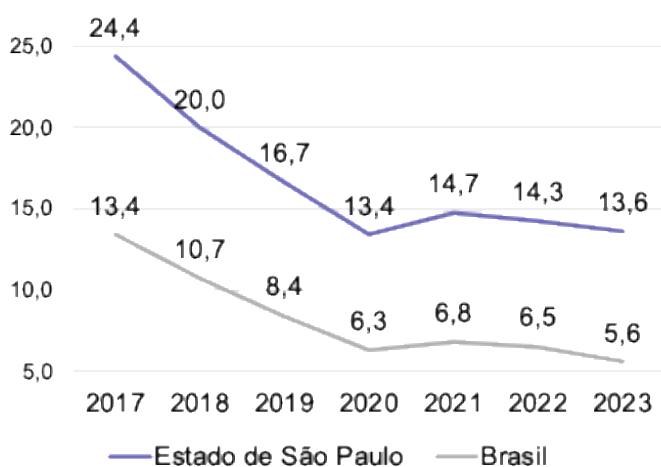
Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Roubo de cargas

O roubo significa uma subtração ou diminuição do patrimônio de alguém mediante grave ameaça ou violência. O roubo de cargas demonstra a atuação de quadrilhas e do crime organizado, com grande impacto sobre a economia e a violência das regiões. A taxa de roubo de cargas vem caindo, tanto para o Brasil, como para o Estado de São Paulo. Diferentemente dos homicídios e dos feminicídios, a taxa do Estado de São Paulo é maior do que a encontrada para o Brasil. A concentração da atividade econômica do Estado de São Paulo talvez possa ser uma das explicações para esse fato.

Gráfico 1.17 – Taxa de roubo de carga (por 100 mil habitantes)

Estado de São Paulo e Brasil, 2017 a 2023

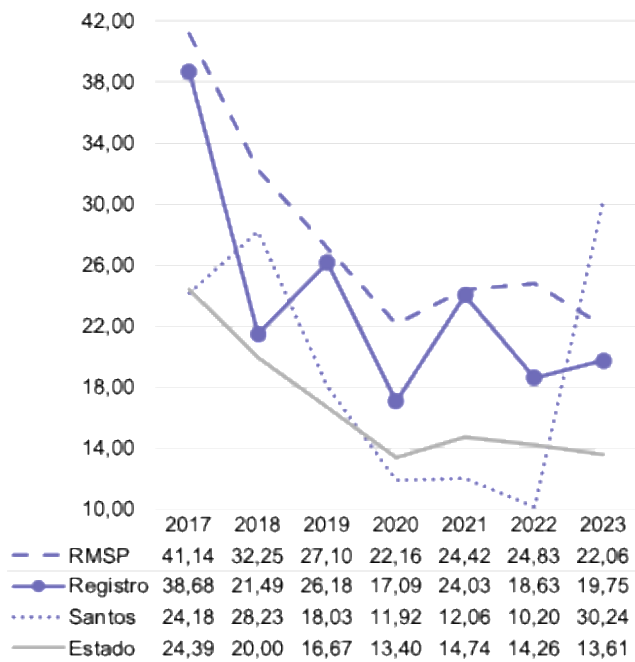


Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil); Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos (Estado de São Paulo).

Isso é corroborado observando-se a distribuição da taxa pelas regiões, com a concentração do roubo de carga na RMSP.



Gráfico 1.18 – Taxa de roubo de carga (por 100 mil habitantes)
RMSP e Regiões Administrativas, 2017 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

A análise por RA (



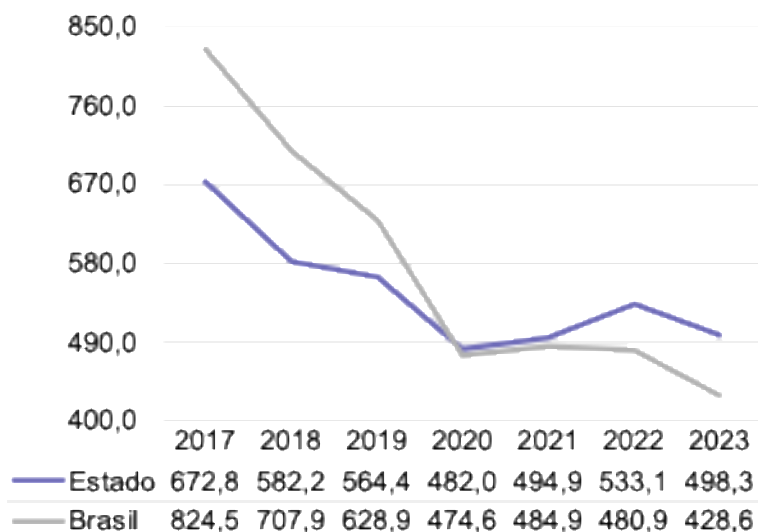
Gráfico 1.18) mostra que a RMSP, RA de Registro e de Santos apresentam taxas superiores à média do Estado. Nas outras, as taxas são praticamente desprezíveis.

Roubo, exceto roubo de veículo, carga e banco

O indicador de taxa de roubos, exceto a veículo, carga e banco, por 100 mil habitantes é mais sensível à população, de forma geral, pois abrange mais os casos de roubo a residência, lojas e transeuntes. As taxas de roubos de forma geral, tanto em São Paulo, como no Brasil, vêm caindo. Contudo, a taxa do estado de São Paulo suplantou a taxa brasileira a partir de 2021.

Gráfico 1.19 – Taxa de roubos, exceto roubo de veículo, carga e banco (por 100 mil habitantes)

Estado de São Paulo e Brasil, 2017 a 2023



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil); Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos (Estado de São Paulo).

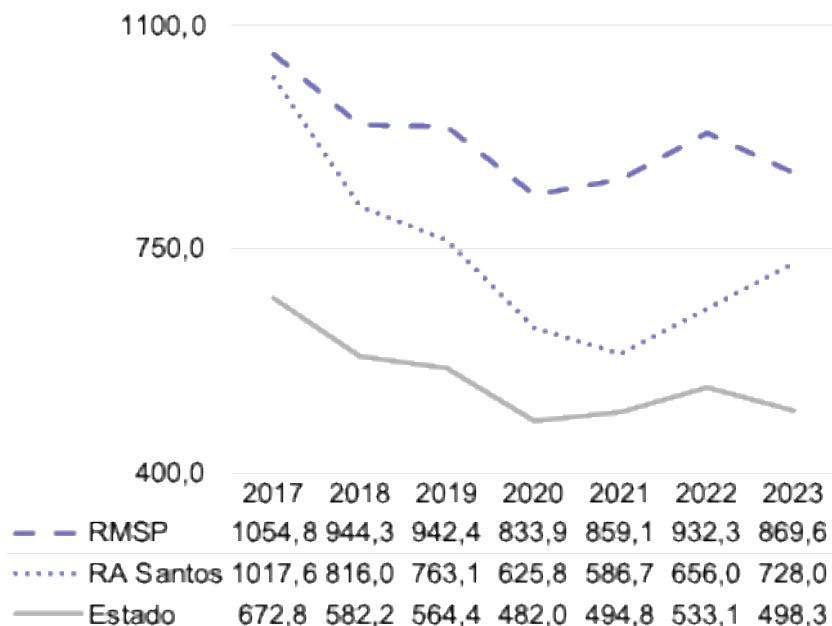
Nota: para Brasil, foi utilizada a taxa do total de roubos por 100 mil habitantes, pois os dados para roubos, exceto roubo a veículo, carga e banco não está disponível.

A taxa tem elevada concentração na RMSP (869 por 100.000 habitantes), com cerca de 80% das ocorrências, entre 2017 e 2023. Outro destaque fica com a RA de Santos com uma taxa de 728 roubos deste tipo, por 100.000 habitantes (**Gráfico 1.20**).

As demais RA apresentam taxas inferiores às encontradas para a média do Estado, demonstrando uma forte influência das regiões de Santos e São Paulo.

Gráfico 1.20 – Taxa de roubos, exceto roubo de veículo, carga e banco (por 100 mil habitantes)

RMSP e Regiões Administrativas, 2017 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Ocupação dos presídios

A taxa de ocupação dos presídios é um indicador utilizado para medir a lotação do sistema prisional.

A taxa divide a quantidade de detentos (exceto os presos em delegacias) pelo número de vagas dos presídios, em determinado período. Assim, o resultado ideal é próximo ou em torno de 1, sendo os resultados abaixo, o indício da existência de vagas ociosas, enquanto os números acima são o indício da existência de situações com superpopulação do sistema.

Após o pico em 2019, observa-se uma redução do número de detentos, no Estado de São Paulo, principalmente em 2020⁶.

O mesmo fenômeno não vem acontecendo no agregado dos demais estados do Brasil, onde o número de presos do sistema penitenciário vem aumentando passando de 480.156 em 2017 para 631.384 em 2022, um crescimento de 31%.

Entre 2018 e 2022, São Paulo ampliou o número de vagas, porém ainda possui um sistema deficitário, com mais pessoas presas do que vagas disponíveis (**Gráfico 1.21**).

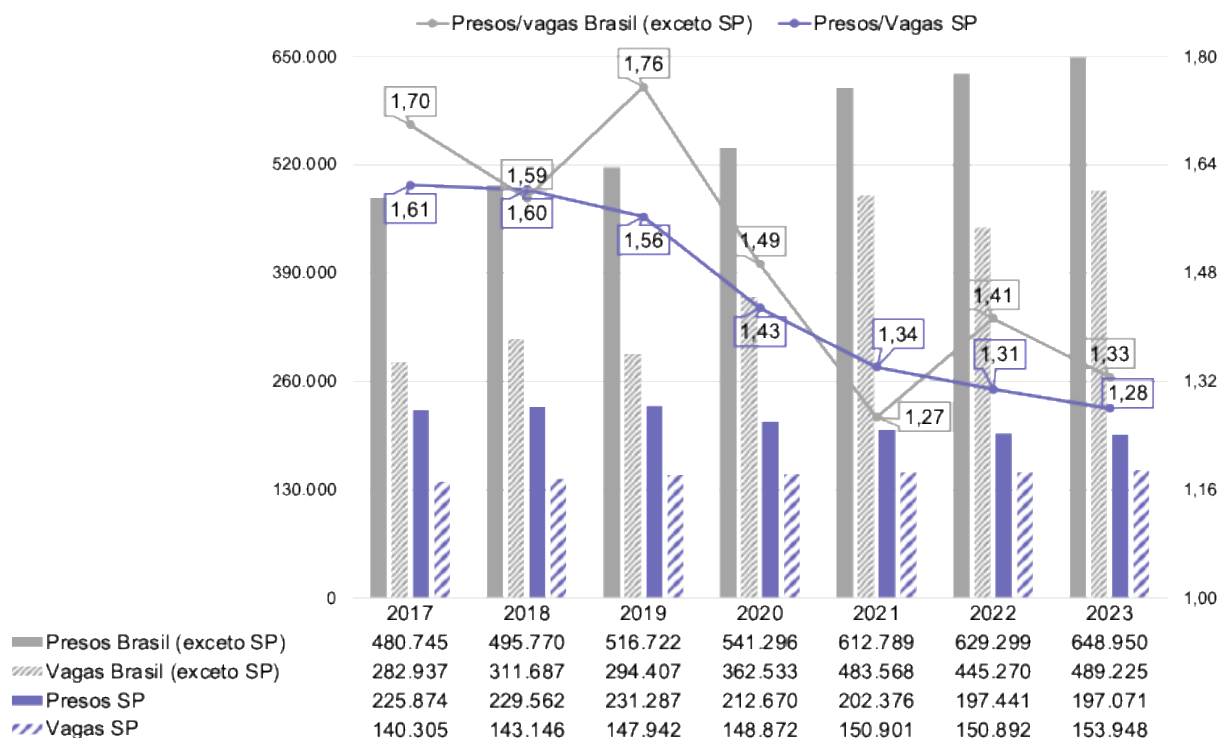
No entanto, entre 2017 e 2020, o Estado de São Paulo tem obtido melhoras no desempenho da taxa de ocupação dos presídios, passando de 1,61 pessoas presas por vagas em 2017, para 1,28 em 2023. No caso paulista, a melhoria da taxa vem se dando, principalmente, pela redução do número de pessoas presas.

Para o restante do Brasil (exceto Estado de São Paulo), a redução da taxa também aconteceu, passando de 1,70, em 2017, para 1,33, em 2023. Porém, no caso da média brasileira, houve um grande investimento no aumento do número de vagas, superior ao crescimento do número de detentos.

⁶ A pandemia de Covid-19 acelerou um processo que já vinha indicando a tendência do Estado de São Paulo para redução da população em situação carcerária.

Gráfico 1.21 – Presos, vagas e razão de ocupação do sistema penitenciário

Estado de São Paulo e Brasil, 2017 a 2023



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil); Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos (Estado de São Paulo); Equipe DAPP.

Nota: para Brasil, não considera os presos sob custódia nas delegacias de polícia.

Figura 1.4 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 3 de segurança pública



Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

Alguns indicadores de resultado dos programas acima complementam a compreensão da trajetória dos indicadores de objetivo estratégico.

No programa **Políticas para Mulheres no Estado de São Paulo**, cumpre esse papel o Indicador de Resultado de Programa *Número de Ocorrências cujas mulheres foram atendidas/incluídas em programas de proteção*; no programa **Gestão da custódia e reintegração social da Pop. Penal, egressos e seus familiares**, há também o Indicador de Resultado de Programa *Taxa de retorno de egressos ao sistema prisional*.

O indicador de resultado de programa *Número de Ocorrências cujas mulheres foram atendidas/incluídas em programas de proteção*, do programa **Políticas para Mulheres no Estado de São Paulo**, avalia o número de medidas protetivas de urgência expedidas em decorrência de notificações de violência contra a mulher, com a consequente inclusão automática das vítimas em programas de proteção e acompanhamento. Trata-se de uma ação essencial para garantir a integridade física, psicológica e emocional das mulheres em situação de vulnerabilidade, representando um importante instrumento de resposta rápida do Estado diante de episódios de violência doméstica e familiar.

No ano de 2024, foram expedidas mais de 90.000 medidas protetivas. Esse expressivo resultado reflete o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres, além do avanço na articulação interinstitucional para garantir maior celeridade e eficácia no atendimento às vítimas. O grande número de medidas protetivas emitidas ainda não reflete diretamente no número de feminicídios, que continua em curva ascendente nos últimos três anos, ainda que seja menor do que a média brasileira. Contudo, é preciso cautela na observação desses dados, que são impactados regionalmente e ainda estão em período de adaptação em relação às notificações desse crime.

Dentre os fatores que contribuíram para esse desempenho, destaca-se a criação de um grupo de trabalho integrado entre a Secretaria de Políticas para a Mulher e a Secretaria de Segurança Pública. Essa iniciativa, ainda em processo de solidificação, tem como objetivo principal o aprimoramento do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência, promovendo a integração dos sistemas, a capacitação de profissionais da rede de apoio, bem como a padronização de procedimentos para a solicitação e concessão das medidas protetivas. Espera-se um aumento tanto na agilidade quanto na efetividade das respostas oferecidas às mulheres em situação de risco, possibilitando uma atuação mais eficiente e sensível por parte do poder público.

Já o indicador *Taxa de retorno de egressos ao sistema prisional*, do programa **Gestão da custódia e reintegração social da Pop. Penal, egressos e seus familiares**, mede a taxa de reincidência criminal, ou seja, o percentual de egressos do sistema penitenciário que retornam à prisão após o cumprimento de pena ou medida de segurança. Trata-se de um importante parâmetro para avaliar a efetividade das políticas de ressocialização, inclusão social e prevenção à criminalidade. Em 2024, essa taxa ficou em torno de 11%, resultado que supera tanto o valor esperado para o ano quanto a média histórica de reincidência no país.

Esse desempenho positivo reflete os avanços obtidos na implementação de programas voltados à reintegração social de pessoas privadas de liberdade, com destaque para ações como a ampliação do acesso à educação e qualificação profissional nos estabelecimentos penais, o fortalecimento de parcerias com o setor produtivo para a oferta de vagas de trabalho, e o acompanhamento individualizado dos egressos por equipes multidisciplinares. A redução da reincidência contribui diretamente para a



diminuição da criminalidade, promovendo maior segurança para a sociedade e evidenciando a importância de políticas públicas focadas na inclusão como estratégia sustentável de enfrentamento à violência. Além disso, contribui para reduzir a pressão sobre o sistema prisional, que, como mencionado anteriormente, ainda abriga mais pessoas do que sua capacidade permite. A queda na taxa de ocupação observada nos últimos anos pode ter se beneficiado do relativamente baixo índice de reincidência entre os egressos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: MENOR VULNERABILIDADE SOCIAL, COM REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES, DA POBREZA E DO CONTINGENTE DE PESSOAS VIVENDO EM SITUAÇÃO DE RUA

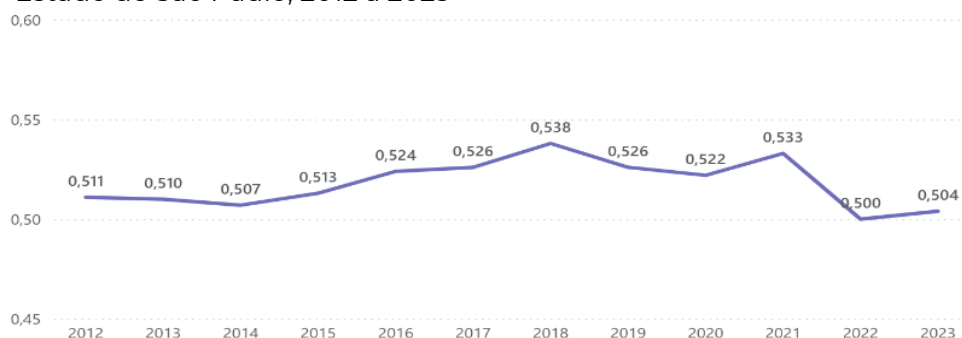
APRESENTAÇÃO

O objetivo estratégico de assistência e desenvolvimento social do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 propõe a redução da pobreza e da vulnerabilidade social no Estado, proporcionando, além dos auxílios voltados à segurança de renda, oportunidades de trabalho e rendimento, mediante capacitação profissional e apoio ao empreendedorismo, com especial atenção às famílias residentes em favelas e aglomerados subnormais. Envolve também alcançar menores índices de desigualdade em suas diversas dimensões e do contingente de pessoas vivendo em situação de rua, mediante especial atenção a abordagem, acolhimento, tratamento e reinserção social das pessoas nessas condições e de dependentes químicos. A seguir, apresentamos alguns indicadores que monitoram o progresso em relação ao objetivo estratégico, para a assistência social. Esses dados contribuem para um diálogo sobre o desempenho das estratégias descritas nos planos plurianuais e setoriais.

Índice de Gini

Gráfico 1.22 – Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita

Estado de São Paulo, 2012 a 2023



Fonte: Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos.

A distribuição de renda e redução das desigualdades socioeconômicas são essenciais para a melhoria dos padrões de vida da população. O índice de Gini possui uma variação de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição de renda e 1, a de perfeita desigualdade, situação em que todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa.

O índice Gini em 2022, de 0,500, foi o menor registrado para o estado de São Paulo, considerando-se a série histórica de 2012 a 2023. Mesmo com um crescimento para 0,504, no último ano, manteve o menor patamar de desigualdade da última década.

A redução da desigualdade socioeconômica, no Estado de São Paulo, assim como no Brasil, é consequência da combinação de fatores sociais, econômicos e de políticas públicas. Neste contexto, destacam-se o papel dos programas sociais e de transferência de renda, a valorização do salário-mínimo, o crescimento dos empregos formais, o crescimento econômico, entre outros. Ainda assim, apesar dos avanços observados na

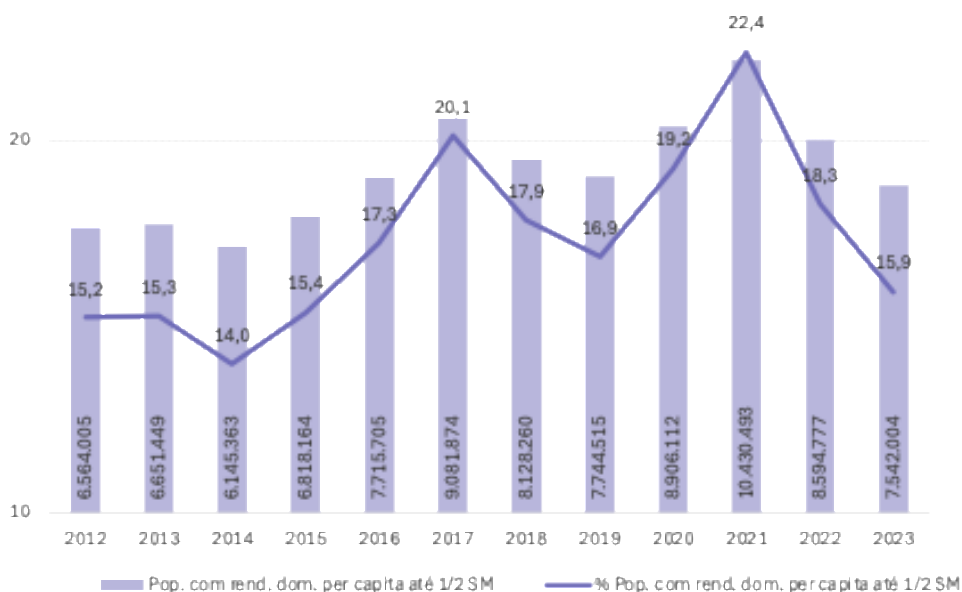
média do Estado, destaca-se a existência de regiões onde há maior desigualdade, conforme observado a seguir, através dos indicadores sobre a evolução da pobreza.

Percentual da população com rendimento domiciliar *per capita* até ½ SM

A pobreza monetária refere-se, unicamente, à insuficiência de rendimentos das famílias para proporcionar seu bem-estar. Assim, é considerado pobre aquele que não possui rendimentos suficientes para manutenção de sua subsistência, de acordo com o critério monetário estabelecido. Um dos métodos para definir a linha da pobreza é a renda *per capita* familiar de até ½ salário-mínimo.

Gráfico 1.23 – População com rendimento domiciliar *per capita* até ½ SM / população total (%)

Estado de São Paulo, 2012 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Com base na série histórica entre 2012 e 2023, o percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza alcançou, em 2021, 22,4% da população do Estado de São Paulo, devido ao forte impacto da pandemia de Covid-19 e a subsequente crise econômica. Em 2023, a população em situação de pobreza caiu para 15,9%, mantendo-se ainda acima do patamar dos quatro primeiros anos da série.

Figura 1.5 – Mapa da população com rendimento domiciliar *per capita* até $\frac{1}{2}$ SM / população total (%)

RMSP e interior, 2023

Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Observando a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), verifica-se que o município de São Paulo e seu entorno possuem um percentual mais elevado de pessoas em situação de pobreza do que a média do Estado.

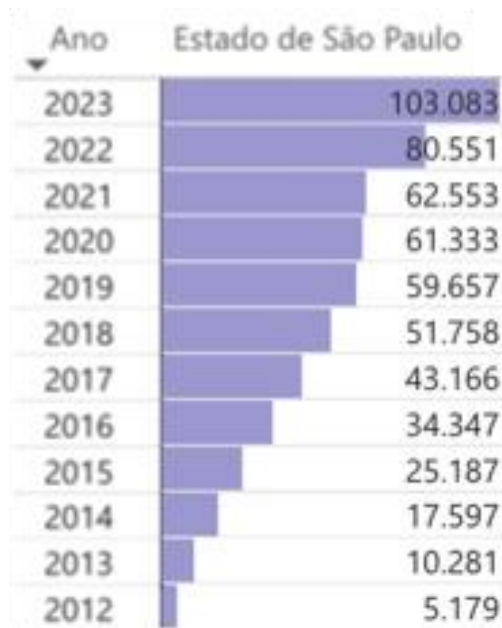
Famílias em situação de rua cadastradas no cadastro único

O registro de famílias em situação de rua, no CadÚnico, teve início em 2012, o que explica, em parte, seu crescimento sistemático, durante os primeiros anos. Após 2014, com a recessão econômica, a pobreza e a exclusão social se intensificaram, aumentando o número de pessoas em situação de rua, especialmente, em grandes municípios como São Paulo.

A partir de 2021, com a pandemia de Covid-19, houve um crescimento ainda maior de pessoas vivendo nestas condições e em extrema vulnerabilidade social, chegando a 103.083 famílias cadastradas no CadÚnico vivendo em situação de rua em 2023, no Estado de São Paulo.

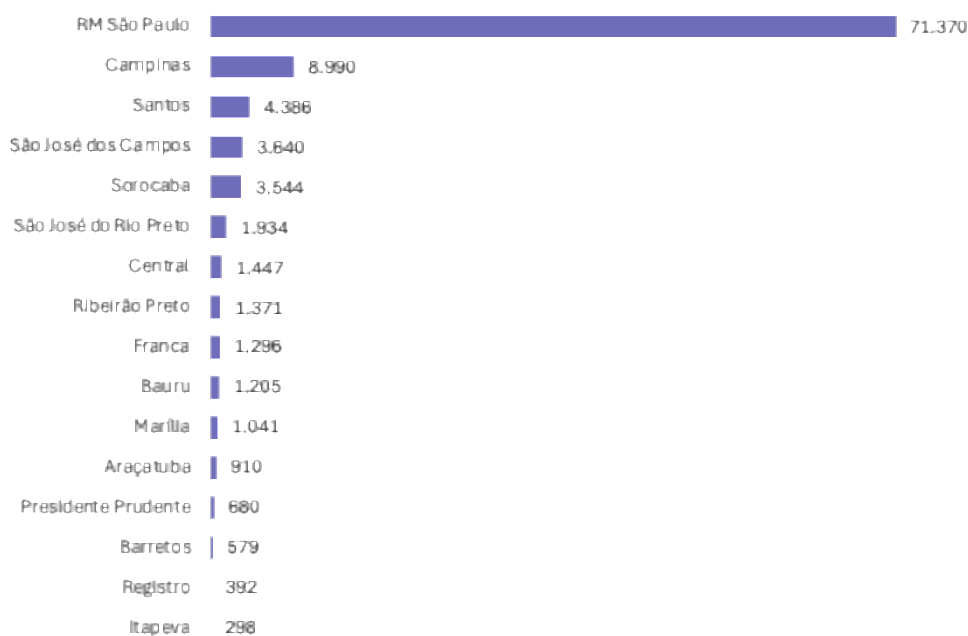
Neste contexto, 71.370 famílias (69,2%) residem na RMSP. na RA de Campinas são 8.990 famílias (8,7%), na de Santos, 4.386 famílias (4,3%), na de São José dos Campos, 4.640 famílias (3,5%), e na de Sorocaba, 3.544 famílias (1,4%).

Gráfico 1.24 – Famílias em situação de rua cadastradas no CadÚnico
Estado de São Paulo, 2012 a 2023



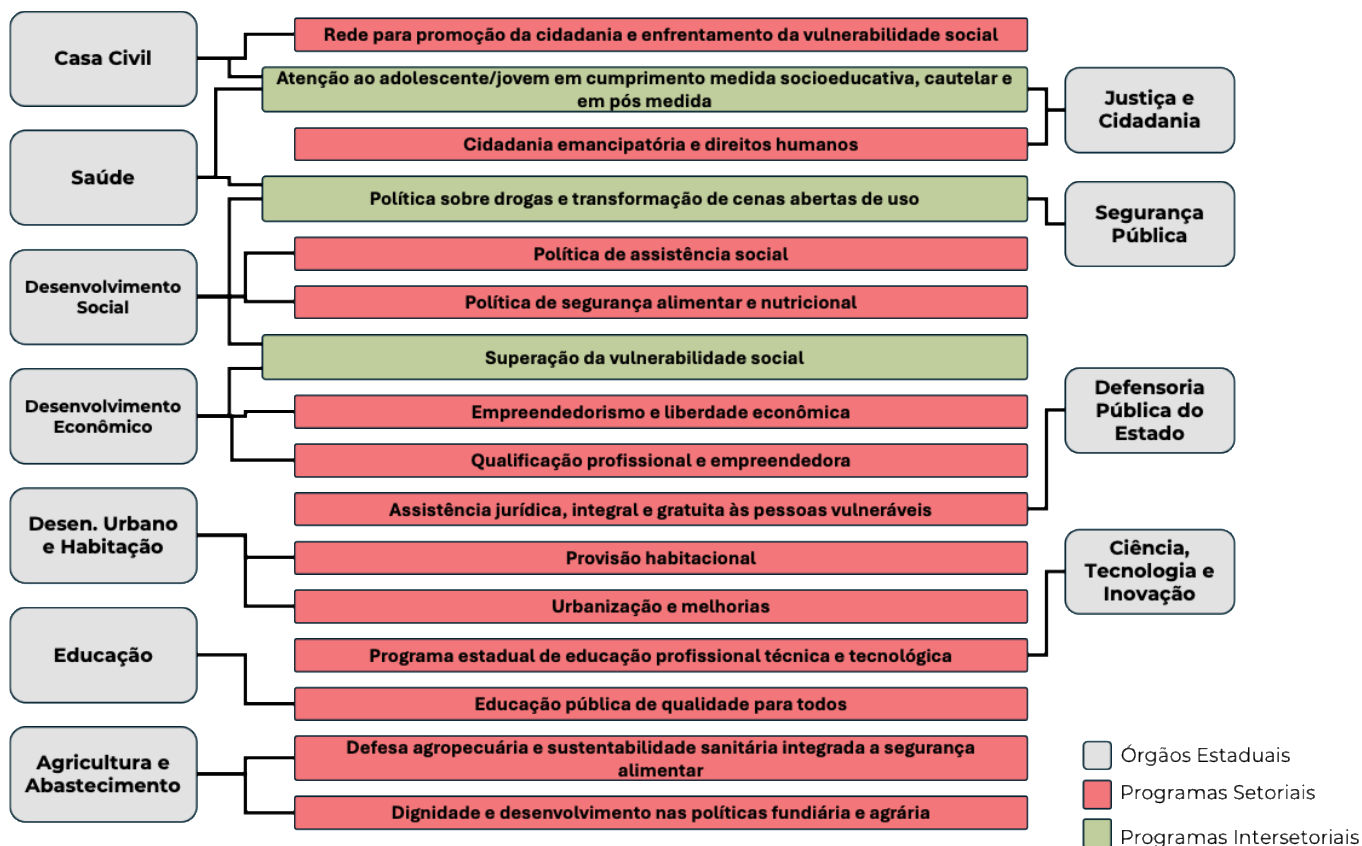
Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Gráfico 1.25 – Famílias em situação de rua cadastradas no CadÚnico
RMSP e regiões administrativas, 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Figura 1.6 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 4 de assistência social



Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

Alguns indicadores de resultado dos programas acima complementam a compreensão da trajetória dos indicadores de objetivo estratégico.

No programa **Cidadania Emancipatória e Direitos Humanos**, cumpre esse papel o Indicador de Resultado de Programa *Percentual de Municípios que obtiveram apoio na construção de políticas de garantia de cidadania e direitos humanos*; no programa **Assistência Jurídica, Integral e Gratuita às pessoas vulneráveis**, é importante analisar Indicador de Resultado de Programa *Número total de atendimentos pela Defensoria Pública de São Paulo*.

O indicador de resultado *percentual de municípios que obtiveram apoio na construção de políticas de garantia de cidadania e direitos humanos*, que integra o programa **Cidadania Emancipatória e Direitos Humanos**, apresentou, em 2024, um desempenho significativamente acima do planejado, atingindo o número de 228 municípios contemplados

Esse resultado reflete a expansão das ações e projetos promovidos pelo órgão, demonstrando sua capilaridade territorial. Os números evidenciam a efetividade das estratégias adotadas para ampliar o apoio técnico e institucional aos municípios na

formulação de políticas públicas voltadas à promoção da cidadania e à proteção dos direitos humanos.

Dentre as iniciativas que mais contribuíram para esse desempenho estão os projetos **Cidadania Itinerante (CIC)**, os **Centros de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI)**, as **Casas da Juventude**, as **Casas Afro** e os **Núcleos Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Essas ações descentralizadas têm fortalecido o protagonismo municipal e promovido a construção de ambientes mais inclusivos, por meio da oferta de serviços, acolhimento e apoio direto às populações em situação de vulnerabilidade.

O desempenho expressivo do indicador em 2024 reforça o compromisso do programa com a promoção da inclusão social e a garantia dos direitos fundamentais em todo o território paulista. Está diretamente alinhado ao Objetivo Estratégico do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 **Menor Vulnerabilidade Social, com Redução das Desigualdades, da Pobreza e do Contingente de Pessoas Vivendo em Situação de Rua**. Tal objetivo visa à redução da pobreza e da exclusão por meio de políticas públicas integradas, que envolvam também a geração de trabalho e renda, capacitação profissional e incentivo ao empreendedorismo, especialmente para famílias residentes em favelas e aglomerados subnormais.

A relação entre o indicador e a redução da pobreza e da vulnerabilidade social é direta e significativa. Políticas eficazes de cidadania e direitos humanos criam mecanismos de proteção social para grupos historicamente marginalizados, facilitam o acesso a serviços públicos essenciais e promovem a equidade de oportunidades. Nesse sentido, o apoio aos municípios na elaboração e implementação dessas políticas torna-se um catalisador fundamental para o alcance das metas estratégicas definidas no PPA.

O desempenho alcançado em 2024 no apoio aos municípios para a construção de políticas de cidadania e direitos humanos representa um avanço relevante na consolidação de uma rede estadual de proteção social. Tal resultado reforça a capacidade do Estado de São Paulo de induzir políticas públicas estruturantes e inclusivas, promovendo desenvolvimento com justiça social em todo o território.

O indicador de resultado de programa *Número total de atendimentos pela Defensoria Pública de São Paulo*, do programa **Assistência Jurídica, Integral e Gratuita às pessoas vulneráveis** mensura, por sua vez, o trabalho da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), que tem como público prioritário as famílias com renda de até quatro salários-mínimos, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Em 2024, a instituição realizou mais de três milhões e quinhentos mil atendimentos, entre diretos e indiretos, consolidando-se como uma das principais portas de acesso à justiça para a população em situação de vulnerabilidade.

Os atendimentos diretos compreendem ações integrais e multidisciplinares, realizadas de forma presencial ou remota, nas unidades da DPESP. Esses atendimentos são conduzidos por defensores e defensoras públicas, servidores(as) e estagiários(as), ou por meio da utilização das ferramentas digitais disponibilizadas pela instituição, como o portal de serviços e os canais de atendimento virtual. Já os atendimentos indiretos referem-se às demandas encaminhadas para entidades, instituições e órgãos públicos conveniados à DPESP, responsáveis pela prestação da assistência jurídica suplementar. Entre esses parceiros destacam-se a Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (FUNAP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), instituições de ensino superior e



organizações não governamentais (ONGs), que colaboram para ampliar o alcance e a capilaridade dos serviços prestados.

Esse volume expressivo de atendimentos em 2024 evidencia o papel fundamental da Defensoria Pública na promoção do acesso à justiça, no fortalecimento dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, favorecendo especialmente a parcela mais vulnerável da população, por meio da assistência jurídica gratuita.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA EXPANDIDAS, PARA MELHORIA DA VIDA DOS CIDADÃOS E PARA UM AMBIENTE DE NEGÓCIOS FAVORÁVEL À ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

APRESENTAÇÃO

O objetivo estratégico voltado à infraestrutura e mobilidade urbana do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 visa a ampliação da infraestrutura de transportes, energia e mobilidade urbana, permitindo maior qualidade de vida à população em seus deslocamentos intra e interurbanos, competitividade dos produtos e serviços aqui produzidos e dinamização da economia. Simultaneamente, pretende alcançar ambiente favorável à atração de capital privado, para construção de parcerias para investimentos nos diversos modais de transporte, como rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aviação, além de transporte urbano de média e alta capacidade.

A seguir, apresentamos os indicadores que monitoram o progresso do objetivo estratégico para a infraestrutura e mobilidade urbana.

Índice de satisfação dos passageiros da CPTM e Metrô

O índice de satisfação dos passageiros do transporte sobre trilhos – CPTM e Metrô é obtido por meio de pesquisa realizada tanto pelo Metrô como pela CPTM, para conhecer a opinião dos passageiros quanto ao serviço prestado pelas empresas, nas linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha, 7-Rubi, 10-Turquesa, 11-Coral, 12-Safira, 13-Jade e 15-Prata. São avaliadas características relativas ao serviço do transporte público, tais como rapidez, conforto, confiabilidade, segurança pública, segurança operacional, atendimento, acessibilidade, informação, integração, preço e utilidade.

O cálculo do índice decorre da proporção das avaliações “muito bom” e “bom” das características do serviço prestado, numa escala de cinco pontos, em relação ao total de passageiros que responderam à pesquisa. O índice resultante foi obtido a partir da ponderação pelo número de passageiros transportados para cada operadora (em média 40%, para a CPTM, e 60%, para o Metrô). Pelo **Gráfico 1.26**, pode-se observar uma tendência crescente para o índice de satisfação que passa de 59,3%, no início do período (2013) para 72,3%, no último ano (2023).

Gráfico 1.26 – Índice de satisfação dos passageiros do transporte sobre trilhos – CPTM e Metrô (%)

RMS, 2013 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Índice de qualidade da satisfação do cliente – IQC da EMTU nas RMs

O índice de qualidade da satisfação do cliente (IQC) refere-se ao serviço intermunicipal de ônibus nas regiões metropolitanas. O IQC destina-se a avaliar o desempenho dos serviços prestados do ponto de vista de seus clientes, por meio de pesquisas efetuadas com os usuários dos sistemas de transporte metropolitano por ônibus, gerenciados pela EMTU. As entrevistas são realizadas com os passageiros embarcados, com perguntas que avaliam 28 atributos do serviço, numa escala composta por notas de zero (0) a dez (10). Para o IQC, são considerados somente os serviços que transportarem 2.000 ou mais passageiros, em média, por dia útil, sendo a distribuição da amostra proporcional à demanda dos serviços.

O

Gráfico 1.27 apresenta avaliação positiva crescente, entre 2014 e 2023, passando de 6,28, em 2014, para 7,27, em 2023, com um aumento de 15,76%.

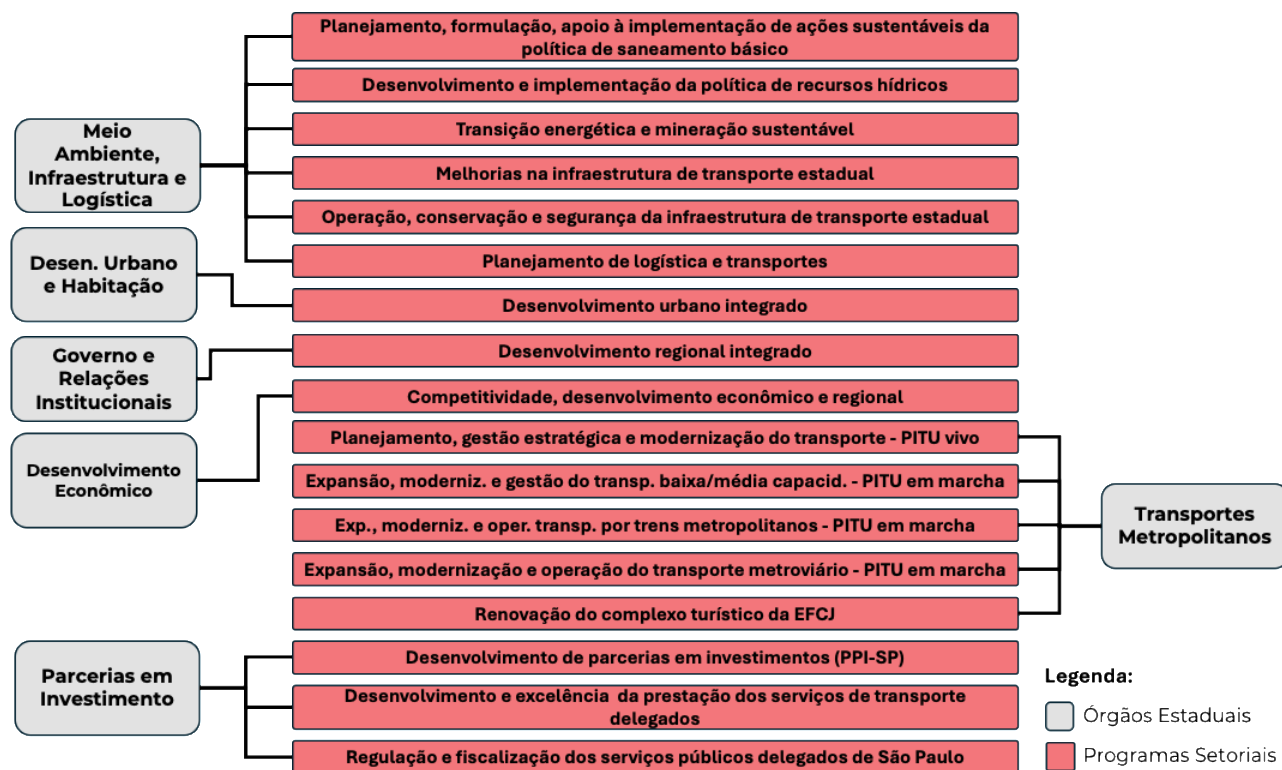
Gráfico 1.27 – Índice de qualidade da satisfação do cliente – IQC do serviço intermunicipal de ônibus nas regiões metropolitanas (escala de 0 a 10)

RMS, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba, 2014 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Figura 1.7 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 5 de infraestrutura e mobilidade urbana



Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

No âmbito do programa **Operação, conservação e segurança da infraestrutura de transporte estadual**, da Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL, há três indicadores de resultado que dialogam diretamente com os indicadores de objetivos estratégicos apresentados acima.

O *Índice de Acidentes com Vítimas por 100.000 habitantes* mensura o índice de acidentes com vítimas e visa a criação de ações e intervenções com medidas preventivas que busquem sua redução. Encerrou o exercício com o registro de uma média 8,25 acidentes por 100 mil habitantes – um resultado bastante alentador, que sinaliza uma boa gestão das estradas estaduais.

Conforme exposto na apresentação deste capítulo, este objetivo estratégico visa a ampliação da infraestrutura de transportes, buscando competitividade dos produtos e serviços aqui produzidos e a dinamização da economia. A produção de transporte hidroviário dialoga diretamente com estes objetivos, mostrando-se uma alternativa eficiente ao transporte de cargas e é mensurada pelo indicador de resultado de programa *Produção Anual de Transporte na Hidrovia Tietê-Paraná*.

A unidade padrão de medida da produção de transporte é a TKU (tonelada por quilômetro útil), que significa 1 tonelada útil (carga movimentada no transporte

remunerado) por km percorrido. No caso da hidrovia, como são diferentes origens e destinos das cargas, e, portanto, diferentes distâncias percorridas, o cômputo é feito considerando as cargas transportadas e o percurso médio (distâncias médias percorridas). Assim, este indicador mede o total de cargas movimentadas na Hidrovia Tietê-Paraná no ano, dividido pela quilometragem média percorrida.

Em 2024 foram 784.312.210 TKUs, e a SEMIL aponta que as projeções indicam um crescimento moderado para os próximos anos. É uma excelente notícia, pois há consenso sobre a necessidade de aumentar a participação de todos os modais alternativos à malha rodoviária no transporte de cargas – não apenas no âmbito do estado de São Paulo, mas em escala nacional.

Enquanto a produção de transporte na Hidrovia Tietê-Paraná é mensurada considerando a tonelage transportada, no caso no Porto de São Sebastião, o critério adotado é financeiro, considerando o valor total das cargas em milhões de dólares (somando as exportações e as importações no ano). O indicador de resultado de programa que possibilita este acompanhamento é o *Valor Total da Carga Movimentada no Porto de São Sebastião*.

Em 2024 o Porto atingiu o impressionante recorde histórico de US\$ 922.234.000, impulsionado pela introdução de novos produtos, como açúcar a granel, quartzo e coque de petróleo a granel. Este valor extraordinário deveu-se ao crescimento expressivo no volume de cargas, aliado à celebração de um contrato de uso temporário de área para a movimentação de 1.000.000 de toneladas de açúcar por ano.

Já no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, há quatro programas cujos indicadores de resultado dialogam com os indicadores do objetivo estratégico 5.

No programa **Planejamento, gestão estratégica e modernização do transporte - PITU Vivo**, o indicador de resultado *Número de Estações Ferroviárias em Operação* é obtido pela soma das estações ferroviárias (82 ao final de 2024) e metroviárias (92 ao final de 2024) em operação, totalizando 174 estações. Tais números dialogam com a crescente satisfação dos passageiros, conforme registrado pelo indicador de objetivo estratégico *Índice de satisfação dos passageiros da CPTM e Metrô*.

No programa **Expansão, modernização e gestão do transporte de baixa e média capacidade - PITU em marcha**, o indicador de resultado *Fator de Cumprimento de Viagens Programadas* consiste num típico indicador de conformidade, que considera o percentual obtido a partir do total de viagens realizadas em relação ao total de viagens programadas pela EMTU. O indicador encerrou o exercício com 95,55% de média, resultado que se reflete na boa aprovação por parte dos usuários, conforme verificamos no indicador de objetivo estratégico *Índice de qualidade da satisfação do cliente – IQC da EMTU nas RMs*.

Já o programa **Expansão, modernização e operação do transporte por trens metropolitanos - PITU em marcha** tem o indicador de resultado *Avaliação da qualidade do serviço pelos passageiros*, que apura a proporção de passageiros que avaliam os serviços prestados pela CPTM como excelente e bom, conforme os atributos de qualidade associados, em relação ao total dos passageiros pesquisados.

Foram pesquisados 3010 passageiros nas 57 estações das cinco linhas da companhia, abrangendo 18 municípios, com amostras proporcionais ao fluxo de passageiros por intervalos de tempo de pico e vale. As 2615 avaliações positivas resultaram numa aprovação de 86,87% - aumento de 0,14% em relação ao ano anterior, representando recorde histórico da companhia.

Esta boa avaliação se reflete no indicador de objetivo estratégico *Índice de satisfação dos passageiros da CPTM e do Metrô*.

O indicador de resultado *Número de Lugares Ofertados*, do mesmo programa, contabiliza os lugares ofertados nas horas de pico nos trens das linhas de maior carregamento, respeitando o padrão internacional de lotação. Em última instância, mede-se a qualidade do serviço prestado (conforto e tempo de viagem, pois quanto mais trens no horário de pico, menor a lotação e supostamente maior a velocidade média de deslocamento de cada composição).

Em 2024 foram ofertados 107.840 lugares, cerca de 95% do planejado - indicando um ponto de atenção para o ano de 2025. Por outro lado, essa oferta levemente inferior à planejada não afetou de forma expressiva o indicador de objetivo estratégico *Índice de satisfação dos passageiros da CPTM e do Metrô* que, conforme apontamos, seguiu com viés de alta.

No programa **Expansão, modernização e operação do transporte metroviário - PITU em marcha**, o indicador de resultado *Índice de Avaliação Geral dos Serviços* apresenta a percepção dos passageiros em relação à qualidade geral dos serviços prestados pelo Metrô de São Paulo, obtida da pesquisa "O Metrô segundo seu usuário - uma avaliação do serviço", realizada em novembro de 2024, junto aos passageiros, no momento da viagem. Focalizado no metrô, o resultado de 2024 correspondeu à aprovação por parte de 76% dos usuários, superior ao indicador de objetivo estratégico "*Índice de satisfação dos passageiros da CPTM e Metrô*", apurado em 2023, que abrange os dois sistemas metroviários.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6: MORADIA DIGNA, COM EXPANSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, REVITALIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO COM DESTAQUE PARA O CENTRO DA CAPITAL

APRESENTAÇÃO

O Objetivo Estratégico de Habitação do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 visa a redução do déficit e da inadequação habitacional, mediante oferta de unidades habitacionais pelo Estado e em parceria com a iniciativa privada, prevendo o adensamento urbano em áreas com infraestrutura já consolidada, ou em novos eixos de mobilidade, além de acelerar a regularização fundiária, sobretudo, nas áreas metropolitanas. Engloba a requalificação do centro da cidade de São Paulo, equilibrando moradia e emprego, mesclando usos que garantam atividades de dia, de noite e aos finais de semana e aproveitando a forte rede de infraestrutura ali existente.

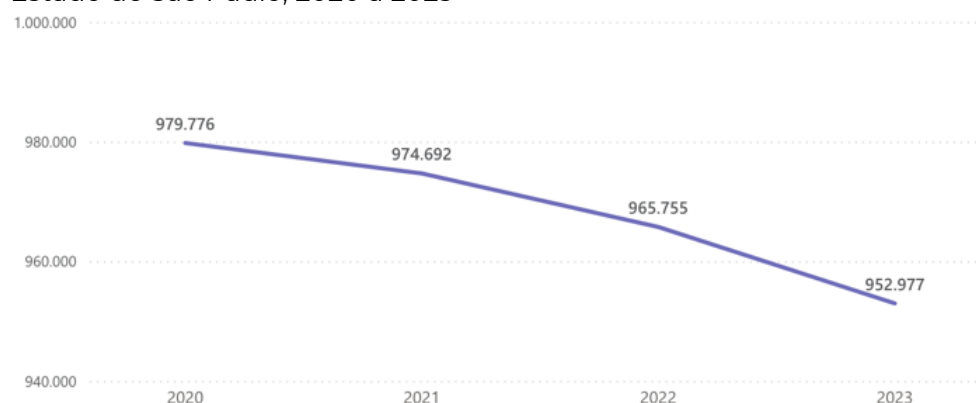
A seguir, são apresentados os indicadores do Objetivo Estratégico 6, que monitoram seu progresso para a habitação.

Déficit Habitacional

O indicador do déficit habitacional corresponde ao número de domicílios que precisam de substituição em função de precariedades graves, não passíveis de equacionamento com ações de correção ou melhorias, indicando a necessidade de provisão de novas habitações. Conforme o **Gráfico 1.28**, houve um decréscimo do déficit habitacional no Estado, com uma redução de cerca de 27.000 domicílios inadequados no período 2020/2023 (2,74%). Ainda assim, os indicadores apontam para um déficit de 952.977 domicílios.

Gráfico 1.28 – Déficit habitacional

Estado de São Paulo, 2020 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Inadequação Habitacional

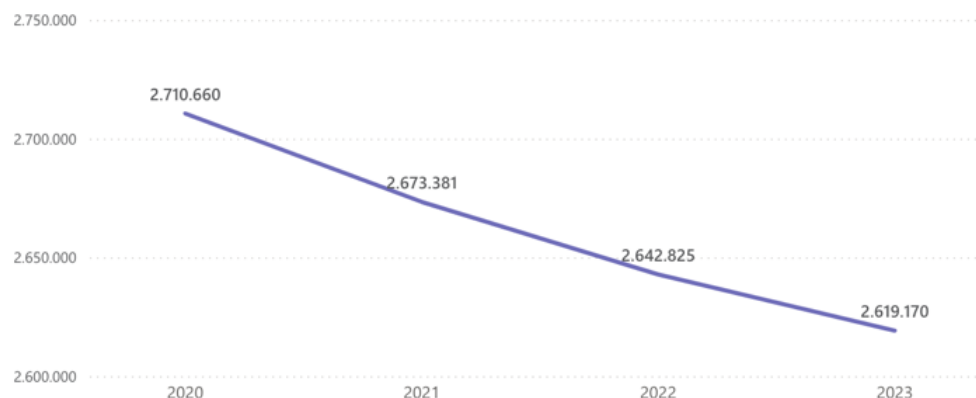
O indicador de inadequação habitacional reflete o número de domicílios inadequados, que não requerem substituições, mas apresentam carências que podem ser solucionadas por distintas ações, como correções ou melhorias, seja da unidade e/ou do

território em que se inserem por meio de urbanização, extensão das redes de infraestrutura e serviços urbanos e realização de regularização fundiária.

Os domicílios com necessidade de adequação habitacional no Estado de São Paulo caíram para 91.490 unidades no período 2020/2023, o que corresponde a um decréscimo de 3,37%. A demanda de adequação de domicílios, em 2023, era estimada em 2.619.170 unidades habitacionais.

Gráfico 1.29 – Inadequação habitacional

Estado de São Paulo, 2020 a 2023



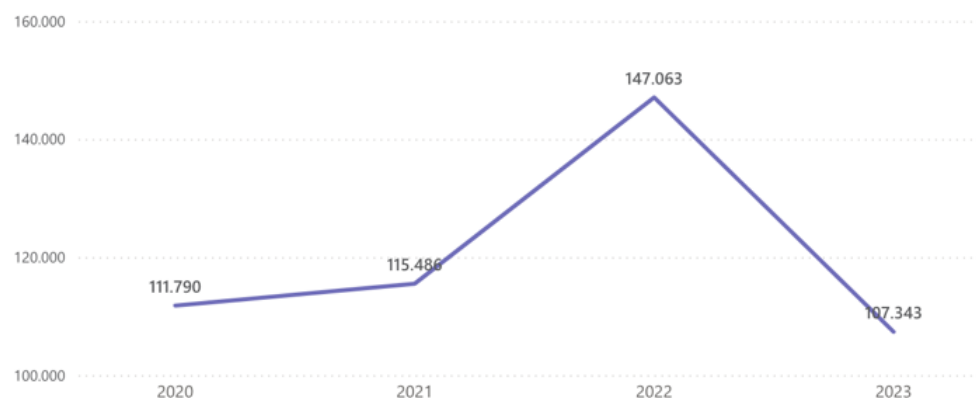
Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Demanda de núcleos e empreendimentos a regularizar

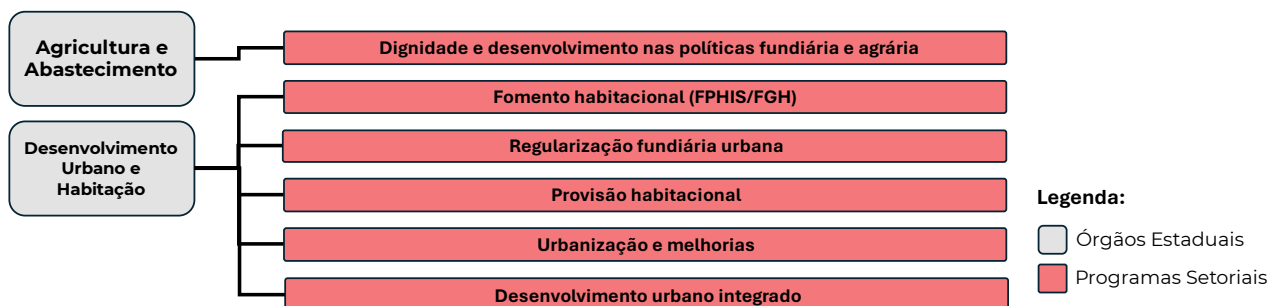
O número de domicílios previstos para serem regularizados é estimado a partir das referências do Plano Estadual de Habitação. A demanda por regularização fundiária e urbana inclui conjuntos habitacionais e demais moradias sem documentação de posse, que estejam cadastrados no programa de apoio à regularização fundiária. Este indicador é crescente, no período 2020 a 2022, com uma queda acentuada em 2023, com uma redução de cerca de 40.000 unidades regularizadas neste último ano, cerca de 27%, em relação ao ano de 2022.

Gráfico 1.30 – Demanda de núcleos e empreendimentos a regularizar

Estado de São Paulo, 2020 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Figura 1.8 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 6 de habitação

Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

O Objetivo Estratégico (OE) nº 06 é representado no Plano Plurianual 2024-2027 pelos programas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH).

Uma das dimensões desse OE refere-se à redução do déficit habitacional do estado o qual possui a contribuição do indicador de resultado *Percentual de unidades habitacionais viabilizadas em relação ao déficit habitacional do estado* associado ao **Programa Fomento Habitacional (FPHIS/FGH)** que viabiliza unidades habitacionais por meio de aporte de recursos financeiros do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS) operacionalizado pelos programas da SDUH: i) Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - Carta de Crédito Imobiliário (CCI), ii) Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - Carta de Crédito Associativo (CCA) e iii) Auxílio Moradia Provisório. Em 2024, foram viabilizadas 30.288 unidades habitacionais com recursos do FPHIS.

A insuficiência dos recursos orçamentários, mesmo com o recebimento de suplementação orçamentária, teve um impacto significativo na execução dos contratos de produção habitacional resultando em atrasos nos pagamentos das medições e no cronograma das obras, além de reduzir o número de editais de abertura do CCI, restringindo novas contratações.

Apesar disso, o Programa Carta de Crédito Imobiliário em parceria com a Caixa e Programa Minha Casa Minha Vida promoveu a aquisição de 16.033 unidades habitacionais por meio da concessão de subsídios às famílias com renda bruta mensal de até 3 salários-mínimos. O Programa Carta de Crédito Associativa-CCA que tem como objetivo viabilizar o acesso à moradia por famílias com renda bruta mensal de até 5 salários-mínimos, mediante a concessão de subsídios em operações de crédito habitacional com pessoas físicas, contratados sob a forma associativa, contabilizou 1.822 operações. O programa Auxílio Moradia Provisório realizou o pagamento de auxílio moradia para 12.433 famílias as quais foram removidas por interesse do Estado para realização de obras e intervenções urbana ou vítimas de desastres naturais.

Outra colaboração ocorre com o indicador de resultado *Percentual de moradias viabilizadas em relação ao déficit habitacional dentro e fora dos assentamentos precários*, que integra o **Programa Provisão Habitacional**. Em 2024, foram viabilizadas 5.477 unidades habitacionais entregues ou contratadas para demanda geral, 2.217 unidades habitacionais entregues ou contratadas para reassentamento, 360 cartas de crédito e 1.306 lotes urbanizados.

A CDHU registrou 8.054 atendimentos habitacionais com destaque para 216 unidades entregues em Praia Grande e Cubatão por meio do Programa Vida Digna a qual destina moradias à população litorânea que mora em palafitas e outras 222 unidades entregues pelo Programa Vida Longa com moradias oferecidas à população idosa.

Em 2024, foi implementada uma nova ação, o Programa Carta de Crédito Associativo pelo qual foram entregues 340 unidades, as demais entregas não ocorreram devido dificuldades como obras da ENEL que inviabilizaram o acesso às famílias e o atraso na emissão do auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB), indispensável para a obtenção do Habite-se, elevação dos custos de produção, revisão de contratos com novas especificações e carência no mercado de alguns insumos específicos. As próximas entregas estão previstas para o 1º quadrimestre de 2025.

Ressalta-se assim, a contribuição desses dois indicadores de resultado para a diminuição do déficit habitacional no estado em cerca de 27.000 (2.47%) domicílios em relação ao total de déficit de 952.977 domicílios, conforme demonstra o **gráfico 6.1**.

Para a dimensão inadequação habitacional do OE nº 06, a SDUH contribui com o indicador de resultado *Percentual de domicílios beneficiados com ações de urbanização e melhorias em relação à inadequação nos assentamentos precários e núcleos de interesse social* relativo ao **Programa Urbanização e Melhorias**. Em 2024, foram entregues 1.567 domicílios beneficiados com urbanização, 1.900 domicílios beneficiados com melhorias habitacionais e 1.200 domicílios beneficiados com melhorias urbanas.

A CDHU registrou 4.667 atendimentos habitacionais com obras entregues nos municípios de Cubatão, Santo André, São Bernardo do Campo e Guarulhos totalizando 1.567 domicílios beneficiados. O Programa Viver Melhor beneficiou mais 1.900 domicílios com melhorias habitacionais que visa a promoção de melhorias e adequações em unidades habitacionais construídas em assentamentos e núcleos urbanos do estado de São Paulo acompanhadas de serviços de assistência técnica e de conservação viária.

O Programa Especial de Melhorias (PEM) assinou seis novos convênios com municípios que totalizam 1.200 domicílios beneficiados com intervenções físicas os quais resultam em melhorias urbanas em empreendimentos habitacionais desenvolvidos pela administração pública, direta ou indireta, dos poderes públicos municipal, estadual ou federal, ou em bairros degradados objetos de intervenção municipal por meio de projetos de infraestrutura ou de equipamentos sociais.

Já O indicador de resultado *Percentual de domicílios beneficiados com a regularização fundiária urbana em relação ao total de domicílios previstos para regularização no Plano de Metas 2023/2026* associado ao **Programa Regularização Fundiária Urbana** também colabora para essa dimensão. O indicador de resultado é composto pela regularização de unidades da CDHU e lotes do Programa Cidade Legal. Em 2024, o Programa conseguiu regularizar um total de 40.820 unidades habitacionais no estado de São Paulo, sendo 17.745 domicílios regularizados em áreas e conjuntos habitacionais da CDHU e 23.075 domicílios regularizados em núcleos por meio do Programa Cidade Legal.

A CDHU cumpriu sua meta superando-a em 101,40%, enquanto o Cidade Legal alcançou apenas 71% devido ao término dos contratos com empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e à suspensão da licitação para novas contratações, apesar de outras dificuldades enfrentadas, como a elevação dos custos e atrasos causados por mudanças climáticas.



O alcance das metas desses dois indicadores de resultado contribuiu para a redução do número de domicílios em inadequação habitacional em 91.450 (3,37%) em relação ao total estimado de 2.619.170 unidades habitacionais, conforme **gráfico 6.2**.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7: MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS PRESERVADOS, COM GARANTIA DE SUA INTEGRIDADE E EQUILÍBRIO PARA MANUTENÇÃO DAS FUNÇÕES ECOLÓGICAS ESSENCIAIS À VIDA

Apresentação

O objetivo estratégico voltado à preservação e sustentabilidade ambiental do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 visa o aumento da segurança hídrica, da destinação adequada dos resíduos sólidos, da produção de energia limpa e renovável e da cobertura verde no território, além da diminuição de emissão de gases tóxicos de efeito estufa na atmosfera, com intuito de buscar a neutralidade de carbono.

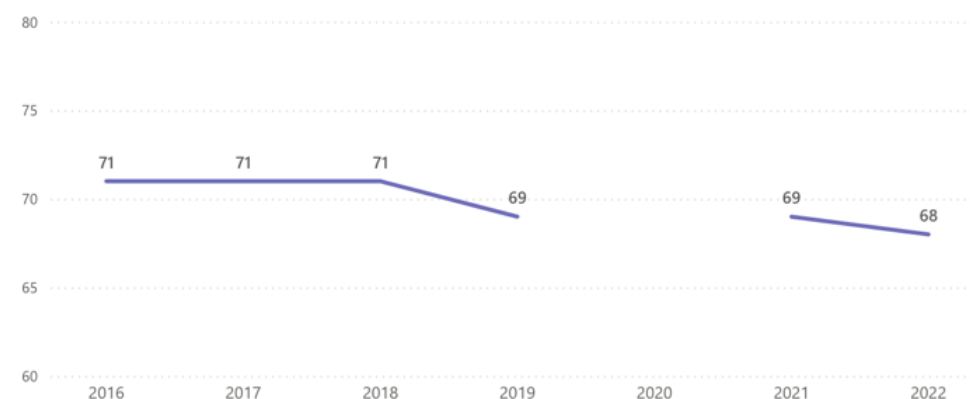
Índice de Qualidade da água – IQA

A água é um recurso natural fundamental à vida, assim como às atividades econômicas, sociais ou de preservação de ecossistemas. A preservação da qualidade das águas é responsabilidade de um conjunto de órgãos e diferentes entes da federação. No âmbito do Estado de São Paulo, destacam-se: a Subsecretaria de Recursos Hídricos; as companhias, Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), além das prefeituras com serviços autônomos de água e esgoto (SAE); o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH) e os Comitês de Bacias Hidrográficas; as agências de Bacias Hidrográficas; e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

O Índice de Qualidade das Águas (IQA), analisa as águas superficiais interiores do Estado, segundo parâmetros estabelecidos por lei: temperatura, pH, oxigênio dissolvido, demanda bioquímica de oxigênio, presença de E. coli, nitrogênio total, fósforo total, sólidos totais e turbidez. O IQA vem apresentando quedas nos percentuais de águas classificadas como boa ou ótima, passando de 71% (2016) para 68% (2022).

Gráfico 1.31 – Pontos amostrados nas categorias ótima e boa do índice de qualidade das águas – IQA (%)

São Paulo, 2016 a 2022



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

O IQA traz uma média das condições de qualidade das águas no estado de São Paulo, porém, este indicador pode apresentar variação em regiões com maior população e

atividade econômica, agropecuária intensiva, lançamento de efluentes domésticos in natura nos corpos hídricos ou deficiências no saneamento básico.

ÍNDICE DE ESGOTO TRATADO

O saneamento básico é composto de serviços públicos de infraestrutura e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; limpeza urbana; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; tratamento de efluentes; manejo de resíduos sólidos domésticos; e gestão de outras categorias de resíduos sólidos. O índice de Esgoto Tratado indica a evolução do tratamento de efluentes domésticos.

A coleta e o tratamento de esgoto doméstico evitam o lançamento de matéria orgânica nos corpos d'água, por meio dos sistemas de esgotamento sanitário. A queda nos níveis de oxigênio dissolvido inviabiliza a sobrevivência de grande parte dos organismos que compõem a comunidade aquática, reduzindo a diversidade biológica, nesses ambientes. Além disso, o esgoto sanitário é agente transmissor de doenças, com grande impacto na saúde, podendo, também, contaminar os estoques de água subterrâneas e aquíferos.

Quanto maior a densidade demográfica, as atividades produtivas e o dinamismo socioeconômico da região, maior a necessidade em investimento em infraestrutura e gerenciamento da demanda de água pelo conjunto de usuários.

O **Gráfico 1.32** mostra como o Índice de Esgoto Tratado vem evoluindo de forma significativa, passando de 52,2% (2012) para 71,4% (2022).

Gráfico 1.32 – Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%)
São Paulo, 2012 a 2022



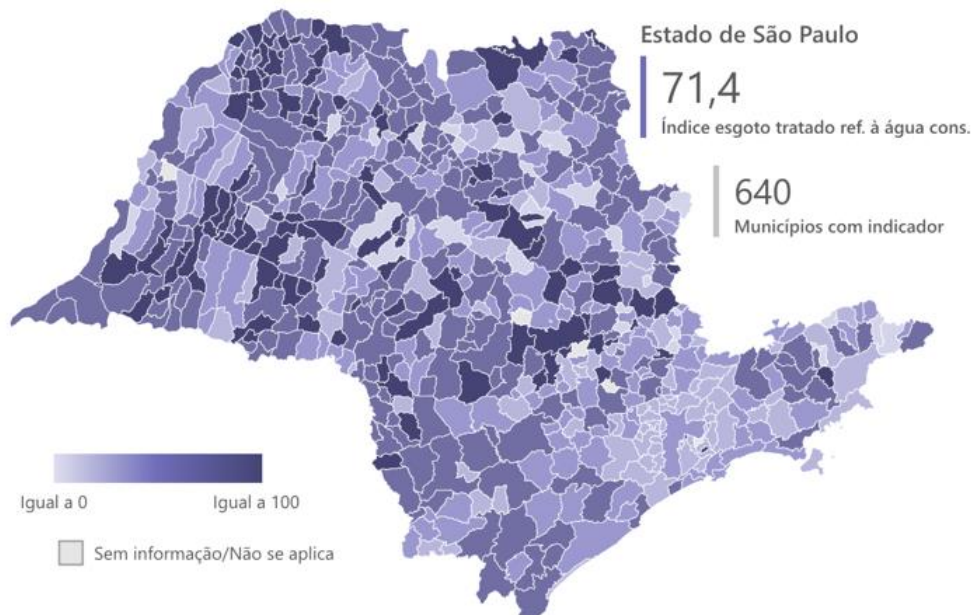
Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

A coleta e tratamento de esgoto, calculada pelo Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM), aponta que há, no estado de São Paulo, os que possuem sistemas ineficientes de coleta e remoção da carga orgânica.

Os desafios para melhora da qualidade das águas envolvem a redução de cargas difusas de poluentes, efluentes industriais não tratados e esgotos clandestinos.

Figura 1.9 – Mapa do índice de esgoto tratado referido à água consumida (%)

Municípios de São Paulo, 2022



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

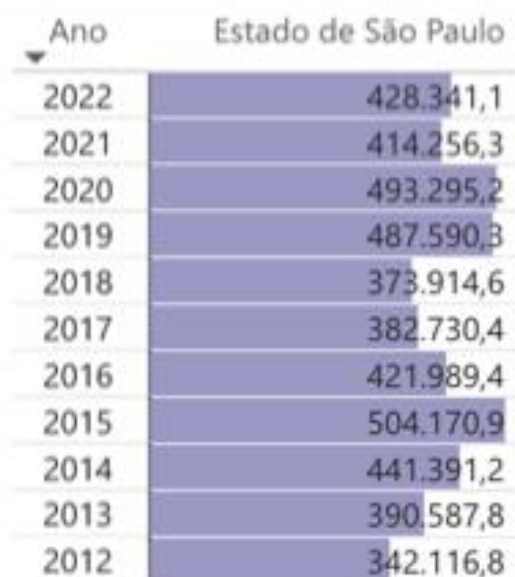
RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS COLETADOS

A reciclagem desempenha um papel importante na gestão dos resíduos sólidos, com grande potencial na redução de diversos impactos ambientais. O poder público estadual está inserido no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e é responsável por sua coordenação em âmbito estadual, com o apoio técnico e financeiro aos municípios, a integração de políticas estaduais e municipais, o licenciamento e a fiscalização, entre outros aspectos.

O indicador de resíduos recicláveis possibilita comparar a quantidade de materiais coletados pelos municípios, identificando a demanda por políticas de fomento. O Estado de São Paulo passou de 342 para 428 milhões de toneladas de materiais recicláveis coletados em 10 anos (2012/2022). Observando os dados por porte municipal populacional, percebe-se maior incidência de reciclagem em cidades com maior população e nas situadas em regiões metropolitanas. Ainda assim, Campinas e Sorocaba, por exemplo, possuem coleta reduzida, em comparação a outras cidades de porte semelhante.

Gráfico 1.33 – Resíduos sólidos recicláveis coletados (toneladas)

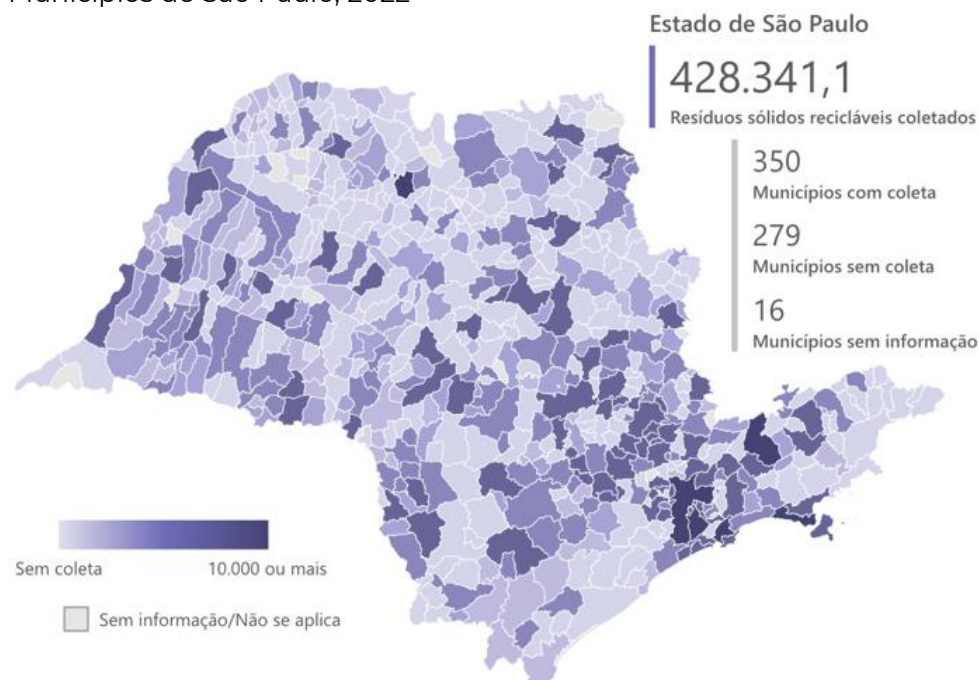
São Paulo, 2012 a 2022



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Figura 1.10 – Mapa de resíduos sólidos recicláveis coletados (toneladas)

Municípios de São Paulo, 2022



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

A política de fomento à reciclagem envolve ações sistemáticas, como apoio e financiamento às cooperativas de catadores, incentivos à logística reversa dos produtos consumidos, programas de educação ambiental, implantação e modernização de sistemas de coleta seletiva e pesquisas voltadas ao reaproveitamento de resíduos e desenvolvimento de materiais recicláveis.

ÍNDICE DE COBERTURA VEGETAL NATIVA

A cobertura vegetal nativa é responsável pelo equilíbrio e pela manutenção de processos ecológicos essenciais. A preservação de áreas verdes contribui para a biodiversidade da fauna e flora nativa, assim como os ciclos das águas e a qualidade do ar.

No estado de São Paulo, a cobertura florestal original é representada, principalmente, pelos biomas Mata Atlântica e Cerrado.

Os municípios mais próximos às faixas litorâneas possuem os maiores percentuais de vegetação nativa, com destaque para Ilhabela (94%) e Ubatuba (89%). No interior, há reduzida cobertura vegetal, por exemplo, em Araçatuba, com 6,8%, e Ribeirão Preto, 9,2%.

Gráfico 1.34 – Índice de cobertura vegetal nativa (%)

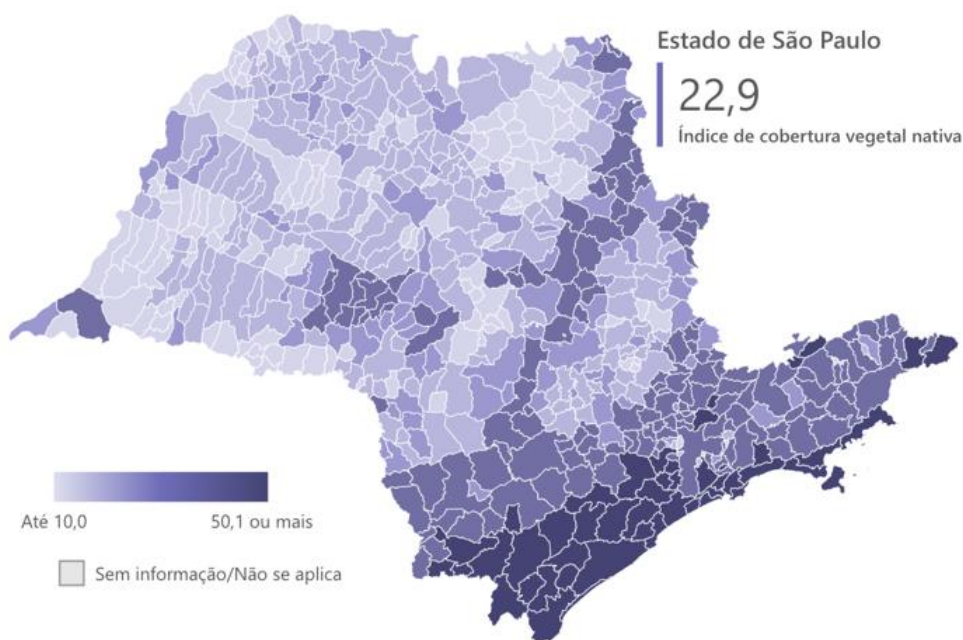
São Paulo, 2009 e 2020

Ano	[a] Cobertura vegetal nativa (ha)	[b] Superfície (ha)	[a]/[b]*100 Índice de cobertura vegetal nativa
2020	5.670.532	24.819.324	22,9
2009	4.343.726	24.820.971	17,5

Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Figura 1.11 – Mapa do índice de cobertura vegetal nativa (%)

Municípios de São Paulo, 2020



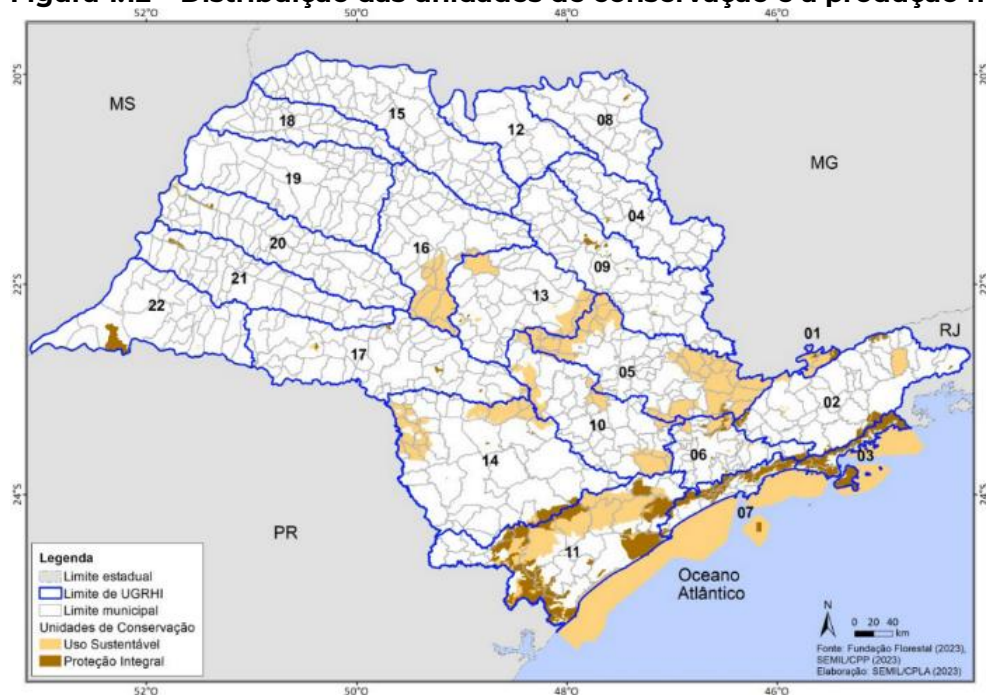
Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Entre 2009 e 2020 houve crescimento de cerca de 5% na cobertura vegetal nativa identificada.

Em termos regionais, o índice de cobertura vegetal nativa (ICVN) aponta como críticas as RA de Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, Bauru, Central, Ribeirão Preto, Franca, Barretos e São José do Rio Preto.

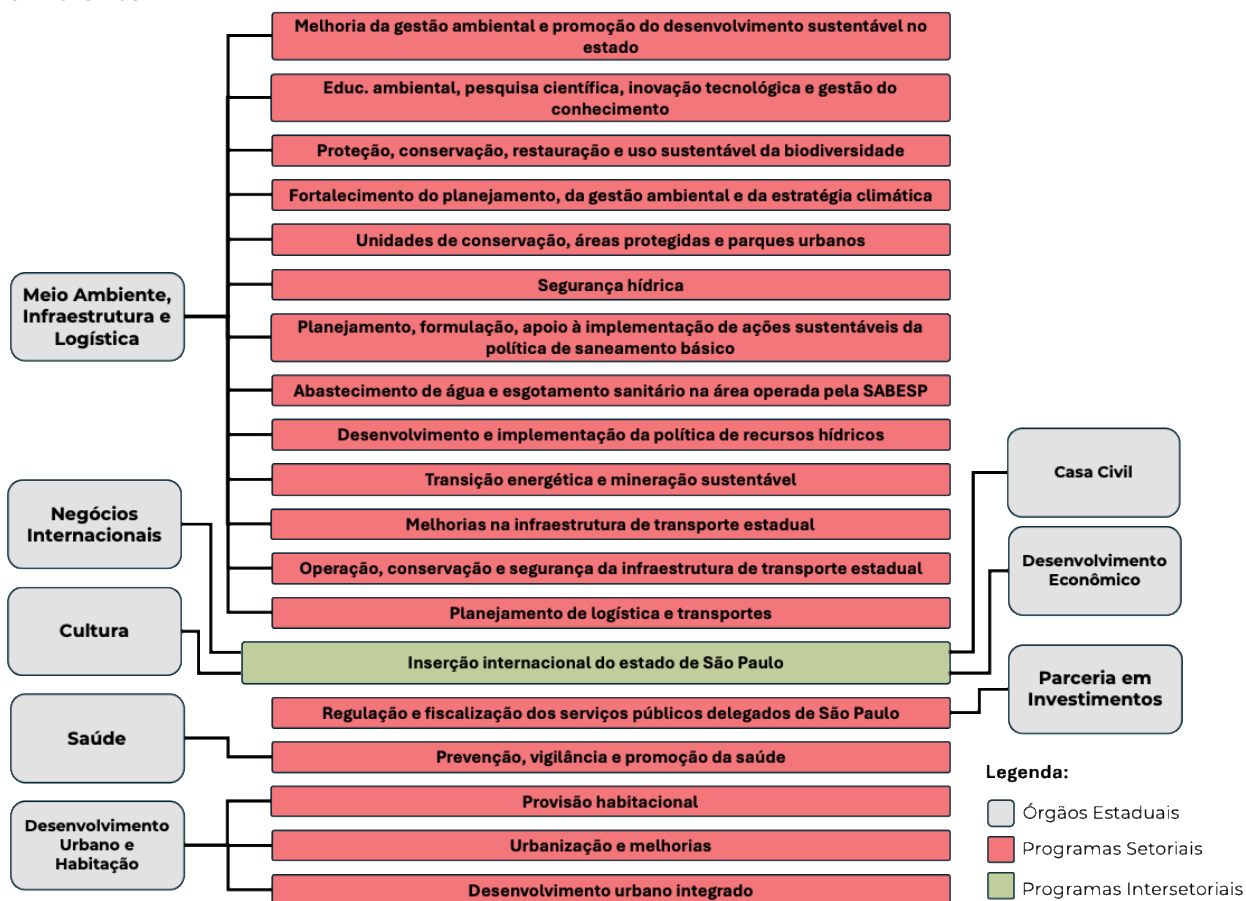
Ainda assim, no estado de São Paulo há , por exemplo, seis parques estaduais, com unidades de proteção integral e atividades de turismo sustentável; duas reservas biológicas e estações ecológicas, com conservação integral, voltados para pesquisa científica; três áreas de proteção ambiental (APA), para o uso sustentável, conciliando conservação e atividades econômicas; dois parques nacionais, com grande relevância para o estado; além de outras duas áreas de interesse, como parques municipais e reservas de desenvolvimento sustentável. A **Figura 1.12** mostra um mapa dessas áreas.

Figura 1.12 – Distribuição das unidades de conservação e a produção florestal



Fonte: Fundação Florestal (2023) e SEMIL/PPP (2023), elaborado por SEMIL/CPLA (2023). Obtido em Relatório de Qualidade Ambiental 2023, Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Coordenadoria de Planejamento Ambiental.

Figura 1.13 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 7 de meio ambiente



Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

Os indicadores que acompanham o Objetivo Estratégico 7 estão relacionados às atribuições da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e são acompanhados por indicadores que envolvem a cobertura vegetal nativa, a qualidade das águas, a coleta e tratamento de esgoto e a poluição do ar.

A cobertura vegetal nativa envolve vários fatores que vão desde a gestão de áreas públicas protegidas (Unidades de Conservação) até a intervenção em áreas de vegetação nativa de propriedade particular, além da regulação das atividades econômicas que possam impactar essa vegetação.

Neste sentido, dentre os programas do Plano Plurianual 2024-2027 que estão vinculados ao Índice de cobertura vegetal nativa destacam-se os programas **Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade; Unidades de Conservação, Áreas Protegidas e Parques Urbanos;** e, em alguns casos específicos, o programa **Melhoria da Gestão Ambiental da Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado.**

O Programa **Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade**, em parceria com a Polícia Ambiental, atua desde a prevenção, fiscalização e monitoramento das áreas de vegetação nativa em propriedade privada até a gestão dos autos de infração e reparação dos danos ambientais. Além disso, possui vários projetos de incentivo ao uso sustentável dos recursos ambientais tais como Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e implantação de Sistemas Agroflorestais SAF, entre outras iniciativas.

O indicador de resultado de programa *Áreas de Ecossistemas e Paisagens sob Conservação, Restauração, Reparação ou Uso Sustentável* mede em hectares os ecossistemas e paisagens sob conservação, restauração, reparação ou uso sustentável, resultado de ações apoiadas/fomentadas pela pasta. Em 2024 o indicador apresentou o resultado de 13.787,91 ha. O resultado foi devido à parceria com empresa privada (1 mil ha) e ao incremento no esforço de análise da tipologia de projeto SARE, que acompanha a conservação de vegetação nativa, por meio de manejo de exóticas (1.714 ha).

Já o Programa **Unidades de Conservação, Áreas Protegidas e Parques Urbanos** é responsável pela gestão das Unidades de Conservação do Estado e tem como indicador de resultado o *Percentual das ações de gestão para a conservação*, que procura medir a qualidade da gestão dessas unidades considerando alguns requisitos. O resultado deste indicador no ano de 2024 ficou dentro do esperado, com 105% de atingimento.

Em relação ao Programa **Melhoria da Gestão Ambiental da Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado** os processos de licenciamento ambiental também têm interferência na cobertura da vegetação nativa no sentido de regular as obras e atividades econômicas que envolvam a supressão dessa vegetação e das suas compensações ambientais pertinentes. Em 2024 o indicador *Percentual de Processos de Licenciamento Ambiental Analisados dentro do Prazo Legal* alcançou o resultado de 107%.

A qualidade das águas acompanhado no OE 7 pelo *Índice de Qualidade das Águas* tem dois programas principais no Plano Plurianual 2024-2027 que envolvem abastecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto.

O programa **Planejamento Formulação, Apoio à Implementação de Ações Sustentáveis da Política de Saneamento Básico** atua no planejamento das políticas públicas ligadas ao saneamento e ao atendimento de, principalmente, municípios não operados pela SABESP. Os indicadores de resultados deste programa são o *Percentual de Atendimento de Água - Estadual e Regional*, que, no ano de 2024, apresentou o resultado de 100% e o indicador *Percentual de Atendimento de Esgoto*, que apresentou o resultado de 101%.

Já o programa **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Área operada pela SABESP** era gerido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e o seus indicadores de resultado eram o *Percentual de cobertura com abastecimento de água na área atendível pela SABESP*, que apresentou em 2024 o resultado de 100% e o indicador *Percentual de cobertura com coleta de esgoto na área atendível pela SABESP*, cujo resultado foi de 99% em 2024.

Ressaltamos que o programa **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Área operada pela SABESP** teve execução orçamentária somente no primeiro semestre



de 2024, uma vez que com o processo privatização a companhia passou para a iniciativa privada. Com isso, as políticas públicas do Estado de São Paulo que envolvam abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto serão doravante tratadas no programa **Planejamento, Formulação, Apoio à Implementação de Ações Sustentáveis da Política de Saneamento Básico**.

A Secretaria possui outros programas do PPA com produtos e ações que direta ou indiretamente também contribuem para o índice de qualidade das águas, envolvendo o monitoramento da qualidade das águas, a promoção de segurança hídrica e a gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, dentre outros.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 8: SETOR PRODUTIVO COMPETITIVO E EMPREENDEDORISMO FORTALECIDO, COM CAPITAL HUMANO QUALIFICADO, GERAÇÃO DE EMPREGOS E AMBIENTE PROPÍCIO À INOVAÇÃO

APRESENTAÇÃO

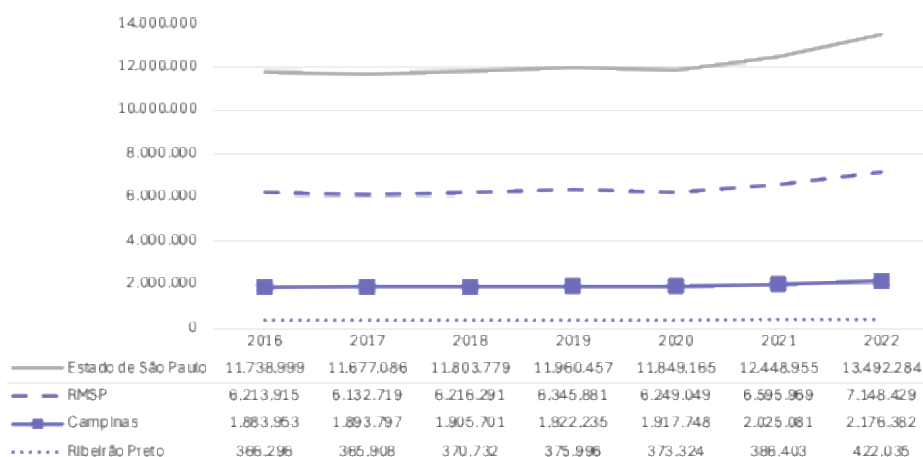
O objetivo estratégico relativo ao setor produtivo, capital humano e inovação do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 propõe intensificar o protagonismo de São Paulo na atração de investimentos privados, acionando mecanismos de transformação, como: disponibilidade de energia com custo competitivo; infraestrutura para realização e distribuição da produção; oferta de crédito, capital humano e ambiente inovador; redução do custo São Paulo; desburocratização; e revisão do sistema tributário. O objetivo estratégico também almeja maior sucesso de empresas inovadoras, que buscam oferecer novos produtos e serviços, com especial atenção às micro e pequenas e àquelas lideradas por mulheres, mediante capacitação, suporte técnico, digitalização e apoio ao crédito.

EMPREGOS FORMAIS CELETISTAS

O número de empregos formais celetistas retrata uma parcela da população ocupada, no Estado, e corresponde aos vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro do ano de referência, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de acordo com informações fornecidas pelos contratantes quando da declaração da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Gráfico 1.35 – Empregos formais celetistas

Estado de São Paulo, 2016 a 2022



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

O número de empregos formais celetistas representa a parcela de trabalhadores cuja ocupação assegura benefícios previdenciários, abono salarial e concessão de auxílio desemprego, entre outros. Entre 2016 e 2020, o número de empregos celetistas estava em torno de 11,7 milhões e teve aumentos significativos, especialmente, em 2022, quando atingiu 13,5 milhões, com aumento de 8%, em relação a 2021 (**Gráfico 1.35**). Desse total, a maior concentração ocorre na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com 7,2

milhões de empregos celetistas (53% do Estado), seguida da Região Administrativa (RA) de Campinas com 2,2 milhões e da RA de Ribeirão Preto, com 422 mil. Dessas regiões, a que mais cresceu, em 2022, em relação a 2021, foi a de Ribeirão Preto, com aumento de 9,2%.

Empregos Formais Celetistas Nas Micro e Pequenas Empresas

O número de empregos formais celetistas nas micro e pequenas empresas corresponde aos vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro do ano de referência em empresas mercantis, regidos pela CLT, de acordo com informações fornecidas pelos contratantes quando da declaração da RAIS. As micro e pequenas empresas podem ser definidas segundo dois critérios: faturamento ou número de funcionários. O critério utilizado para este indicador classificou os estabelecimentos segundo o porte e baseia-se no número de pessoas ocupadas, contratadas de acordo com a CLT, em relação ao setor de atividade, conforme mostra o quadro a seguir.

Tabela 1.1– Classificação das micro e pequenas empresas por porte

	Microempresa (ME)	Pequena Empresa (EPP)
Indústria	Até 19 pessoas	De 20 a 99 pessoas
Agropecuária, Comércio e Serviços	Até 9 pessoas	De 10 a 49 pessoas

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. DataSebrae: Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos – Seade.

Nota: O setor de serviços não inclui administração pública e serviço doméstico.

O número de empregados formais celetistas de microempresas ou empresas de pequeno porte tem ficado estável, ao longo da série 2012-2021, em torno de 5 milhões, correspondendo a 40% do total de empregados formais celetistas do Estado, em 2021 (**Gráfico 1.36**).

Gráfico 1.36 – Empregos formais celetistas nas micro e pequenas empresas

Estado de São Paulo, 2012 a 2022

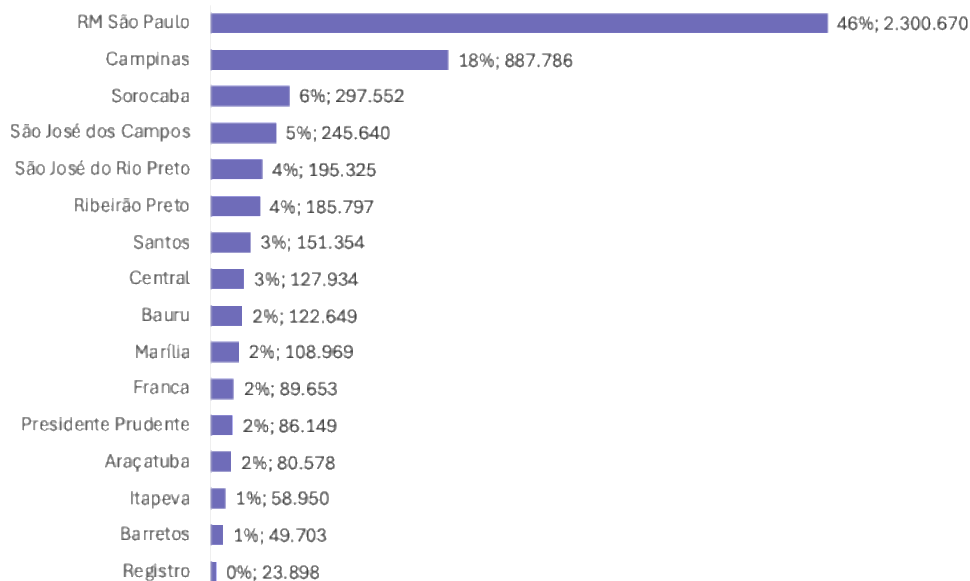


Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Do total desse emprego formal em micro e pequenas empresas, 46% estão na RMSP, 18%, na RA de Campinas, 6%, na RA de Sorocaba e 5%, na RA de São José dos Campos. As demais RA têm participação entre 1% e 4% do total.

Gráfico 1.37 – Empregos formais celetistas nas micro e pequenas empresas (participação no total do estado e número absoluto)

RMSP e Regiões Administrativas, 2012 a 2022



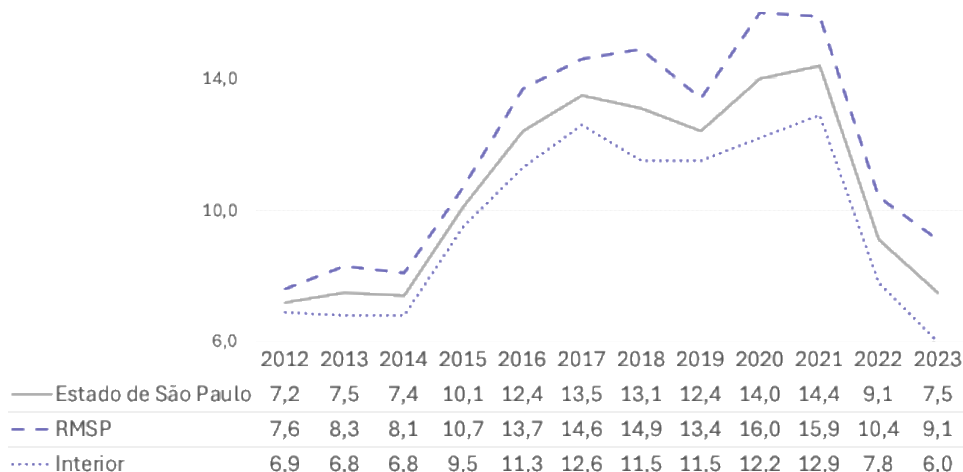
Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Taxa de Desocupação

A taxa de desocupação é dimensionada pelo número de pessoas desocupadas em relação ao número total da força de trabalho, de 2012 a 2023. A força de trabalho desocupada, em 2012, era de 1,6 milhão de pessoas e representava 7,2% do total, percentual mais baixo da série, que subiu para uma média de 13,5%, no período de 2017 a 2021. Na pandemia, as taxas foram de 14% e 14,4% (2020 e 2021, respectivamente), esta última a mais alta da série, caindo, em 2023, para 7,5%, como reflexo do bom desempenho nos setores de serviços e indústria, que se iniciou em 2022 (**Gráfico 1.38**).

Gráfico 1.38 – Taxa de desocupação (%)

Estado de São Paulo, RMSP e interior, 2012 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

As taxas de desocupação, tanto na RMSP como no Interior, seguem a tendência apresentada pelo Estado como um todo, com destaque para o Interior que, em 2023, registrou a menor taxa da série (6%).

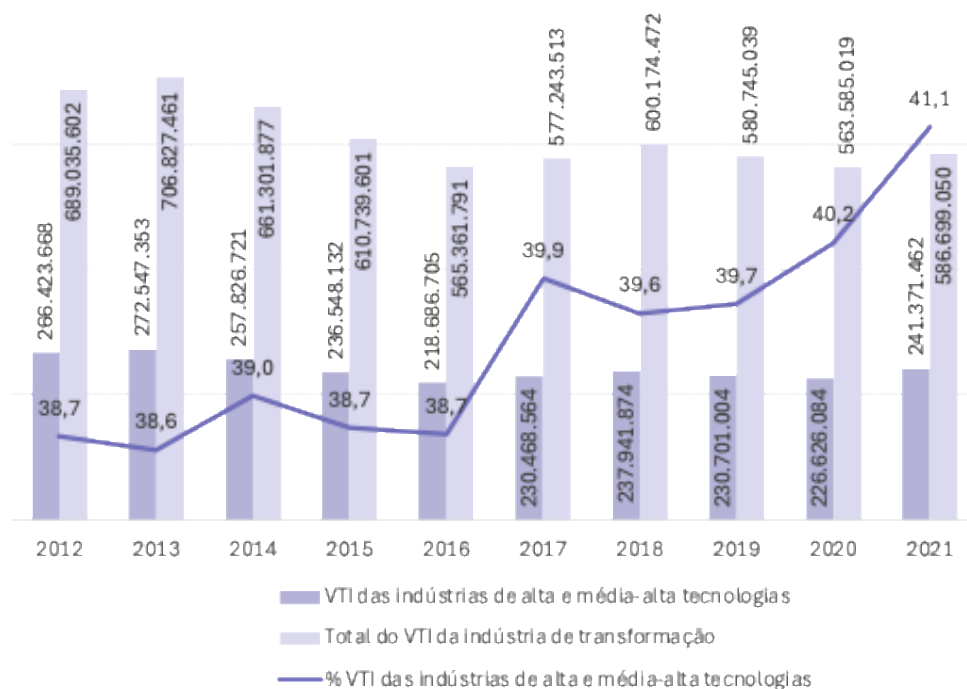
Valor da Transformação Industrial (VTI) das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia / VTI da Indústria de Transformação

O comportamento do Valor de Transformação Industrial (VTI) é um dos indicadores do desenvolvimento produtivo e é obtido pela diferença entre o valor bruto da produção industrial e os custos das operações industriais, de acordo com os dados resultantes da Pesquisa Industrial Anual (PIA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a classificação das atividades industriais por intensidade tecnológica é adotada a metodologia proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que envolve a combinação de dois elementos principais. O primeiro são os investimentos internos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) realizados pelas empresas, que incluem os recursos voltados para pesquisa, desenvolvimento de novos produtos e processos e melhorias tecnológicas internas. O segundo diz respeito às aquisições externas de P&D, ou seja, a aquisição de conhecimento tecnológico proveniente de outras empresas, instituições de pesquisa ou por meio de colaborações e parcerias. A partir dos dados da Pesquisa de Inovação (PINTEC) e da PIA, as empresas foram classificadas nas categorias alta, média-alta, média e média-baixa tecnologias. Esse ordenamento foi estabelecido a partir de pontos de corte que separam cada grupo de atividades segundo a intensidade de P&D (medida pela relação entre P&D e o Valor Adicionado dos segmentos de atividade).

O VTI de São Paulo, em 2021, era de R\$ 586,7 milhões e representava 34,8% do VTI nacional. Entre 2013 e 2021, o total do VTI do Estado reduziu-se R\$ 120,0 milhões. No caso do VTI das indústrias de alta e média-alta tecnologias, a queda foi menos acentuada (R\$ 31,1 milhões), o que proporcionou um aumento da participação dessas indústrias no total do VTI, que foi de 41,1% em 2021 - maior percentagem da série (**Gráfico 1.39**).

Gráfico 1.39 – VTI das indústrias de alta e média-alta tecnologia / VTI da indústria de transformação (%)

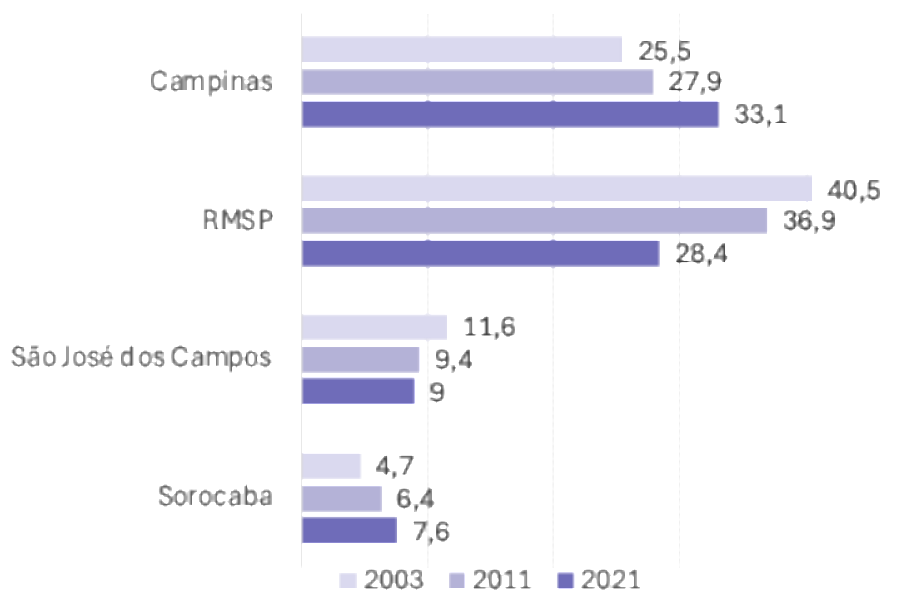
Estado de São Paulo, 2012 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Gráfico 1.40 – Participação das RA no VTI do Estado (%)

RMSP e Regiões Administrativas, 2003, 2011 e 2021



Fonte: FUNDAÇÃO SEADE, Seade Indústria. Geografia industrial paulista se alterou entre 2003 e 2021, outubro de 2023. Disponível em: <https://industria.seade.gov.br/integra/?analise=geografia-industrial-paulista-se-alterou-entre-2003-e-2021>. Acesso em: 31 jan. 2025.

Destaca-se um movimento de interiorização do processo de desenvolvimento industrial, em especial, em direção às RA de Campinas e de Sorocaba e uma perda relativa na RMSP, que passou de 36,9% para 28,4% do VTI total do Estado, entre 2011 e 2021. Houve também um avanço nos municípios de pequeno porte populacional, especialmente os com até 100 mil habitantes.

Percentual de depósitos de patentes de residentes no Estado de São Paulo / depósitos de patentes no Brasil

A patente é um título de propriedade temporário, oficial, concedido pelo Estado, por força de lei, ao seu titular ou seus sucessores (pessoa física ou jurídica), que passam a deter os direitos exclusivos sobre o bem, seja de um produto, de um processo de fabricação ou aperfeiçoamento de produtos e processos já existentes, objetos de sua patente. Terceiros podem explorar a patente somente com permissão do titular (mediante uma licença). As estatísticas apresentadas referem-se ao número de depósitos de patentes de acordo com a unidade da federação do depositante residente, definido como a pessoa que reside no país em caráter definitivo.

A concessão de uma patente está ligada ao índice de inovação de um país ou Estado, embora não seja restrita a este. Existe também um Índice Global de Inovação (IGI). Esse índice considera vários indicadores, como gastos em pesquisa e desenvolvimento e contratação de doutores, além de pedidos de concessão de patentes⁷.

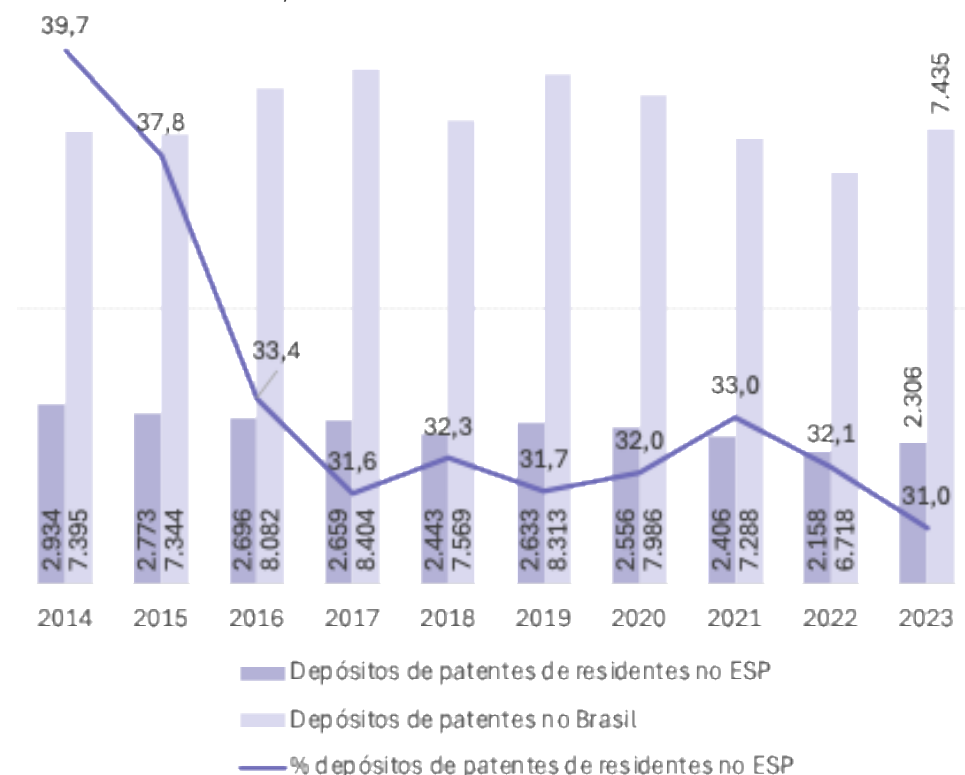
Observa-se que, de 2014 a 2023, houve um pequeno aumento no número de patentes registradas no Brasil (de 7.395 para 7.435), com ápice em 2017, quando foram concedidas

⁷ SALERNO, G. A longa marcha das patentes. Montaury Pimenta Machado & Vieira de Mello. 13 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.montaury.com.br/pt/a-longa-marcha-das-patentes>. Acesso em: 31 jan. 2025.

8.404 patentes. Já no Estado de São Paulo, depois de uma queda paulatina no percentual de patentes em relação ao Brasil, de 39,7% em 2014 para 31,6% em 2017 houve uma certa estabilização no número de patentes obtidas e na sua relação com o total do Brasil cuja média do período 2017-2023 ficou em 32%. Ainda assim, este é o Estado que tem o maior número de patentes, seguido, de longe, por Rio Grande do Sul e Paraná¹. No Estado, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) tem registrado grande número de patentes e, no Brasil, a Petrobrás é a empresa que mais deposita patentes de invenção.

Gráfico 1.41 – Percentual de depósitos de patentes de residentes no estado de São Paulo / Depósitos de patentes no Brasil (%)

Estado de São Paulo, 2014 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

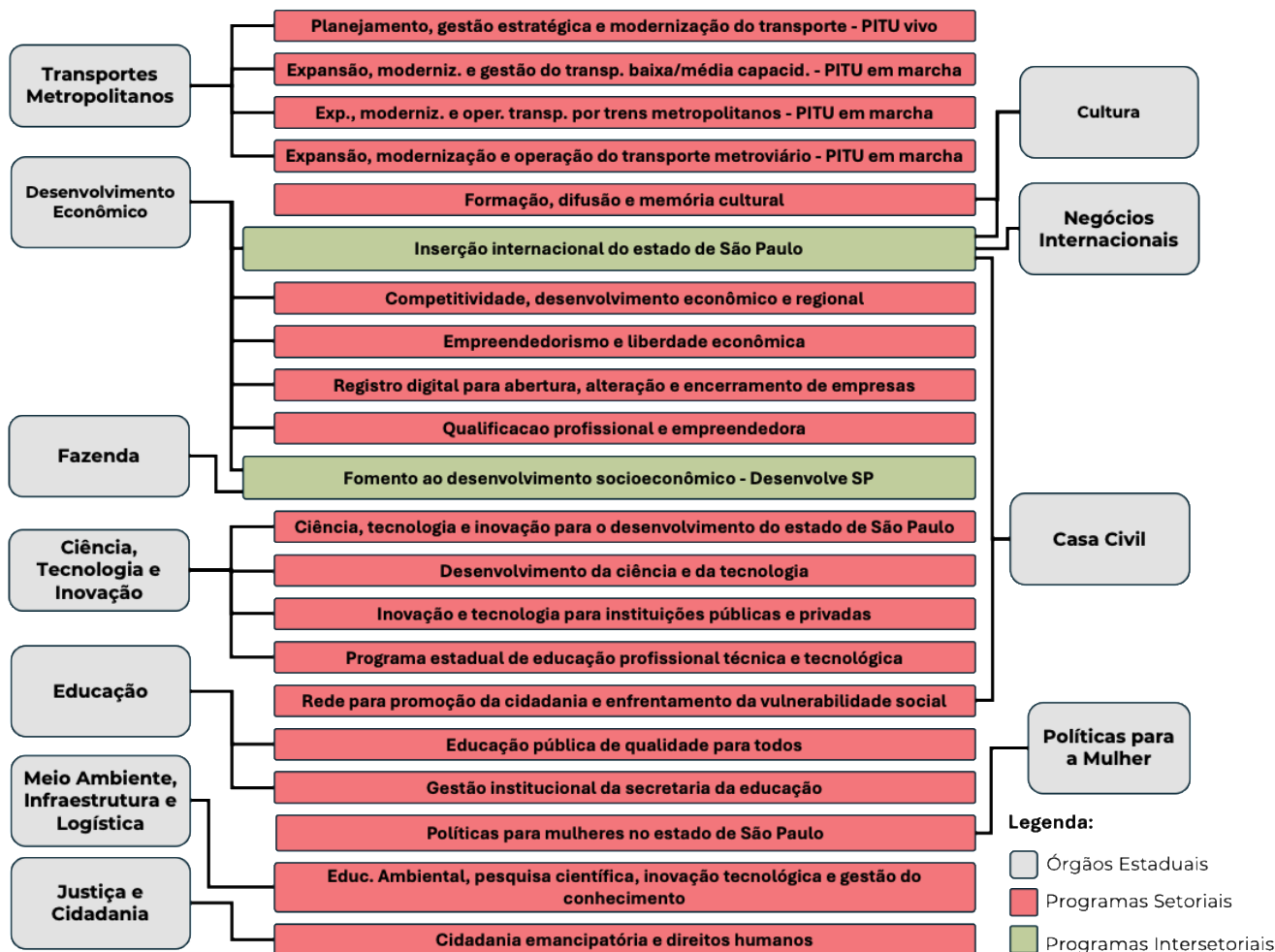
Outra fonte de indicadores foi lançada, em 2024, pelo INPI, na primeira edição do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID)⁸. Este índice é um mapa da inovação do país, das regiões e dos estados.

É mensurado por um número que varia de 0 a 1 e consiste em um índice sintético que agrega 74 indicadores estatísticos coletados junto a fontes oficiais e/ou disponíveis publicamente, que são distribuídos em sete pilares (instituições, capital humano, infraestrutura, economia, negócios, conhecimento e tecnologia e economia criativa). Esses pilares subdividem-se em 21 dimensões. As cinco economias mais inovadoras são: São Paulo (0,891); Santa Catarina (0,415); Paraná (0,406); Rio de Janeiro (0,402); e Rio

⁸ Novo índice classifica estados do Brasil mais avançados em ciência e tecnologia. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202408/inpi-lanca-indice-que-retrata-cenario-da-inovacao-no-brasil#:~:text=Confira%20os%20resultados,Mapa%20IBID&text=%2D%20O%20desempenho%20nacional%20m%C3%A9dio%20n%C3%A3o,dados%20completos%20do%20IBID%202024%20.%20Este%20indicador%20ainda%20n%C3%A3o%20foi%20utilizado%20pois%20%C3%A9%20muito%20recente%20e%20s%C3%B3%20existem%20dados%20para%20um%20ano.%20ELABORA%C3%87%C3%83O:%20Diretoria%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Grande do Sul (0,401). A média nacional é de 0,291. Por ser muito recente, só há dados para um ano.

Figura 1.14 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 8 de desenvolvimento do setor produtivo



Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

Com base no Objetivo Estratégico 08 do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, diversos órgãos governamentais contribuíram para o fortalecimento do empreendedorismo, da qualificação, da inovação e da geração de empregos no Estado de São Paulo em 2024, com destaque para as áreas de desenvolvimento econômico, ciência, tecnologia e inovação e turismo.

A expansão do PIB paulista em 2024 refletiu melhorias no cenário macroeconômico nacional e estadual. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento de investimentos, pela criação de empregos com carteira assinada, pelo fortalecimento do empreendedorismo e por iniciativas de desenvolvimento em todo o território paulista.

O Programa **Competitividade, desenvolvimento econômico e regional** coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), utiliza como indicador de resultado a *Taxa de Crescimento Real do PIB Paulista* para medir o desempenho anual do Produto Interno Bruto acumulado de 2024 em comparação a 2023. Foi registrada uma

taxa de crescimento de aproximadamente 3,5% no período de janeiro a setembro, superando em 74% a meta estipulada. Vale destacar que as metas foram baseadas em médias históricas da SDE, considerando tanto o cenário econômico vigente quanto o baixo crescimento registrado no período pós-pandemia.

São Paulo foi o estado que apresentou o maior crescimento percentual de empresas abertas em 2024, com aumento de 14% em relação a 2023. Políticas de desburocratização, incentivo ao empreendedorismo, acesso ao crédito, promoção de investimentos, competitividade, qualificação profissional, empregabilidade e melhorias no ambiente de negócios contribuíram para consolidar o Estado como o principal polo de empreendedorismo do país.

Sobre o aumento da desburocratização, o indicador *Razão entre encerramento e abertura de micro e pequena empresas no mesmo período*, vinculado ao **Programa Empreendedorismo e liberdade econômica**, registrou uma razão de 0,54 em que foram abertas 405.498 empresas e encerradas 218.634. Esses dados, extraídos do Boletim do terceiro quadrimestre de 2024 do Mapa de Empresas, refletem avanços nas iniciativas estaduais para desburocratizar processos e reduzir a carga regulatória, promovendo transparência e previsibilidade aos processos de licenciamento e legalização de empresas. As ações também incluem a implantação de ambientes regulatórios experimentais e o engajamento de gestores em treinamentos promovidos pelo estado.

Com relação ao acesso ao crédito, a Desenvolve SP, por meio do **Programa Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico**, buscou, em 2024, fortalecer a democratização do crédito ao promover o desenvolvimento sustentável, a geração de empregos e a expansão de sua atuação em projetos de alto impacto, com destaque para iniciativas voltadas a mulheres empreendedoras, agroindústria e inovação. O atendimento às prefeituras do Estado, com foco na melhoria da infraestrutura, também foi ampliado.

O indicador *Quantidade de empresas paulistas contempladas com financiamentos para investimentos de alto impacto*, vinculado ao Programa da Desenvolve SP supracitado, mensura o total de empresas paulistas que receberam financiamentos para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos. Das 255 empresas previstas para 2024, apenas 65 foram beneficiadas. Essa execução parcial da meta deve-se ao redirecionamento da atuação da Desenvolve SP para projetos de alto impacto, exigindo uma reestruturação da área de negócios e o desenvolvimento de novas capacidades de análise, processos que demandaram tempo para maturação.

Em relação à sustentabilidade financeira, o indicador *Índice de cobertura da Desenvolve SP*, que mensura o resultado operacional e a saúde financeira da instituição, teve um desempenho 15% superior ao previsto. A diminuição da inadimplência reduziu as despesas anuais, elevando os resultados financeiros do indicador.

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação também tem um papel importante para o desempenho do Objetivo Estratégico 08 no que se refere ao desenvolvimento do capital humano e ambiente inovador. O indicador *Número de Empresas e Startups Residentes e Aceleradas Participantes de Programas de Inovação Promovidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas*, relacionado ao **Programa Inovação e tecnologia para instituições públicas e privadas**, mede a quantidade de empresas e startups que participam de programas de inovação aberta promovidos pelo IPT, com ou sem parceiros

executores. Isso inclui empresas residentes no campus do IPT na modalidade "Centro de Inovação" e empresas participantes do "Hub de Inovação" do programa IPT Open.

A participação de empresas e startups em programas de inovação aberta promovidos pelo IPT contribui significativamente para a competitividade do setor produtivo. Esses programas incentivam a colaboração entre empresas, universidades e centros de pesquisa, promovendo a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de novas tecnologias. Além disso, o fortalecimento do empreendedorismo é evidente através do apoio oferecido pelo IPT. Startups que participam desses programas recebem mentorias, acesso a recursos e oportunidades de networking, que são essenciais para seu crescimento e sucesso.

O indicador que mede o *número de produções científicas no estado de São Paulo*, pertencente ao Programa **Desenvolvimento da ciência e da tecnologia**, registrou 30.467 publicações em 2024. Este indicador inclui artigos, revisões e trabalhos apresentados em eventos científicos, desde que pelo menos um dos autores seja residente no estado. Os dados são registrados na base da *Web of Science* e extraídos pela ferramenta *InCites*, utilizando uma média móvel quadrienal. O desempenho do programa da FAPESP ao longo de 2024 demonstra uma recuperação consistente em relação ao início da década, evidenciando a superação dos impactos da pandemia da Covid-19.

A produção científica robusta é um dos pilares para um setor produtivo competitivo e um empreendedorismo fortalecido. A pesquisa e a inovação são fundamentais para o desenvolvimento de novas tecnologias, processos e produtos que aumentam a competitividade das empresas. A alta produção científica em São Paulo contribui diretamente para a inovação e a melhoria contínua no setor produtivo e está intimamente ligada à formação de capital humano qualificado. Pesquisadores, cientistas e acadêmicos envolvidos em projetos de pesquisa desenvolvem habilidades avançadas e conhecimentos especializados que são transferidos para o mercado de trabalho. Isso resulta em uma força de trabalho mais qualificada e preparada para enfrentar os desafios do setor produtivo.

O Estado de São Paulo vem progressivamente aliando crescimento econômico, inclusão social e desenvolvimento sustentável, destacando-se como referência nacional no setor produtivo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9: AGRONEGÓCIO COM PRODUÇÃO DIVERSIFICADA E ATRELADO À SUSTENTABILIDADE E AO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS PRODUTORES

APRESENTAÇÃO

O objetivo estratégico voltado ao agronegócio do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 propõe o crescimento da produção e das exportações do agronegócio paulista, apoiadas no surgimento de novas tecnologias no campo, adequação às exigências ambientais, melhoria da infraestrutura para distribuição, crédito ao agricultor, desburocratização da atividade e ações de apoio técnico, sobretudo aos pequenos produtores.

A seguir, são apresentados os indicadores do Objetivo Estratégico 9 – Agronegócio, do PPA 2024 – 2027, e sua evolução, a partir de 2017.

Índice de Quantidade da Produção Agrícola

O Índice de Quantidade da Produção Agrícola acompanha a evolução da produção das principais explorações agrícolas do estado de São Paulo, envolvendo uma diversidade de produtos, entre lavouras e criação de animais. O indicador mede a evolução da quantidade produzida dos 50 principais produtos da agropecuária do Estado de São Paulo. O ano base, 2019, é igual a 100.

Os 50 principais produtos são agrupados em categorias como: produtos para indústria; produtos de origem animal; grãos e fibras; frutas frescas; e produtos olerícolas. Os dados de produção são obtidos nos levantamentos sistemáticos de previsão e estimativas de safras, realizados pelo IEA e pela Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

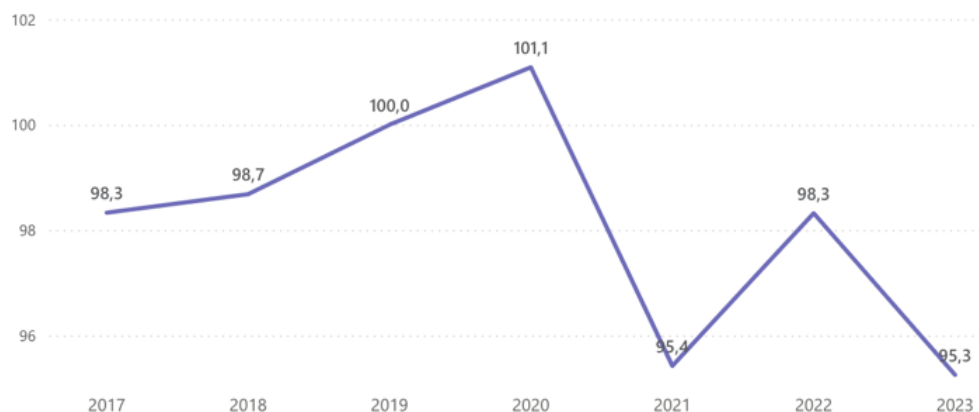
Tendo se situado ao redor de 100, entre 2017 e 2020, reduziu-se para 95,4, em 2021, em função de adversidades climáticas que provocaram menor índice pluviométrico, baixas temperaturas e uma geada, em junho, que atingiu várias regiões produtoras. Em 2022, voltou a um patamar próximo a 100, possivelmente, pelo crescimento da produção de grãos, como feijão, milho e soja.

Em 2023, a redução do Índice deveu-se à menor produção de cítricos (laranja para indústria e para a mesa; limão; e tangerina), milho, leite, banana e uva para mesa⁹.

⁹ CAMARGO, F. P. de et al. Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Levantamento Parcial do Ano Agrícola 2023/24, e Levantamento Final do Ano Agrícola 2022/23, Novembro de 2023. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 19, n. 3, mar. 2024. Disponível em: AIA-05-2024.pdf. Acesso em: 21 jan. 2025.

Gráfico 1.42 – Índice de quantidade da produção agrícola (Base: 2019 = 100)

Estado de São Paulo, 2017 a 2023

Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).**Índice de Produtividade da Terra**

O Índice de Produtividade da Terra, também acompanha a evolução da produção agrícola dos 50 principais produtos, porém, considera o desempenho dos rendimentos físicos por hectare. Da mesma forma que no caso anterior, o ano base, 2019, é igual a 100.

O índice situou-se próximo a 100, entre 2017 e 2020, reduzindo para 96, em 2021, em função de adversidades climáticas, mencionadas anteriormente, e retornou ao patamar de 104,6, em 2022.

A produtividade do milho safrinha, em 2021, por exemplo, foi a menor em dez anos (54,1 sc./ha), de acordo com o IEA. Também no caso da cana-de-açúcar, a produtividade foi de 73,6 t/ha, 6,1% inferior ao estimado, no início da safra, pelo IEA¹⁰.

A queda do Índice, em 2023, é resultante da retração dos rendimentos físicos por hectare das culturas frutíferas, com destaque para os cítricos, hortigranjeiras e forrageiras, como aveia, cevada e trigo, por exemplo¹¹.

Em movimento contrário, a cana-de-açúcar apresentou aumento de produtividade, de 4,8%, em relação ao ano anterior, impulsionado por condições climáticas favoráveis e bons tratos culturais¹².

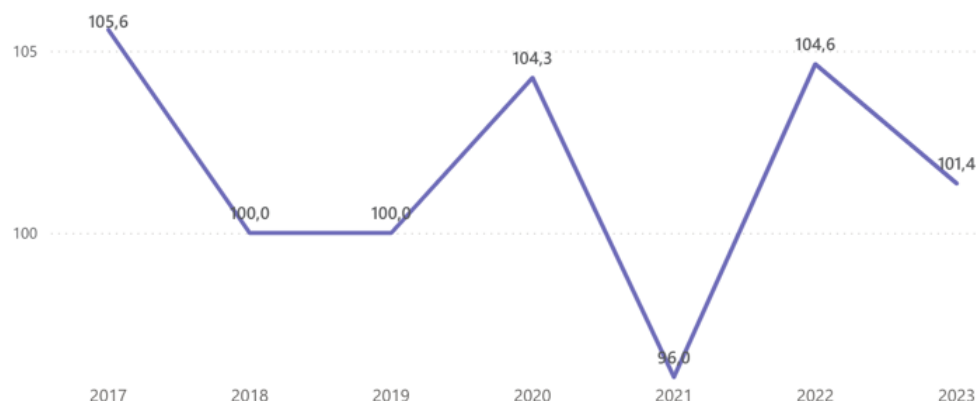
¹⁰ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA). Instituto de Economia Agrícola (IEA). Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Intenção de Plantio do Ano Agrícola 2021/22 e Levantamento Final Ano Agrícola 2020/21, setembro de 2021. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-49-2021.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024.

¹¹ MIURA, M. et al. Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Intenção de Plantio do Ano Agrícola 2024/25 e Levantamento Final Ano Agrícola 2023/24, Setembro de 2024. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 19, n. 12, dez. 2024, p. 1-13. Disponível em: [AIA-35-2024.pdf](#). Acesso em: 28 jan. 2025.

¹² CAMARGO, F. P. de et al. Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Levantamento Parcial do Ano Agrícola 2023/24, e Levantamento Final do Ano Agrícola 2022/23, Novembro de 2023. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 19, n. 3, mar. 2024. Disponível em: [AIA-05-2024.pdf](#). Acesso em: 21 jan. 2025.

Gráfico 1.43 – Índice de produtividade da terra (Base: 2019 = 100)

Estado de São Paulo, 2017 a 2023

Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).**Índice do Valor da Produção Real dos Produtos Agrícolas**

O Índice do Valor da Produção Real mede a evolução da renda da propriedade agrícola, considerando preço médio recebido pelos produtores, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O ano base é 2019, com índice igual a 100.

Entre os anos 2017 e 2019, o indicador se situou próximo de 100, elevando-se de forma consistente durante os anos subsequentes até 152,9, em 2022. A variação positiva, em 2020, foi potencializada, em especial, pelo crescimento dos preços de produtos dos grupos de grãos e fibras e de produtos animais, que destinam parte considerável da produção ao mercado internacional, e por elevadas taxas de câmbio.

Em 2021, houve aumento expressivo e generalizado dos preços. No caso das *commodities*, essa evolução reflete o crescimento das cotações internacionais dos produtos de exportação, resultado, predominantemente, da elevação da demanda e da queda acentuada dos estoques, em especial de soja e milho.

Os preços dos produtos direcionados ao mercado interno foram afetados pela queda de produção decorrentes de períodos de estiagem e geada, já referidos, além da elevação no custo dos insumos agropecuários.

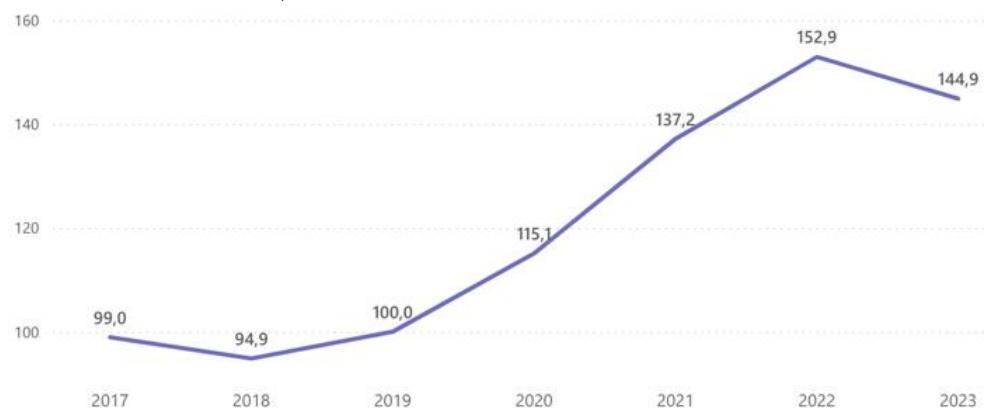
Em 2022, o grupo de produtos que apresentou a maior expansão do Valor da Produção Agropecuária (VPA) foi o de produtos para indústria, capitaneado pela cana-de-açúcar, pela laranja para indústria e pelo café beneficiado, devido, principalmente, à elevação dos preços, já que a produção cresceu, apenas, 3,8%.

Em 2023, em termos reais (corrigido pelo IPCA), o VPA do estado de São Paulo foi estimado em R\$ 157,84 bilhões (contra R\$166,74 bilhões, em 2022), representando queda de 5,3%, conforme expresso, em termos de índice, no gráfico abaixo¹³.

¹³ VEGRO, C. L. R. al. Valor da Produção Agropecuária Paulista em 2023: resultado por região da CATI. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 19, n. 6, jun. 2024. Disponível em: AIA-18-2024.pdf. Acesso em: 21 jan. 2025.

Gráfico 1.44 – Índice do valor real da produção agrícola (Base: 2019 = 100)

Estado de São Paulo, 2012 a 2023

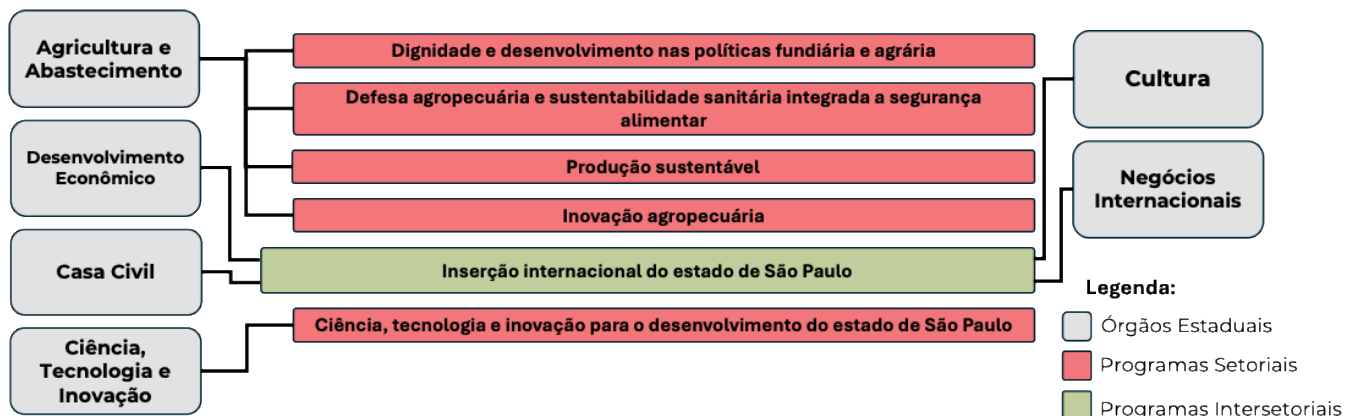


Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Considerando-se os dez principais produtos na geração de VPA, quatro exibiram incremento no valor: carne de frango, laranja para indústria, ovos de galinha e amendoim em casca, que contribuíram, juntos, com R\$ 2,37 bilhões do valor total, sendo 47%, advindos da laranja para a indústria. Os seis demais produtos, ao contrário, tiveram queda: cana-de-açúcar, carne bovina, soja, café beneficiado, leite e milho.

A Cana-de-açúcar, soja e carne bovina representaram 9,3%, 32,4% e 22,1% da queda real registrada, respectivamente. No balanço desses dez produtos, o declínio do VPA foi de R\$ 7,51 bilhões.

Figura 1.15 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 9 de agronegócios



Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

Os indicadores que acompanham o Objetivo Estratégico 9 estão relacionados às políticas desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento e são acompanhados por indicadores que mensuram o tamanho da produção, a capacidade de produtividade e a valoração dos produtos agrícolas por meio dos indicadores *Índice de quantidade da produção agrícola*; *Índice de produtividade da terra* e *Índice do valor da produção real dos produtos agrícolas*.

Dentre os programas que mais contribuem para estes indicadores destaca-se o programa **Defesa agropecuária e sustentabilidade sanitária integrada a segurança alimentar**, que atua nas ações de educação e fiscalização sanitária tendo como principal objetivo garantir a saúde e a qualidade da produção agrícola.

Os indicadores de resultado deste programa incluem o *Percentual de inconformidades em relação ao total de análises realizadas*, que, em 2024, atingiu 119%, e o *Número de intercepções de produtos exportados com pragas e doenças*, com resultado de 145%. Neste sentido, ao reduzir as inconformidades e as intercepções de produtos exportados com pragas e doenças o programa contribui para o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos, agregando, assim, valor à produção.

Outro programa importante para o Objetivo Estratégico 9 é o **Programa Produção Sustentável**. Este programa apoia os produtores com iniciativas que vão desde a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, produção de insumos, apoio financeiro, infraestrutura logística e, principalmente, na extensão rural e capacitação.

Dentre os indicadores de resultado do programa destaca-se o *Número de entregas tecnológicas derivadas de ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)*, que, no ano de 2024, teve um resultado de 710%. Este resultado se deu porque um único projeto de pesquisa pode gerar mais de uma entrega tecnológica que, por sua vez, pode contribuir para o aumento da produção, da produtividade e para o valor dos produtos agrícolas.

O outro indicador de resultado refere-se ao *Número de produtores rurais adotando sistemas produtivos sustentáveis*, que, em 2024, obteve um resultado de 93,63%. A questão da produção sustentável é requisito fundamental para se manter a manutenção da produtividade, uma vez que se preserva a fertilidade do solo e o acesso à água, entre outros fatores, além de agregar valor aos produtos agrícolas, atendendo às exigências do mercado, principalmente, internacional.

Cabe ressaltar que os indicadores do Objetivo Estratégico 9 são muito sensíveis a fatores externos tais como questões climáticas, safra, câmbio entre outros. Assim, a correlação estabelecida entre os dados dos indicadores de objetivo estratégico com os indicadores de resultado do programa é indireta.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10: TURISMO, ESPORTE, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA ALIADOS AO DESENVOLVIMENTO E VOLTADOS PARA O FUTURO

APRESENTAÇÃO

O objetivo estratégico de turismo, esporte, cultura e economia criativa do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 visa consolidar a cultura e a economia criativa como instrumentos de transformação e inclusão social, buscando resgatar e preservar a história e a arte, valorizando as diferenças e criando oportunidades de formação e ocupação profissional. Envolve ações que valorizam a diversidade cultural do povo paulista e de suas cidades, privilegiam a transparência, gestão e fiscalização das políticas públicas, com investimentos em tecnologia da informação e capacitação dos agentes culturais. Da mesma forma, consolidar a política de esportes como atividade de incentivo à saúde e à formação cidadã e de grandes talentos para competição. O objetivo também consiste no fortalecimento do turismo como estratégia de desenvolvimento, apoiado no turismo de negócios, saúde, esportes, cultura, lazer, natureza e religioso.

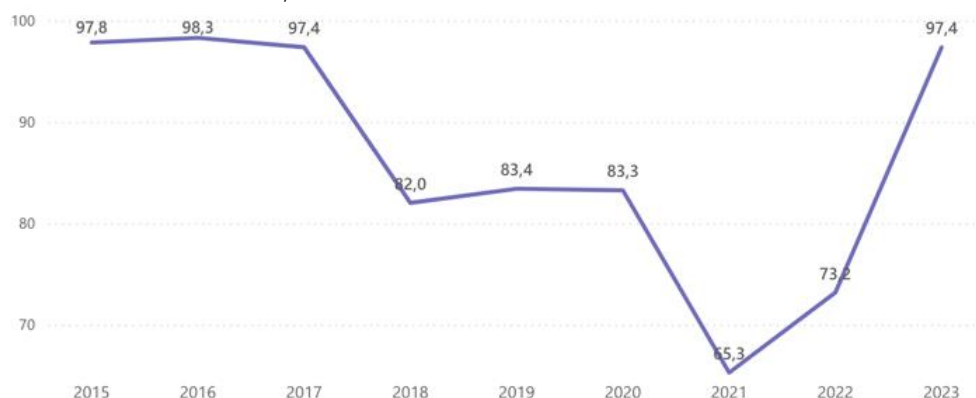
A seguir, são apresentados alguns indicadores que monitoram o progresso em relação ao objetivo estratégico, para turismo, esporte e cultura. Esses dados contribuem para um diálogo sobre o desempenho das estratégias descritas nos planos plurianuais e setoriais.

Proporção de municípios abrangidos por ações culturais de Difusão, Formação e Museus

O indicador mede a abrangência espacial dos serviços da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativa ao cotejar o total de municípios atendidos com ações *in loco* pelo órgão, via parceria com organizações sociais de cultura, em relação ao total de municípios do Estado.

Após um quadriênio no qual o percentual situou-se abaixo de 85%, inclusive antes do impacto da pandemia causada pelo vírus COVID-19, o último dado disponível, de 2023, 97,4%, mostra patamar similar ao do início da série, que, de 2015 a 2017, registrou percentuais superiores a 97%.

Gráfico 1.45 – Municípios abrangidos por ações culturais de difusão, formação e museus (%)
Estado de São Paulo, 2015 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

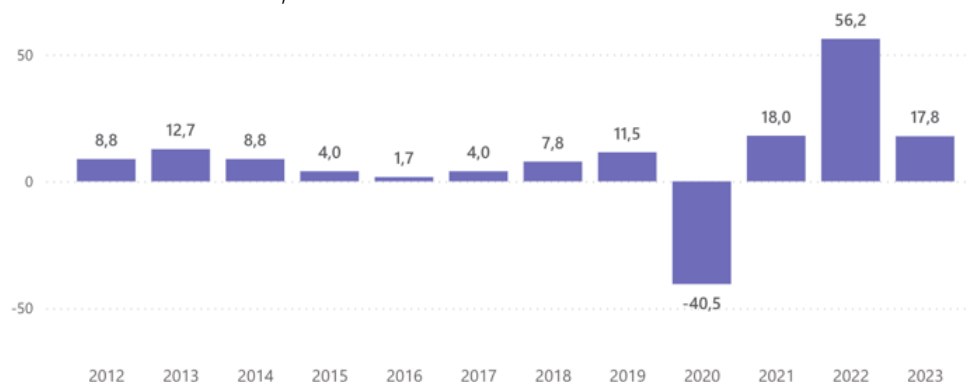
RECEITA TURÍSTICA – variação acumulada em 12 meses

O indicador procura demonstrar a conjuntura do setor turístico através da receita das empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas em setores selecionados da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), através da variação acumulada da receita nominal do turismo, nos 12 meses finalizados em dezembro, em relação a igual período do ano anterior. Os dados são retirados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os setores selecionados são: alojamento e alimentação; atividades culturais e de recreação e lazer; trens turísticos, teleféricos e similares; transporte por navegação interior de passageiros; transporte aéreo de passageiros; transporte por navegação de travessia; transportes aquaviários não especificados; locação de automóveis sem condutor; agências de viagens e operadoras turísticas; transporte rodoviário de passageiros intermunicipal, interestadual e internacional.

Na série histórica, ocorreu apenas um registro negativo, -40,5%, devido à pandemia, em 2020, com forte recuperação posterior, inclusive nos anos subsequentes, em que havia, ainda, importante impacto das restrições de circulação de pessoas no setor de serviços. O comportamento oscilante do indicador reflete, possivelmente, a crise econômica, que provocou quedas de faturamento real, como a de 2016, no qual houve um aumento de receita de 1,7%, inferior à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), naquele ano (6,29%).

Gráfico 1.46 – Receita turística – variação acumulada em 12 meses (%)
Estado de São Paulo, 2012 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Empregos formais celetistas no setor de turismo

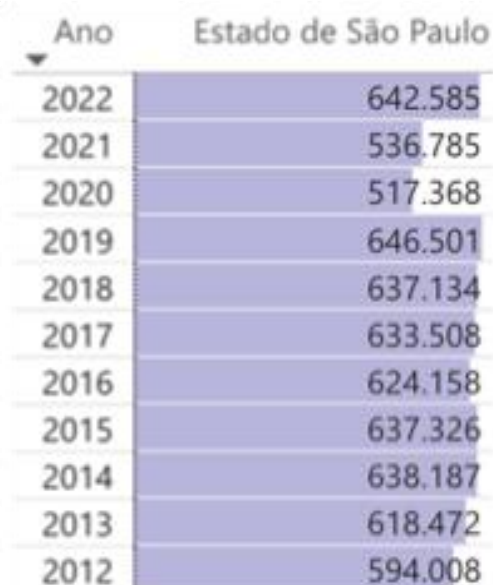
Os dados sobre empregos formais celetistas, no setor de turismo, corroboram a análise anterior, visto que em 2022, ano do último registro, não haviam ainda sido alcançados os níveis pré-pandêmicos, de cerca de 646 mil trabalhadores.

O indicador que mede o número de empregos formais celetistas no setor de turismo corresponde aos vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro do ano de referência, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de acordo com informações fornecidas pelos contratantes quando da declaração da Relação Anual Informações Sociais (RAIS). Esses vínculos referem-se às atividades econômicas relacionadas ao turismo, agrupados por principais categorias e subclasses, segundo as Recomendações

Internacionais de Estatísticas de Turismo (RIET), de 2008. Adotaram-se os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0.

Gráfico 1.47 – Empregos formais celetistas no setor de turismo

Estado de São Paulo, 2012 a 2022



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Proporção de municípios participantes dos jogos regionais

O indicador mede o engajamento das prefeituras do Estado de São Paulo no torneio “Jogos Regionais”.

O pico de participação da série histórica ocorreu em 2013, primeiro registro, com 64,2%, e o número estabilizou-se ao redor de 55% antes do hiato na competição, provocado pela pandemia, em 2020 e 2021. O último registro, de 2023, foi de 55,5%.

Gráfico 1.48 – Municípios participantes dos jogos regionais (%)

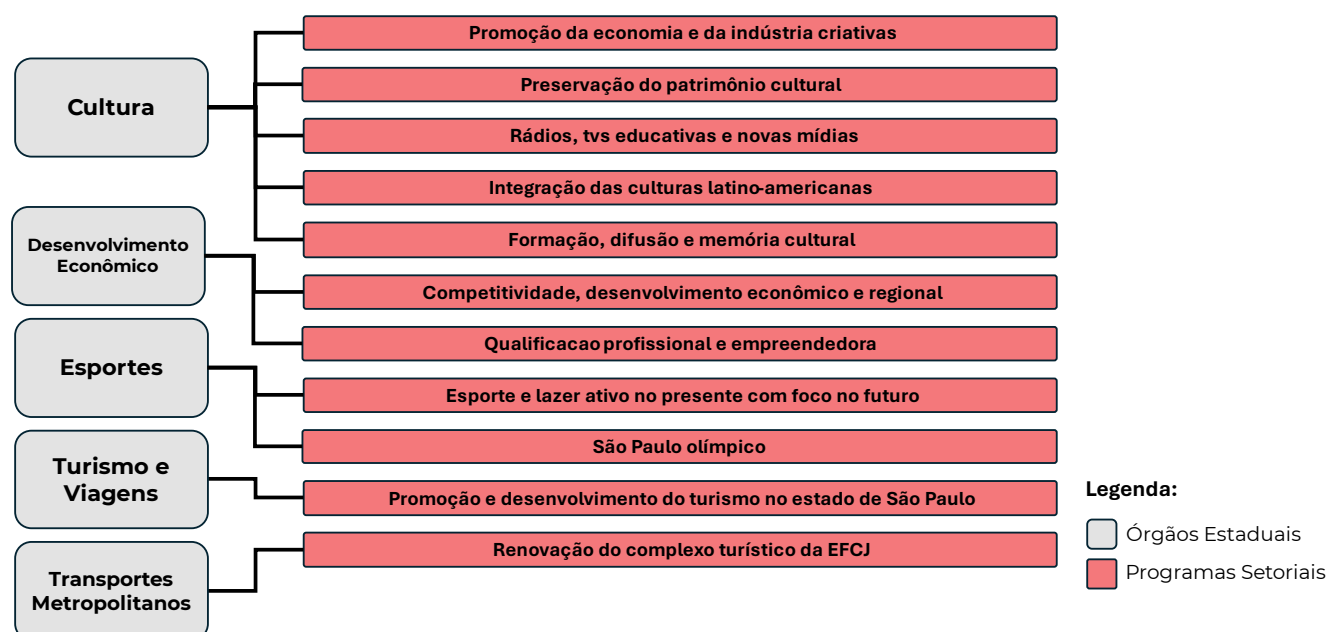
Estado de São Paulo, 2013 a 2023



Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

Contudo, ao computar a proporção de municípios participantes nos jogos em relação ao total de municípios do Estado, em porcentagem, o indicador deixa de registrar o engajamento do cidadão, pois, das muitas modalidades passíveis de participação, não há diferenciação entre os municípios que enviaram apenas um atleta e aqueles que enviaram delegações completas.

Figura 1.16 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 10 de turismo, esporte e cultura



Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

Este objetivo estratégico está presente no Plano Plurianual 2024-2027 através dos programas das Secretarias de Cultura e Economia Criativas e Turismo e Viagens. Os respectivos indicadores de resultado acompanham as tendências demonstradas nos resultados dos indicadores de objetivos estratégicos, como o que segue.

O *Percentual de Municípios Atendidos*, indicador de resultado do **Programa de PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL** abrange um conjunto de ações realizadas junto aos municípios, com o objetivo de promover o intercâmbio técnico e fornecer apoio nas iniciativas voltadas à preservação do patrimônio cultural do estado. Dessa forma, o indicador se estende a diversas frentes de atuação, incluindo o fornecimento de orientações técnicas especializadas tanto para intervenções em bens culturais protegidos quanto para os municípios que, embora não possuam bens protegidos pelo Condephaat, carecem de assistência nesse campo. Envolve, ainda, a adesão dos municípios ao sistema integrado de órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, a participação em câmaras setoriais, bem como em outros encontros de cooperação técnica e eventos interinstitucionais, como as Jornadas do Patrimônio.

Em 2024, a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) superou as expectativas estabelecidas, com iniciativas marcadas por uma abordagem efetiva e proativa, impactando 38% dos municípios do estado (ou 247 do total de 645). Essa conquista não apenas reflete a eficiência das ações implementadas, mas também demonstra o compromisso da UPPH em fortalecer a preservação do patrimônio histórico no estado de São Paulo, indo ao encontro do objetivo estratégico de preservação da história e da arte, e da valorização das diferenças regionais. Além disso, este resultado caminha na mesma direção demonstrada no **gráfico 10.1**, ou seja, a boa abrangência, no território paulista, das ações culturais promovidas pela Secretaria da Cultura e Economia

Criativas. O resultado deste indicador do objetivo estratégico 10 mostra que no último ano da série (2023), mais de 97% dos municípios paulistas foram contemplados com alguma ação cultural, seja de formação, difusão ou relativa a museus.

Já o indicador de resultado *Percentual de Municípios Atendidos pelo Programa de Formação, Difusão e Memória Cultural*, do **Programa de Formação, Difusão e Memória Cultural**, envolve ações culturais das cinco áreas que compõem o programa — música, museus, artes cênicas, teatro e bibliotecas. Em 2024 foram implementadas ações que abarcam a formação de novos talentos, a preservação da memória histórica e a ampla difusão das expressões culturais.

Todas as iniciativas foram estrategicamente planejadas com o objetivo de alcançar o maior número possível de municípios paulistas, garantindo a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento das identidades locais. O programa conseguiu superar as expectativas, alcançando todos os 645 municípios do estado (100%) com, ao menos, uma ação cultural.

Esse bom desempenho contribui para o objetivo estratégico de expansão da presença cultural pelo território paulista, através da valorização da diversidade e riqueza culturais presentes em cada região do estado, consolidando a relevância do programa como uma ferramenta indispensável para a construção de uma sociedade mais conectada com seu patrimônio cultural e artístico. Isso também está demonstrado no desempenho do indicador do objetivo estratégico. Após o período de pandemia, a porcentagem de municípios paulistas abrangidos por ações culturais chegou a resultados semelhantes ao período entre 2015 e 2017, início da série histórica (**vide gráfico 10.1**), com cobertura da quase totalidade dos municípios, alcançando 100% em 2024.

Com relação ao turismo, o indicador de resultado *Taxa Anual de Crescimento dos Empregos nos Setores de Turismo*, do programa **PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO**, superou as expectativas ao atingir 5,8% de crescimento. O indicador está diretamente alinhado ao Objetivo Estratégico 10, ao demonstrar o papel estruturante do turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social.

A superação da meta inicialmente prevista (de 5,5% de crescimento) revela não apenas o dinamismo do setor, mas também a eficácia das políticas públicas voltadas à qualificação profissional, promoção turística e investimento em infraestrutura, elementos fundamentais para fomentar a economia criativa e consolidar o turismo como um eixo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O impacto positivo do turismo no PIB do Estado de São Paulo, que atingiu R\$ 316 bilhões em 2024 com crescimento de 5,1%, e a geração de mais de 41 mil empregos formais¹⁴, são evidências concretas de como a articulação entre turismo, cultura, esporte e economia criativa pode gerar oportunidades de trabalho, fortalecer economias regionais e melhorar a qualidade de vida da população.

¹⁴ Economia do Turismo: Análise 2024 e Perspectivas 2025. Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET). Fevereiro, 2025. Disponível em:

<https://www.turismo.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=1536&utm_source=chatgpt.com>

Além disso, o recorde de 49 milhões de turistas e os 78 milhões de passageiros em aeroportos paulistas¹⁵ mostram como a mobilidade e acessibilidade estão sendo integradas de forma estratégica aos destinos turísticos, contribuindo para um turismo mais inclusivo, inovador e sustentável – princípios centrais do Objetivo Estratégico 10, voltado a um futuro de desenvolvimento econômico aliado à valorização cultural e social.

Assim, o indicador evidencia que o turismo em São Paulo está não apenas crescendo, mas também sendo estruturado de forma estratégica, sinérgica e orientada para o futuro, em consonância com os pilares do Objetivo 10.

Quanto à *Taxa Anual de Crescimento da Receita da Atividade Turística no Estado de São Paulo*, indicador de resultado do mesmo programa, o resultado, em 2024, foi de um crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior, refletindo a recuperação e fortalecimento do setor após a pandemia. O aumento do fluxo de turistas, com mais de 2,2 milhões de visitantes estrangeiros (alta de 4,7% em relação a 2023), impulsionou esse crescimento. O faturamento total da atividade turística paulista registrou um avanço de 4,81%, elevando o PIB do turismo estadual para mais de R\$ 300 bilhões. Na capital paulista, os resultados foram ainda mais expressivos, com recordes de ocupação hoteleira e aumento no número de passageiros nos aeroportos.

Esses dados demonstram o potencial transformador do turismo como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Ao fortalecer o setor turístico, São Paulo dinamiza cadeias produtivas ligadas à cultura, entretenimento, gastronomia, artesanato e economia criativa, e impulsiona setores estratégicos, tornando a economia mais resiliente e diversificada.

Em síntese, a tendência da *Taxa Anual de Crescimento da Receita da Atividade Turística no Estado de São Paulo* em 2024 é um indicativo de recuperação econômica, e vai ao encontro dos resultados demonstrados no **gráfico 10.2**, que mostra um crescimento da receita turística após o período da pandemia, em especial no de 2022.

¹⁵ IDEM.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11: GESTÃO PÚBLICA ÁGIL PARA UM GOVERNO DIGITAL, TRANSPARENTE, ÉTICO, TÉCNICO E FOCADO EM EXCELÊNCIA DOS SERVIÇOS

APRESENTAÇÃO

O objetivo estratégico para a gestão pública, do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, visa alcançar a excelência na atuação do governo como um prestador de serviços de qualidade, comprometido com o atendimento ao cidadão, e inovando na oferta de políticas públicas adequadas às necessidades da população. Aprimorar a mobilização dos recursos humanos disponíveis e das estruturas organizacionais, com simplificação de processos burocráticos internos. Alcançar maior uso de tecnologias para entregar resultados à sociedade e ampliar as parcerias com a iniciativa privada, como oportunidades de colocar em prática soluções mais eficientes. O objetivo busca reduzir os espaços para a prática da corrupção, aplicando mecanismos de controle e mitigação de seus impactos. A seguir, alguns indicadores que monitoram o progresso em relação ao objetivo estratégico são apresentados, para a gestão pública. Esses dados contribuem para um diálogo sobre o desempenho das estratégias descritas nos planos plurianuais e setoriais.

A maior parte dos órgãos setoriais está ligada ao objetivo estratégico de gestão pública, envolvendo programas para aprimoramento de processos internos e da prestação de serviços ao cidadão. Alguns destes programas, possuem uma relação mais direta ao enunciado, captados pelos indicadores ligados aos processos de troca de informação interna e a automatização, ou informatização das ações governamentais.

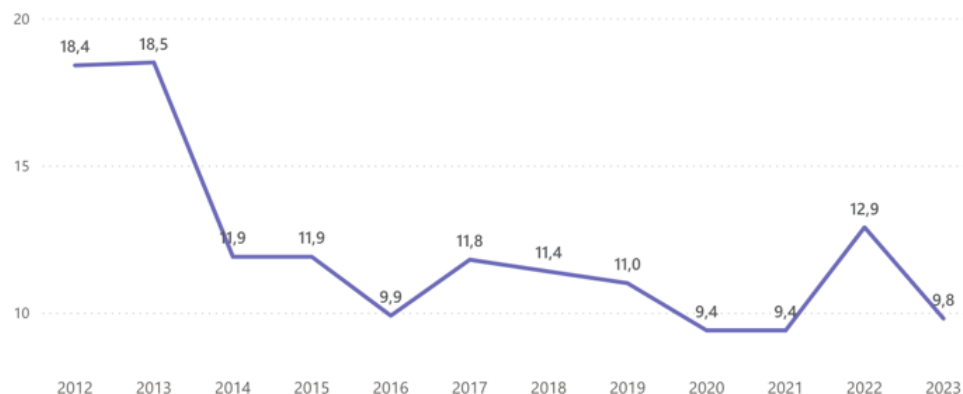
Tempo médio de resposta aos pedidos efetuados com base na Lei de Acesso à Informação

O indicador de tempo médio de resposta aos pedidos efetuados com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), corresponde à média de tempo gasto pelos órgãos ou entidades, em dias, para responder aos pedidos de acesso à informação, registrados no Sistema Integrado de Informações ao Cidadão (SIC.SP), no ano de referência.

Este indicador obteve uma queda significativa no tempo de resposta dos pedidos após 2013, passando de 18,5 dias, para uma oscilação entre 12,9 (2014) e 9,8 (2023) dias em média. A média de dias para a resposta pode estar ligada à complexidade dos pedidos de informações do cidadão ao serviço. A redução no tempo de resposta é um indicativo da organização dos órgãos setoriais.

Gráfico 1.49 – Tempo médio de resposta aos pedidos efetuados com base na Lei de Acesso à Informação (dias)

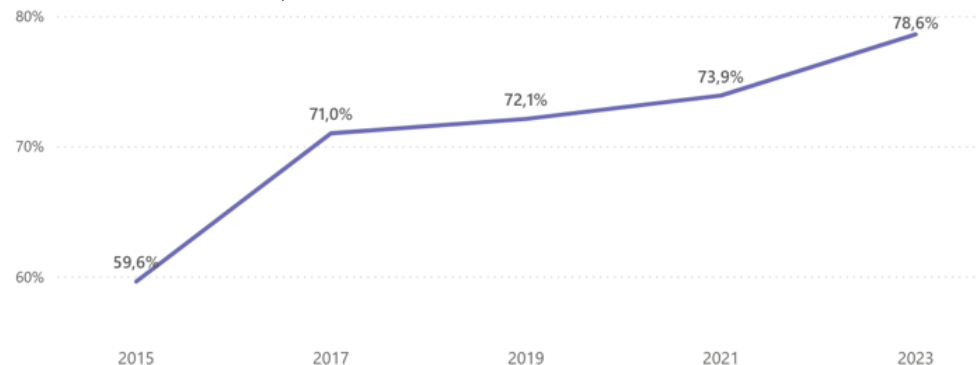
Estado de São Paulo, 2012 a 2023

Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).**Percentual da população de 16 anos ou mais que utilizou Governo Eletrônico**

No indicador de percentual da população de 16 anos ou mais usuária de internet, que utilizou governo eletrônico nos últimos 12 meses, estima-se o número de usuários da internet de 16 anos ou mais que, nos últimos 12 meses, procuraram informações ou realizaram algum tipo acesso ao serviço público, nas áreas de saúde, educação, segurança, direitos do trabalhador, previdência social etc.; fizeram pagamentos de impostos/taxas; ou solicitaram documentos pessoais (RG, CNH, entre outros), sobre a população de 16 anos e mais usuária de internet.

Gráfico 1.50 – População de 16 anos ou mais usuária de internet, que utilizou governo eletrônico nos últimos 12 meses (%)

Estado de São Paulo, 2015 a 2023

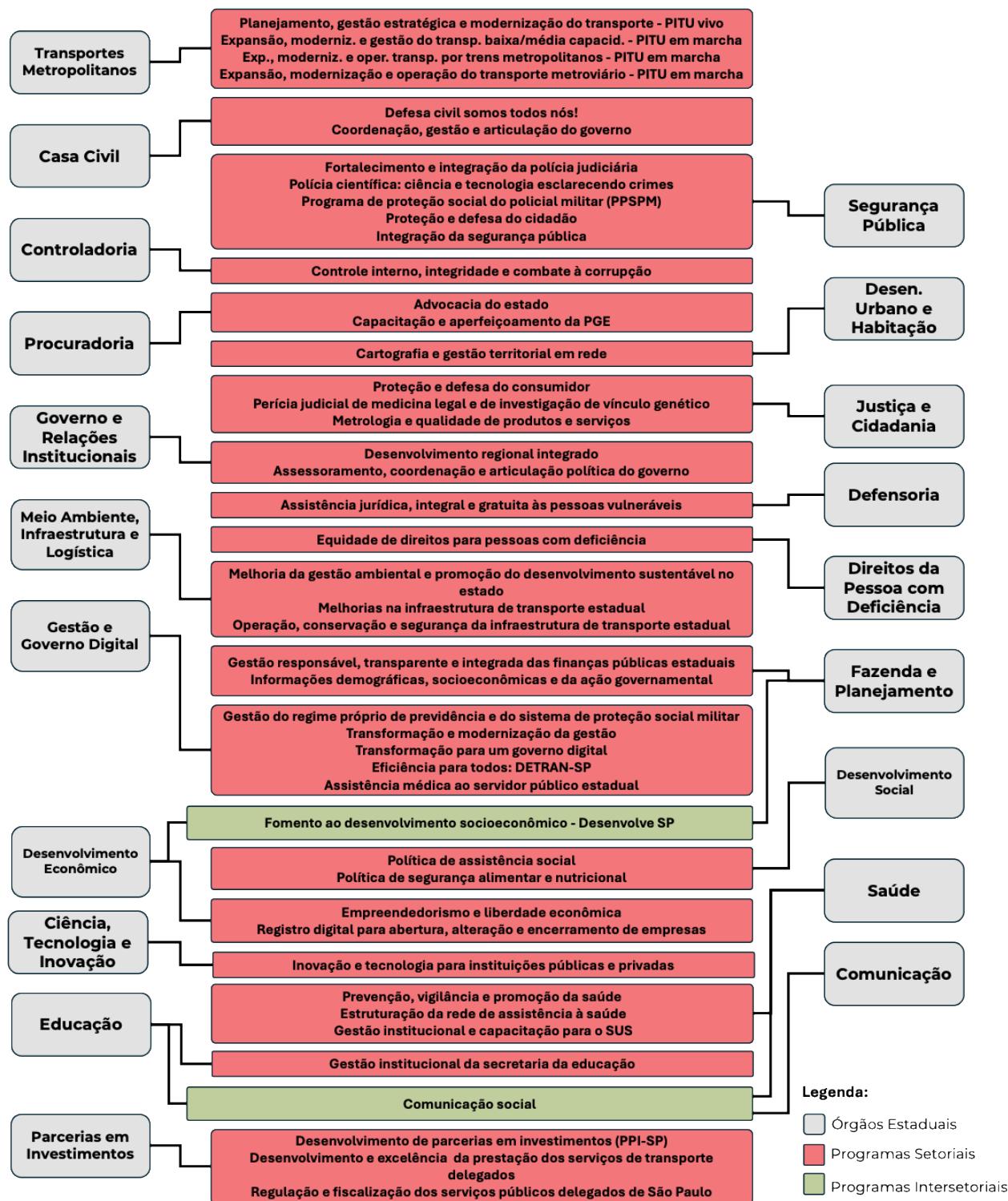
Fonte: [Painel de Indicadores dos Objetivos Estratégicos](#).

O dado é obtido em entrevistas anuais, realizada pela Pesquisa TIC Domicílios¹⁶, entre uma amostra populacional, destacando os que declararam ter utilizado a internet, ao menos uma vez, para serviços relacionados ao governo eletrônico. A TIC Domicílios segue padrões metodológicos e indicadores definidos internacionalmente, o que permite a comparabilidade de seus resultados.

¹⁶ A Pesquisa TIC Domicílios é realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) que tem a missão de monitorar a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no Brasil. Criado em 2005, o Cetic.br é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br).

Os percentuais mostrados pelo indicador têm alcançado aumento em todas as coletas, com o último dado sendo de 78,6%, em 2023. O indicador pode estar demonstrando tanto o esforço de digitalização do governo, como o aumento espontâneo da inclusão digital da população, acessando a uma base fixa de serviços, não sendo possível afirmar qual fator é mais importante para a evolução encontrada.

Figura 1.17 – Órgãos e programas relacionados ao Objetivo Estratégico 11 de gestão pública



Fonte: Sistema de Monitoramento do PPA (SIMPPA).

A Secretaria de Gestão e Governo Digital é um dos órgãos responsáveis pelo alcance deste objetivo estratégico. Em especial, dois indicadores de resultado de programas desta secretaria demonstram a tendência, também apontada nos indicadores do objetivo estratégico, de maior uso, por parte da população e por parte do governo, de tecnologias digitais para receber e entregar resultados.

O indicador de resultado do **Programa Transformação para um Governo Digital**, *Índice de Satisfação do Usuário das Plataformas Digitais* tem o objetivo de medir a eficácia de suas iniciativas, e concentra-se em avaliar o nível de satisfação dos usuários por meio de pesquisas realizadas diretamente nas plataformas digitais, capturando a percepção dos cidadãos em relação aos serviços disponibilizados.

Em 2024, o indicador de resultado de programa registrou 92% de satisfação entre os usuários. A importância deste resultado fica ainda mais evidente quando se olha para o desempenho crescente do indicador de objetivo estratégico *Percentual da População de 16 anos ou mais que utilizou Governo Eletrônico (gráfico 11.2)*, que, em 2023, correspondeu a 78,3% da população usuária de internet, de 16 anos ou mais. Assim, o indicador de resultado de programa traz uma informação qualitativa (satisfação dos usuários) sobre a tendência de intensificação do uso das plataformas digitais do Governo do Estado de São Paulo.

No mesmo contexto, é importante citar o indicador de resultado *Percentual de Hiperautomação de Serviços*, do **Programa Eficiência Para Todos: DETRAN-SP**, que corresponde à somatória de serviços digitais de ponta a ponta (PAP) disponibilizados e o total de serviços oferecidos pelo DETRAN-SP - em 2024, o resultado deste indicador foi de 33%.

Serviços Digitais de Ponta a Ponta (PAP) são soluções digitais que abrangem todas as etapas de um processo ou serviço, desde o início até a conclusão, sem a necessidade de intervenções manuais ou físicas. Dentre as principais realizações que envolvem a hiperautomação de serviços da autarquia no ano de 2024, podem ser citadas o Novo Portal DETRAN-SP e a Transferência Digital de Veículos (TDV), que foi vencedora da premiação internacional *Gartner Eye on Innovation Awards for Government*.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12: POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA MODERNAS E CONTINUAMENTE AVALIADAS

APRESENTAÇÃO

O objetivo estratégico voltado à política fiscal do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 visa a instituição de um fisco moderno, que respeita e é acessível ao pagador de impostos e que avança na resolução de problemas, como a retenção de créditos e o uso excessivo da substituição tributária. Simultaneamente, aprofunda a transparência e a responsabilidade na alocação direta de recursos e na concessão de subsídios, ao instituir a prática da avaliação contínua para aprimoramento das políticas públicas. A política fiscal está relacionada à carga tributária e à arrecadação financeira do Estado, isto é, a relação entre a soma da arrecadação dos entes federados (federal, estadual e municipal) e o Produto Interno Bruto (PIB)¹⁷. A maior parcela dos recursos arrecadados vem de tributos, tais como impostos, taxas e contribuições, que os cidadãos e as empresas pagam. Além disso, o Estado também obtém recursos administrando as empresas estatais e pode, ainda, obter ganhos com investimentos ou com a exploração econômica do patrimônio público (venda de bens móveis e imóveis, aluguéis, entre outros).

No Estado de São Paulo, até 2023, a arrecadação era, majoritariamente, proveniente do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), com 59% do total das receitas. As receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado, do Governo Federal, em São Paulo, possuem menor percentual do orçamento do estado¹⁸ (**Tabela 1.2**).

Tabela 1.2 – Composição das Receitas Correntes das Unidades da Federação em 2023

	% ICMS	% Outras tributárias	% FPE	% Outras transferências	Demais
SP	59%	18%	0%	6%	18%
TOTAL	48%	15%	11%	6%	20%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Anexo 3, 6º bimestre de 2023.

A importância da carga tributária para o Estado traz uma demanda para uma arrecadação mais dinâmica e com menor complexidade tributária. Para isso, o governo paulista tem adotado princípios, instituídos pela Lei Complementar Estadual nº 1.320/2018, para o relacionamento entre os contribuintes e o Estado, onde são estabelecidas as regras de conformidade tributária.

¹⁷ RECEITA FEDERAL. O que é a carga tributária? Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/educacao-fiscal/educacao_fiscal/folhetos-orientativos/carga-tributaria-dig.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

¹⁸ BASTOS, C. P.; LARA, F. M.; MARQUES, J. C. S. (coordenação). Boletim fiscal dos Estados brasileiros [livro eletrônico]: 1º relatório. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento - CICEF: Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, 2024. Disponível em: https://comsefaz.org.br/novo/wp-content/uploads/2024/12/boletim_fiscal_dos_estados_1_relatorio_final.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.